



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

FRANCIANNY KEYLA CABRAL MORAES

O MERCADO PÚBLICO COMO EQUIPAMENTO DE MODERNIZAÇÃO URBANA:
O VER-O-PESO E O FRANCISCO BOLONHA EM BELÉM

Belém-Pará

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

FRANCIANNY KEYLA CABRAL MORAES

O MERCADO PÚBLICO COMO EQUIPAMENTO DE MODERNIZAÇÃO URBANA:
O VER-O-PESO E O FRANCISCO BOLONHA EM BELÉM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Celma Chaves Pont Vidal.

Belém-Pará

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Moraes, Francianny Keyla Cabral, 1980-

O mercado público como equipamento de modernização urbana: o Ver-o-Peso e o Francisco Bolonha em Belém / Francianny Keyla Cabral Moraes.— 2017.

Orientadora: Celma Chaves Pont Vidal

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2017.

1. Arquitetura e história – Belém (PA). 2. Mercados – Belém (PA) - História. 3. Mercado Ver-o-Peso (Belém, PA). 4. Espaços públicos. I. Título.

CDD 22. ed. 720.98115

FRANCIANNY KEYLA CABRAL MORAES

O MERCADO PÚBLICO COMO EQUIPAMENTO DE MODERNIZAÇÃO URBANA:
O VER-O-PESO E O FRANCISCO BOLONHA EM BELÉM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Celma Chaves Pont Vidal.

Belém, 07 de abril de 2017.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Celma Chaves Pont Vidal/UFPA – Orientadora
Doutorado em Teoria e História da Arquitetura pela Universidad Politécnica da Cataluña

Prof.^a Dr.^a Cybelle Salvador Miranda/UFPA
Doutorado em Ciências Sociais (Antropologia) pela Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Juliano Pamplona Ximenes Ponte/UFPA
Doutor em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ) Brasil

Belém-Pará

2017

Dedico ao meu pai João Furtado Moraes (in Memoriam) pelo exemplo de pai e maior incentivador que tive.

À minha Mãe por seu carinho, força, paciência por dedicar seus cuidados à família e à minha filha.

E a minha amada filha Náyra Luize, que todos os dias me ensina a ser mãe e nunca desistir da vida.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES, pelo apoio financeiro, através da concessão da bolsa de estudos, cuja contribuição foi de grande importância e possibilitou minha dedicação para pesquisa.

À minha orientadora Celma Chaves Pont Vidal, pela sua valiosa orientação, paciência nos momentos difíceis, e dedicação durante esses dois anos de pesquisa, sempre muito acessível, dando suas contribuições e sua experiência, além de todos os ensinamentos passados, algo que não tem preço.

Aos professores membros da minha banca de qualificação Profa. Dra. Cybelle Miranda e Prof. Dr. Juliano Ximenes, cujas observações permitiram análise e melhoramentos na pesquisa. E a participação também da banca de defesa, por terem aceitado ao convite, dispondo de seu tempo e contribuir na análise deste trabalho.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFPA), pelos esclarecimentos e ensinamentos durante a pesquisa.

À todos os pesquisadores e bolsistas do Laboratório de Histografia e Cultura Arquitetônica (LAHCA) que de alguma forma estiveram presente e me ajudaram na pesquisa, em especial ao George Bruno Lima que sempre colaborou quando precisei da sua ajuda e acompanhou minha caminhada desde início, à Izabella de Melo por sua disposição e contribuição, e à Simone Cravo por sua experiência e companheirismo.

À minha amiga e companheira do mestrado Nathália Sudani de Castro, que acompanhou toda a trajetória da pesquisa e sempre compartilhou seus conhecimentos junto comigo, ao mestrando Luiz Rabelo pela parceria na pesquisa externa no último semestre do curso, e o mestrando Matheus Nunes pelas sugestões e trocas de idéias.

As arquitetas Cleise Guedes, Liuly Alves, Luciana Queiroz pela força, parceria e amizade e em especial a Rosie Dória pela sua dedicação e disposição em acompanhar meu passo a passo.

Ao futuro arquiteto Mateus Nunes pela atenção e todo o auxílio durante a pesquisa.

À minha amiga e arquiteta Marcia Nunes pelo incentivo, profissionalismo, pela parceria de longas datas e por todos os ensinamentos.

Ao querido Rogério Vieira pelo registro fotográfico, pela sua dedicação e talento em conseguir as melhores imagens para o meu trabalho.

E por fim, meu agradecimento à minha família, em especial a minha mãe Cleide Moraes, minhas irmãs Fabricia, Fransuelem, Jaqueline e Rosicleide Moraes, ao meu marido Rubenson Santos e minha querida filha Luize, por serem pacientes, por todo amor, carinho, e compreensão que tem me dedicado.

Muito Obrigada!!!

"A gente tem que sonhar, senão as coisas não acontecem".

Oscar Niemeyer

RESUMO

A dissertação tem como objetos de estudo os Mercados do Ver o Peso e Francisco Bolonha como elementos das políticas de modernização para a cidade de Belém no período auge da borracha. Abordam-se a relação com os ideais de higiene, salubridade e controle vigente naquele momento e que influenciaram as decisões do Intendente Antônio Lemos para construção desses mercados, assim como a implantação de uma nova postura urbana. Os objetivos da pesquisa contemplam o período a partir de 1897 – 1912 e estende-se até o final do século XX e depois enfatiza as intervenções na área da Doca do Ver o Peso. Utilizou-se a metodologia histórico-interpretativa, assim como pesquisas em levantamentos bibliográficos, cartográficos e iconográficos e fontes documentais, estabelecendo uma reflexão crítica sobre a temática de mercados públicos.

PALAVRAS-CHAVES: Mercados Públicos, Modernização, Belém.

ABSTRACT

THE PUBLIC MARKET AS URBAN MODERNIZATION EQUIPMENT: THE VER-O-PESO MARKET AND FRANCISCO BOLONHA IN BELÉM

The dissertation has as study objects the Ver-o-Peso Market and Francisco Bolonha as elements of modernization politics for the city of Belém in the golden period of rubber. It's analyzed the relation with the hygiene and salubrity ideals and the current control that influenced the politician Antônio Lemos' decisions for the markets construction, as the implantation of a new urban posture. The research aspirations contemplate the period since 1897 – 1912, extends itself until the end of 20th century and then emphasizes the Ver-o-Peso dock area interventions. The historic-interpretative methodology was used, as bibliographic, cartographic and iconographic research, along with documental sources, stablishing a critic reflection about the thematic of public markets.

KEY WORDS: Public Markets, Modernization, Belém

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Área do objeto em estudo.....	13
Figura 2 - Imagem ampliada da planta Nina Ribeiro elaborada em 1883-1886.....	37
Figura 3 - Imagem ampliada da Planta de Belém elaborada por José Sidrim em 1905.....	37
Figura 4 - Uma das primeiras representações da cidade de Belém do Grão-Pará no século XVII, no registro da imagem apenas o Forte, aldeias, canal do Piri e a Baía do Guajará.	40
Figura 5 - Planta geométrica da Cidade de Belém do Grão-Pará, destacando-se a localização aproximada da área da Alfandega onde se fazia a verificação do peso para recolhimento de impostos.	42
Figura 6 - Plano de expansão da cidade de Belém.	43
Figura 7 - Imagem da Igreja e Convento dos Mercedários.	44
Figura 8 - Autorização para construção do Mercado Municipal.	45
Figura 9 - Publicação no Relatório da Província em 1857.....	45
Figura 10 - Relatório da Província do Pará de 1859.....	46
Figura 11 - Registro da inauguração do Primeiro Mercado Municipal.	47
Figura 12 - Modificações após a inauguração do Mercado Municipal.....	48
Figura 13 - Mercado municipal antes da reforma, Pavimento Térreo.	48
Figura 14 - Recebedoria e o Mercado Municipal antes da reforma praticada por Antonio Lemos.	49
Figura 15 - Descrição do Mercado municipal antes da reforma de Lemos.	49
Figura 16 - Mercado Municipal – os talhos de carne.	50
Figura 17 - Planta Baixa do Mercado Municipal.	52
Figura 18 - Fachada do Mercado Municipal.	52
Figura 19 - Mercado Municipal ao lado esquerdo e Prédio da Recebedoria ao lado direito.	53
Figura 20 - Mercado Municipal após conclusão da Reforma.	53
Figura 21 - Mictório vista externa	54
Figura 22 - Mictórios vista interna.....	54
Figura 23 - Reservatório de água.....	55
Figura 24 - Mercado de São José.....	56
Figura 25 - Espaço da Doca do Ver o Peso antes da construção do Mercado de Ferro, na imagem ao fundo temos os antigos Armazéns do Trapiche Auxiliar do Comércio.	57
Figura 26 - Espaço da Doca do Ver o Peso antes da construção do Mercado de Ferro	58
Figura 27 - Mercado de Ferro, após sua construção.	59
Figura 28 - Vista da Baía do Guajará, ao lado direito em primeiro plano o Mercado, em segundo plano o Prédio da Recebedoria.	59
Figura 29 - Área entre o Mercado de Ferro e os Armazéns.	60
Figura 30 - Imagem aos fundos do Mercado.....	61
Figura 31 - Trecho do Relatório Técnico comprovando o tempo de concessão e exploração do Mercado de Ferro.....	62
Figura 32 - Planta Baixa do Mercado de Ferro.	62
Figura 33 - Doca do Ver o Peso	63
Figura 34 - Doca do Ver o Peso	64
Figura 35 - Mercado da Praia ou Feira da Praia	65

Figura 36 - Documento histórico do Relatório técnico de recebimento do Mercado de Ferro durante a Intendência de Lemos.	67
Figura 37 - Planta do porto do Pará.	68
Figura 38 - Foto de construção do muro de arrimo do cais, onde temos a Praça do Pescador	69
Figura 39 - Imagem da Praça do Pescador.....	69
Figura 40 - Praça do Pescador	70
Figura 41 - Praça do Pescador em 1970.....	70
Figura 42 - Foto da Praça do Pescador	70
Figura 43 - Anúncio de Jornal O Liberal de 1947.	71
Figura 44 - Imagem aérea de Belém no ano de 1966 e a Capa da Revista.	72
Figura 45 - Imagem aérea da Feira.	73
Figura 46 - Feira na parte externa do Mercado de Ferro.	73
Figura 47 - Comercialização do pescado no Mercado.....	73
Figura 48 -Comércio em frente ao Mercado de Ferro.	74
Figura 49 - Comércio em frente ao Mercado Municipal.	75
Figura 50 - Documento IPHAN, referente ao Tombamento da área do Ver o Peso.	75
Figura 51 - Em 1965, as barracas apresentam-se mais organizadas.....	76
Figura 52 - Feira da Praia, por volta de 1965.....	77
Figura 53 - Doca do Ver o Peso.	78
Figura 54 - Vista aérea da Feira do Ver o Peso antes da Reforma.	79
Figura 55 - Feira do Ver o Peso, antes da reforma.	79
Figura 56 - Vista aérea do Ver o Peso antes da reforma de 1999.....	80
Figura 57 - Esquema da área do Ver o Peso.....	81
Figura 58 - Esquema da Feira do Ver o Peso após a reforma.	82
Figura 59 - Reforma do Ver o Peso.	82
Figura 60 - Reforma na área da Praça do Pescador.	83
Figura 61 - Desenho da fachada e corte interno do Mercado.....	83
Figura 62 - Desenho esquemático das tendas, apresentado pelo arquiteto Flávio Ferreira. ...	84
Figura 63 - Vista das Tendas implantadas na Reforma de 1999.	85
Figura 64 - Desenho fachada e Estrutura interna do Mercado Francisco Bolonha.	85
Figura 65 - Ilustração da proposta - nova cobertura para Feira.....	87
Figura 66 - Corte Longitudinal do Projeto do Ver o Peso. As alturas das barracas incidem no visual do Complexo.	88
Figura 67 - Ilustração da feira fornecida DPJ Arquitetura e Engenharia Ltda.....	88
Figura 68 - Maquete eletrônica da proposta, disponível para consulta pública.	89
Figura 69 - Simulação da implantação do Projeto, por meio de maquete eletrônica.	89
Figura 70 - Planilha síntese das contribuições enviadas ao IPHAN, referente ao projeto Ver o Peso.	92



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
ESCOLHA E DEFINIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	12
JUSTIFICATIVA	14
OBJETIVOS.....	15
<i>Objetivos Gerais</i>	15
<i>Objetivos Específicos</i>	15
ABORDAGEM METODOLÓGICA	16
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	18
CAPÍTULO 1: O DISCURSO DA MODERNIZAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX:	
MERCADOS, HIGIENISMO E CIVILIDADE.	19
O DISCURSO DO HIGIENISMO DA EUROPA À AMAZÔNIA: COMBATER DOENÇAS, PROMOVER A CIVILIDADE.....	19
A CIDADE E O COMÉRCIO: O LUGAR DOS MERCADOS	27
CAPÍTULO 2: PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E OS MERCADOS PÚBLICOS	
EM BELÉM NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	34
DISCURSOS E PRÁTICAS DA ADMINISTRAÇÃO DE ANTÔNIO LEMOS	34
MERCADOS FRANCISCO BOLONHA E MERCADO DO VER O PESO: A CONSTRUÇÃO DO PRIMEIRO MERCADO E SUA MODERNIZAÇÃO.	40
O MERCADO DO VER-O-PESO: AMPLIAÇÃO DO ABASTECIMENTO E CONFIGURAÇÃO DE UM LUGAR.	56
CAPÍTULO 3: OS MERCADOS APÓS O PERÍODO DE 1940.	67
O MERCADO DO VER-O-PESO, O RIO E FEIRA.	67
A MODERNIZAÇÃO COMO PRÁTICA CONTEMPORÂNEA.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	97



INTRODUÇÃO

O olhar do homem sempre se volta à busca do novo, do que se está construindo no presente e o que se espera para o futuro. E o que foi feito do passado? Muitos questionamentos, certezas e incertezas, construindo e reconstruindo o conhecimento, e até mesmo a própria história. Assim, a memória surge como um artifício para proteger o passado, e que muitas vezes é esquecido no tempo e no espaço. Porém, vale lembrar que uma história não se faz somente do presente e, sim, caminha em direção para o futuro, é a soma de vários fatos ocorridos, no sentido de respeitar as especificidades de todas as temporalidades – passado, presente, futuro.

A intenção desta pesquisa é direcionada ao recorte temporal vivenciado na cidade de Belém durante a gestão de Antonio Lemos, quando idealizações modernistas são componentes da abordagem urbana da cidade. Além disso, se insere no contexto de estudos sobre o processo de modernização da cidade de Belém em distintos momentos, e pretende-se contribuir para o conhecimento de múltiplas abordagens no campo da história, arquitetura, e demais áreas observando os processos históricos que influenciaram na construção do espaço urbano.

Por isso, esta dissertação se reporta ao Mercado Municipal Francisco Bolonha e ao Mercado do Ver o Peso, construções que fizeram parte de acontecimentos ocorridos no passado de uma cidade e que permanecem como elementos componentes de uma rica história que fui descobrindo ao longo da pesquisa. Os objetos de estudo desta pesquisa destacam-se pela heterogeneidade de seus usos e atividades, a relação entre pessoas e o comércio, e a vitalidade do local, muitas vezes mencionados por Leitão (2010).

Em termos gerais, buscou-se compreender como estes centros de abastecimento conseguiram e, até hoje, se mantem inseridos no contexto urbano como equipamentos urbanos (GUÀRDIA & OYÓN, 2010), e de relevância incontestável na formação das cidades. Apresentaram um vínculo no processo de formação dos centros urbanos, relacionados à economia, à cultura e à própria sociedade, seu surgimento está intimamente ligado à história do comércio da cidade. A trajetória histórica deles é direcionada à formação e consolidação das cidades. Normalmente, estes espaços correspondiam às necessidades de abastecimento da população e, assim, garantiam a articulação política e econômica dentro de sua área de influência, em que a troca de mercadoria e o contato direto entre vendedores e compradores no mercado determinavam a comercialização, caracterizando um espaço sociável.

Pretende-se avaliar como a temática vem sendo abordada ultimamente, como os mercados influenciaram na formação urbana das cidades e como os preceitos de modernização contribuíram para evolução do meio urbano, estimulando uma forte relação do mercado com a

cidade. Com o desenvolvimento das primeiras cidades, o mercado em sua forma e função proporcionou um papel de destaque nesse processo evolutivo, sendo determinante nas atividades e relações sociais da cidade, ou seja, os mercados públicos não se limitam apenas ao espaço físico destinado para a comercialização, são equipamentos urbanos que atraem fluxos e garantem a permanência no espaço público ao longo da história até os dias atuais.

Atualmente, o mercado já está inserido como um importante equipamento urbano, no entanto, ainda se tem a necessidade de entender a importância dos mercados públicos, avaliar as atribuições para a população dentro do contexto urbano da época, assim como analisar e discutir as atividades lucrativas e do abastecimento da cidade. Macêdo (2014, p.206) afirma: “as transformações dos hábitos e costumes alimentares, seguem um novo padrão de civilização e sociabilidade”, a demanda e procura por alimento se intensifica e atrai ao local alternativa para as atividades comerciais. Daou (2014, p.270) enfatiza: “o Mercado era o centro das pequenas trocas materiais”, o que, com o passar dos anos, torna-se um artefato do espaço urbano, contribuindo para um entendimento da dinâmica da sociedade e dos mecanismos de organização social, principalmente o fluxo de vida social e a mobilidade do espaço em torno do Mercado.

Além disso, surgem discussões sobre as diversidades existentes a partir do processo histórico de ocupação urbana e dinâmica das atividades proveniente de uma importante estrutura econômica assim estabelecida desde o período do ciclo da borracha. Atualmente o Mercado Francisco Bolonha e o Mercado do Ver o Peso, integram a paisagem urbana como elementos marcantes da cidade, como monumentos de grande valor arquitetônico, histórico, social e cultural, como ambientes da memória da cidade, ou seja, sujeitos históricos que resultam na montagem consciente ou inconsciente da história, de uma época e de uma sociedade.

Desde o princípio, as primeiras atividades comerciais se baseavam em trocas naturais entre os produtores, com o passar do tempo essa troca de mercadoria se torna dinâmica e complexa. Assim, as relações das atividades comerciais percorrem concomitante com a trajetória urbana das cidades, consequentemente a necessidade da evolução social e comercial da urbe. “A cidade não é apenas um mecanismo físico ou uma construção artificial. Está implicada no processo vital da população que a compõem; é um produto da natureza, e em especial da natureza humana” (GOITIA, 1982, p. 32).

A partir dos ideais de modernidade incorporados na Europa, principalmente durante o século XIX, que procuravam atender aos padrões de embelezamento, higiene e salubridade, os mercados públicos tornam-se inseridos no contexto urbano, o que mais tarde influenciam o

desenvolvimento de seu entorno, comprimindo as relações entre mercado e cidade. Segundo Cardoso (2013), na segunda metade do século XIX, o interesse pelo crescimento e desenvolvimento urbano acelera diversos aspectos que são discutidos diante ao processo de configuração sócio espacial no cenário urbano, dentre estes, a morfologia do tecido urbano diretamente ligado a dinâmica da paisagem urbana. Dentro do contexto histórico, as feiras livres e mercados públicos foram por inúmeras situações protagonistas e participantes nos processos de modificações urbanísticas das cidades¹.

Os preceitos higienistas vinculados na elaboração dos mercados públicos e de outros equipamentos de infraestrutura urbana estabeleceram diretrizes para a reorganização do espaço urbano. Durante o momento auge do ciclo da borracha, a paisagem da cidade de Belém é marcada pela construção do Mercado do Ver-o-Peso e a reforma do Mercado Francisco Bolonha, que passam a ser referência para produtividade e comercialização na cidade. Na verdade, as reformas vivenciadas não foram definidas por exclusiva necessidade de reorganizar o espaço, e sim uma consequência às necessidades em que o cenário econômico, urbano, social e político apresentavam neste período.

¹CARDOSO, Ana Claudia Duarte e VENTURA NETO, Raul da Silva. A evolução urbana de Belém: trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais. Cadernos Metrópole, 2013 - redalyc.org



Escolha e definição do objeto de estudo

O primeiro contato para a escolha do objeto de estudo, foi durante atividades realizadas com a Profa. Marcia Nunes referente ao Boulevard da Republica, em meio a sua pesquisa de doutorado, os mercados me instigaram a querer investigar suas histórias de construção, o porquê, com que pretensão e que impacto causaram na época.

Com o ingresso no programa de Pós-Graduação, deu-se início a temática de Mercados Públicos e atualmente este trabalho culmina na Dissertação de Mestrado. Além disso, este trabalho tem como objetivo contribuir com a pesquisa desenvolvida no Laboratório de Historiografia e Cultura Arquitetônica (LAHCA) – UFPa.

O projeto de pesquisa é coordenado pela Prof.^a Dr. Celma Chaves Pont Vidal, está em andamento e intitulado “*O mercado público em Belém: estudos de tipologias arquitetônicas e dinâmica histórica, urbanística e sociocultural*”. Este contempla estudos em história urbana e arquitetônica e em particular a cidade amazônica, destacando-se principalmente os processos de modernização ocorridos na cidade no século XX e uma abordagem referente ao processo da arquitetura pública, analisando as tipologias dos mercados públicos em Belém e sua inserção urbanística.

O questionamento sobre o desenvolvimento das cidades geram muitas discussões que envolvem acontecimentos históricos, econômicos e sociais desde o surgimento das civilizações. Os mercados e feiras foram intermediadores das primeiras comercializações e distribuições de alimentos, mercadorias e trocas. Com a evolução da urbe os mercados passaram a ser inseridos no contexto urbano, sendo considerada como equipamentos urbanos, apresentando-se como espaços de diversidade, vitalidade, heterogeneidade de atividades e pessoas que deles usufruem. Com os anos, as cidades adquirem uns vertiginosos crescimentos populacionais e variáveis no processo de urbanização estabelecendo mudanças e a inserção desses equipamentos urbanos.

Esta pesquisa sobre os mercados públicos em Belém, se reporta aos Mercados Francisco Bolonha e Ver-o-Peso com um recorte temporal assincrônico, iniciando no período da administração municipal de Antônio Lemos, analisando-se posteriormente como se apresenta a questão da modernização em períodos mais recentes, especificamente após os anos 1970 e na atualidade (Figura 1). A periodização marcada após 1970 é escolhida, tendo como ponto de partida o processo de tombamento do Complexo Urbanístico e Paisagístico do Ver o Peso, que se inicia em 1969 e será finalizado em 1977, quando publicado o processo de Tombamento nº 812-T-69.

Figura 1 - Área do objeto em estudo



Fonte: Imagem coletado do Google Earth, acessado em janeiro de 2017.

Estes dois referidos mercados são espaços expressivos no que se refere às manifestações sociais e culturais, um local onde o passado, o presente e futuro se misturam. Dentro do contexto histórico as feiras livres e mercados públicos foram por inúmeras situações protagonistas e participantes nos processos de modificações urbanísticas das cidades. Estes equipamentos urbanos são significativamente parte da memória cultural e simbólica da população, um espaço que possui história e vivência social.



Justificativa

Este trabalho se propõe investigar e colaborar com as pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório de Historiografia e Cultura Arquitetônica (LAHCA) da UFPa, sobre mercados públicos. Além disso, percebeu-se que a literatura sobre os mercados públicos ainda é restrita à algumas temáticas, uma das razões da necessidade de se estudar esses espaços. Nesse sentido, faz-se necessário a abordagem do tema, para a produção de novos conhecimentos, particularmente no que se refere à relação existente com o espaço urbano, e no caso dessa dissertação, a partir dos ideais de modernização observados na cidade de Belém no final do século XIX e que se intensificaram durante a gestão do Intendente Antônio Lemos.

Destaca-se que estes equipamentos urbanos mesmo durante anos e após sua implantação ainda possuem a dinâmica e vitalidade no espaço urbano, apesar do descaso e do poder público, estes ainda desempenham, em alguns casos, sua função original como entrepostos de distribuição e venda de produtos alimentícios e sobrevivem ao processo de modernização da cidade.



Objetivos

Objetivos Gerais

Estudar os Mercados do Ver o Peso e Francisco Bolonha como componentes de modernização urbana.

Objetivos Específicos

- Analisar os mercados sob o ponto de vista da ideologia da modernização vigente n de 1897 – 1912, contemplando os conceitos de civilidade, higiene e controle.
- Analisar os mercados a partir do retorno a um novo ideal de modernização após 1970, a partir do processo de tombamento iniciado em 1969.
- Estudar a evolução e desenvolvimento do entorno dos mercados para verificar sua relação com seu “entorno histórico”. Destacando-se o período a partir da implantação da feira como se conhece hoje.
- Análise das propostas realizadas para área de estudo no que se refere à noção de modernização desse espaço.

Abordagem Metodológica

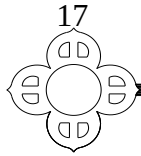
Para estabelecer uma discussão diante do tema de Mercados Público, este trabalho utilizará uma abordagem histórico-interpretativa adotando um marco teórico-conceitual concernente aos mercados, seus processos de modernização, partindo da noção de higiene, salubridade e civilidade. Esta abordagem², segue as definições sobre métodos de pesquisa em arquitetura propostos por Groat e Wang (2002), levantamentos bibliográficos, cartográficos e iconográficos, o uso de contextos e referências encontradas em plantas, normas, legislações, jornais, revistas, relatórios entre outros, cujo objetivo é analisar essas fontes documentais e ao mesmo tempo confrontar com os principais conceitos abordados por vários autores, sempre estabelecendo uma reflexão crítica sobre o assunto.

Abaixo quadro esquemático com o método de pesquisa adotado, Estratégia Combinada a partir da pesquisa histórico-interpretativa com a pesquisa qualitativa (GROAT; WANG, 2002):

Quadro 01 - Estratégia de pesquisa.

ESTRATÉGIAS	TÁTICAS: FONTES DE DADOS
Histórico interpretativo	Revisão da literatura Levantamento documental: Relatórios; Fotografias de época; Mapeamento do entorno; Plantas e cartografia de Belém nos períodos estudados; Relatórios de gestão;
Qualitativa	Estudos e análises do material coletado; Marco teórico conceitual;

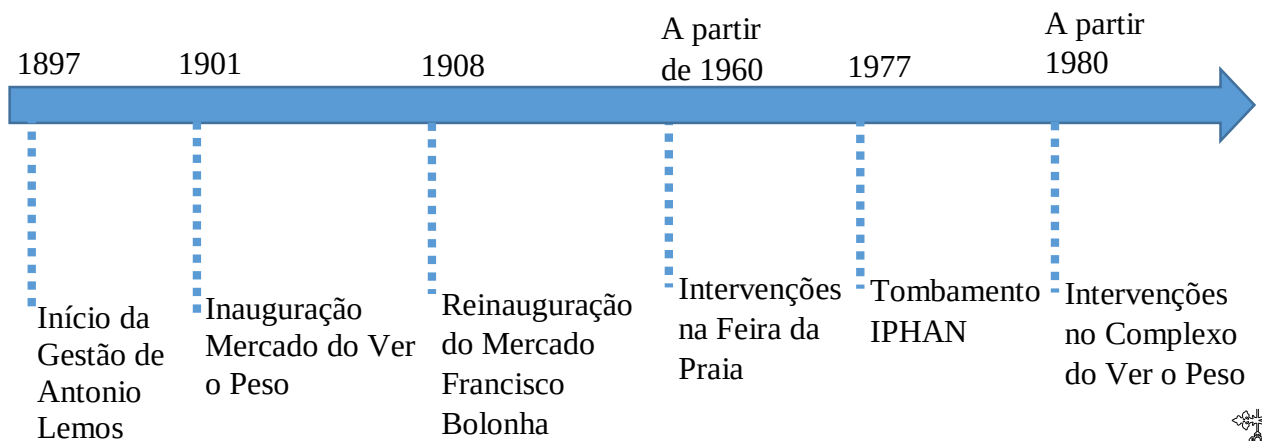
² Ver Quadro 01.



Fonte: GROAT & WANG (2002) – adaptado pela autora.

Para a pesquisa será definida a periodização, com um marco temporal a partir de 1897-1912, quando os ideais de modernização começam a ser vivenciados na cidade de Belém, com a gestão de Antonio Lemos considerando os conceitos de civilidade, higiene e controle. Em meio ao processo surge o segundo Mercado Público da cidade, o Mercado de Ferro em 1901, e em seguida uma apreciação de um novo ideal de modernização iniciado na década de 1970 (Gráfico 01), com o tombamento da área entorno dos Mercados, agregando novos fatores sociais, econômicos e urbanos para área em estudo.

Gráfico 01: Linha do tempo representando o período em estudo



Fonte: Produzido pela autora.



Estrutura da dissertação

No capítulo 1, apresentam-se as ideologias higienista que surgem na Europa, e a relação com o processo de modernização no final do século XIX. Com uma visão de uma sociedade capitalista, e teorias geradas pelo mundo europeu, contribuíram para a construção de uma nova ordem econômica, política e social. Desta forma teremos uma tendência apresentada como “higienista”, um movimento baseado especialmente no conhecimento científico e biológico, que procurava melhorar as condições de vida da população por meio do controle do comportamento visando a saúde pública. Além disso, o capítulo abordará a origem e desenvolvimento do mercado, a sua importância e funções que estes sofreram ao longo dos anos, um condicionante para as relações econômicas e sociais de acordo com cada período histórico.

No capítulo 2, apresenta-se um histórico dos processos de modernização ocorridos em cidades europeias e em Belém. No caso de Belém, se analisa o comportamento da cidade diante dos ideais de modernidade evidenciados na gestão do Intendente Antonio Lemos, período em que fatores econômicos favoreciam as mudanças urbanas e como o mercado público articulava-se com esses processos de transformação do seu entorno mediante o discurso de modernidade, salubridade e civilidade. Apresentam-se também as características históricas e arquitetônicas dos mercados públicos protagonistas deste trabalho de pesquisa, a partir dos documentos e fontes primárias, analisando a relação histórica dos mercados, com o comércio, a economia, a cultura, a sociedade.

No capítulo 3, uma das abordagens principais a cidade em relação ao rio, pois o objeto de estudo possui suas peculiaridades, como a relação mercado-rio que sempre existiu e mantém-se até os dias atuais. Além disso, busca-se uma análise referente ao contexto da atualidade, as intervenções sofridas pelo entorno dos mercados, principalmente após a consolidação da Feira do Ver o Peso, as reformas e propostas de modernização da área em estudo.

CAPÍTULO 1: O DISCURSO DA MODERNIZAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX: MERCADOS, HIGIENISMO E CIVILIDADE.

O discurso do higienismo da Europa à Amazônia: combater doenças, promover a civilidade.

As transformações sociais e urbanas iniciam-se antes mesmo da chegada do século XX. As primeiras variações no contexto urbano são decorrentes no século XIX, gerando novos centros urbanos dinâmicos e complexos. Começam a revelar-se na sociedade pensadores apreensivos em compreender a nova vivência urbana, em interpretar o percurso da história e os acontecimentos presentes na sociedade, em compreender o processo de transformação e formação dessa estrutura social, econômica e urbana. As mudanças vivenciadas nas cidades industriais passam a ser um elemento de observação, criando-se um vasto campo de estudo e investigação para estudiosos em inúmeras áreas do conhecimento.

O discurso higienista na Europa surge diante de um contexto de um crescimento do capitalismo, fomentado pela industrialização nas principais capitais europeias como Inglaterra e França. Com o desenvolvimento industrial, veio um cenário de pobreza e espaços insalubres, impiedosos para os habitantes. Marx elaborou teorias a partir de sua vivência e observação, cuja classe dos trabalhadores era constantemente explorada e submetida a viver em áreas sem estrutura e exposta a sérios problemas de saúde. Diante dessas circunstâncias, que influenciaram grande parte da idealização por avanços à saúde da população, profissionais de diversas áreas como escritores, médicos e filósofos, passaram a difundir o discurso por melhorias e qualidade de vida, dando suporte à fundamentação do movimento higienista.

Uma das consequências da industrialização foi a urbanização, sem qualquer planejamento, pois os trabalhadores do campo migravam para as cidades e encontravam condições precárias de higiene, o que significou o forte indício para proliferação das enfermidades. Neste período, não existia uma política governamental de saúde e saneamento para a população, assim, apenas houve o crescimento agravante da situação. É quando se têm as primeiras reações das autoridades das principais capitais europeias, provocando e solidificando teoria higienista.

De acordo com a literatura, a partir do século XVIII, surgem as primeiras inquietações direcionadas pelas autoridades quanto à propagação de doenças e epidemias nas principais cidades europeias, em virtude do adensamento populacional e, por sua vez, das péssimas condições sanitárias propensas às enfermidades. Em razão do contexto da industrialização,

estudos elaborados pelos médicos europeus observaram as condições insalubres em que as cidades se encontravam, sendo um precedente de políticas públicas adotando a racionalidade médico-higiênica, assumindo um caráter de movimento higienista que visava modificar a saúde da população, erradicar doenças, proporcionar a qualidade de vida e melhorias urbanas para as cidades sem planejamento formadas pela migração dos trabalhadores do campo.

A discussão sobre a modernidade no Brasil surge no século XVIII, a partir dos ideais identificados e propagados na Europa, e no século seguinte ganha força e cresce “moldando” as cidades e os discursos governamentais pelo crescimento econômico e urbano das cidades. A vivência econômica das cidades contribui para uma nova abordagem cultural, social e política que são visualizadas principalmente por meio do campo arquitetônico e urbanístico. Para compreender a cidade “moderna”, é preciso observar as transformações urbanas, o discurso modernista passa a ser um instrumento regulador e embelezador das cidades brasileiras.

Na medida em que a cidade se configura em um ambiente moralizado, higienizado, este espaço passa a atender às normas de comportamento e organização da cidade. E para entendermos as intervenções sanitárias, requer uma avaliação de alguns dos direcionamentos políticos e interferências coletivas relacionadas à saúde. Michael Foucault debate a questão da medicina urbana, analisando os diversos fatores que provocavam os acúmulos e resíduos que pudessem gerar doenças espalhadas pelas cidades.

O livro “Microfísica do poder”, de Foucault, explicita como os mecanismos do poder são exercidos diante os anseios sociais e governamentais, mostrando a questão do poder nas sociedades modernas, que normalmente são exercidos por meio das práticas políticas e econômicas da sociedade capitalista. O filósofo francês estuda também as variantes que o termo “poder” influência e interage com o ser humano, esta abordagem se aplica na sociedade, ele afirma que as ações que o “poder” proporciona, pode estar em todo lugar, decorrente das relações e práticas que o ser humano exerce diante da sociedade.

Ainda, Foucault (1984), conforme o crescimento do tecido urbano, tem-se a saturação das relações sociais caracterizando o caos urbano, esse caos é referente à miséria, desordem, prostituição e criminalidade. As mudanças ocasionadas pelos serviços e sistemas urbanos são parte da modernização, fruto da sociedade movida pelo capitalismo. Entende-se que o “poder” exercido pelo homem se estende à prática social e expressa um conjunto de relações que opera, negocia e reivindica, ele molda nossos comportamentos, atitudes e discursos.

O movimento higienista é produto dos problemas de saúde coletivo, intensificado durante o processo de urbanização ocasionado na Europa a partir do final do século XVIII, e no Brasil no final do século XIX. O movimento foi impulsionado por meio de políticas públicas

na cidade, nas moradias populares, nos hábitos higiênicos, e ao acesso da medicina como as vacinas. Esse tema é amplamente discutido por Murilha (2011), que relata o contexto histórico do movimento higienista, proveniente da Europa e que posteriormente foi implantado também no Brasil.

O autor realiza um estudo sobre as teorias e concepções higienistas a partir do início do século XIX até meados do século XX, analisando as edificações e mercados públicos da região paulista. Segundo esse autor, a base do movimento higienista é a teoria miasmática³, a qual aponta como a falta de higiene, a presença de substâncias em decomposição, mesmo em pequenas quantidades, em determinados locais como os mercados, acabava ocasionando doenças através do contato direto com o ambiente contaminado, ou seja, a área, onde a comercialização de produtos era realizada, apresentava um alto risco de proliferação de contaminação alimentar e de doenças.

Na literatura, inúmeros textos tratam a temática sobre as questões de salubridade. As inúmeras medidas adotadas pelo poder público interferem no atendimento da atividade e comercialização de alimentos, adotando uma política severa, principalmente aos mercados, pois regras foram estabelecidas e esses espaços existentes ou novas construções precisavam enquadrar-se aos princípios higienistas da época.

As mudanças espaciais e sociais sugeridas pelo movimento higienista abrangem melhorias voltadas às questões de salubridade no espaço urbano, de como suas intervenções contribuem para mudanças nos hábitos diários da população. Diante do cenário urbano e social no início do século XIX, a população mais pobre começa a ser vista como perigosa no contágio, e vulnerável para propagação de doenças, forçando ações públicas para reduzir e controlar enfermidades. A pobreza passa a ser associada às doenças. Na verdade, neste período, o contexto urbano seria o agravante, pois o acúmulo de lixo e esgoto estava presente nas áreas de ocupação mais degradadas e nos cortiços que, na maioria das vezes, localizavam-se em áreas próximas ao centro da cidade.

As principais capitais da Europa vivenciavam os agravantes do processo industrial, como a concentração espacial e a ocupação improvisada e desordenada dos operários. Assim, ações políticas aliadas às medidas urbanísticas e concepções higienistas reformularam o espaço urbano, sendo realizadas grandes construções, avenidas e melhorias em áreas centrais, com o propósito de combater epidemias e afastar as doenças da elite burguesa.

³ Teoria Miasmática durante a Idade Média prevaleceu à teoria Miasmática, considerava que a doença era causada por certos odores venenosos, gases ou resíduos nocivos. O veneno presente no ambiente era a causa das doenças e epidemias. (MURILHA, 2011, p.36)

A cidade de Paris realizou a implantação do projeto urbanístico em que congregava a ideia de modernidade, modificando o espaço urbano e trazendo uma nova leitura da sua paisagem. O projeto urbanístico de Paris é executado pelo prefeito Georges Eugène Haussmann no século XIX, mediante aos impulsos de uma civilização burguesa, amparada pelas ideologias políticas de ordem e progresso, em que essas modificações na paisagem urbana denotam novas formas de poder e demarcação territorial.

As intervenções de Haussmann modificam a cidade, criando-se uma nova rede viária, uma nova leitura urbana, destruindo os bairros insalubres e vielas. Expulsa a população residente, visando melhorar a higiene e a circulação, modificando a paisagem. As ruas de Haussmann são artérias criadas para a circulação rápida, o tráfego pesado passa a ser um ensaio de intervenção autoritária em que predomina a monumentalidade e o embelezamento da cidade.

Segundo MURILHA (2011), no Brasil, as ideias higienistas cresceram aos poucos e tornaram-se um atenuante para a formação e desenvolvimento urbano. As teorias existentes na Europa também influenciavam profissionais brasileiros e favoreciam às tomadas de decisões para renovar e combater a propagação das doenças e manter a salubridade na cidade. Deste movimento, surgem aplicações no desenvolvimento urbano e a busca em disciplinar cada indivíduo. Os médicos higienistas tinham a responsabilidade de cuidar da saúde e da higiene, pois acreditava-se que grande parte dos problemas estavam relacionados às questões sanitárias. As sucessivas ondas de epidemias varíola, febre amarela, entre outras assolavam e dizimavam parcelas da população urbana. Considerando como surto epidêmico, induzindo os médicos à reflexão e a ações de controle.

O estudo de caso realizado por FOLLIS (2004), tendo como objeto a cidade de Franca em São Paulo, no período entre 1890 e 1940, contribuiu para entendimento do processo histórico presente em inúmeras cidades brasileiras, com semelhanças e particularidades regionais. O autor aborda a temática da paisagem urbana moderna, as motivações econômicas que refletem na atuação das políticas públicas e consequências das alterações urbanísticas no âmbito social.

Follis considera que “nesse contexto, as cidades assumiram redobrado valor como locus da atividade civilizatória (FOLLIS, 2004, p.15)”. Afirmar ainda que as cidades modernizadas constituíram, então, a maior expressão do progresso material e civilizatório de um período que se convencionou chamar de Belle Époque.

Analisando o caso da cidade de Franca, portanto, fora dos estudos de caso que contemplam cidades capitais como Belém, o autor utiliza os pressupostos urbanísticos de modernização a partir do higienismo, do embelezamento e da racionalidade. Considera que os

processos de modernização urbana, ocorridos na Europa desde meados século XIX, sofreu uma “drástica aceleração, impulsionada pelo poder público por meio das grandes reformas urbanísticas” (FOLLIS, 2004, p. 24).

Algumas características da formação da cidade “moderna” e civilizada em Franca se assemelha com o contexto histórico da cidade de Belém, em busca de uma cidade salubre, monumental e requintada, com uma malha urbana prática para viabilizar o deslocamento das pessoas e mercadorias. As transformações decorrentes da economia do látex geraram um novo processo na configuração do espaço urbano, como também, o surgimento de novos grupos sociais para a modernização da cidade.

No período de transição, entre os séculos XIX e século XX, as reformas urbanas em grandes centros urbanos, impulsionaram ações governamentais em prol da modernização que se disseminava na Europa⁴. Ferreira e Dantas (2006) abordam o desenvolvimento da cidade de Natal, a partir das iniciativas governamentais, direcionando os recursos principalmente para o centro da cidade e para algumas áreas de expansão – áreas periféricas, partindo-se do preceito de que existia a necessidade de desenvolver, aplicando novos padrões modernos e tecnológicos, com apoio de recursos privados.

Os estudos sobre a modernização urbana permitem compreender como ocorre a evolução nas relações sociais e na ampliação da rede do comércio na cidade. Diversos autores tratam do conceito de modernização quando relacionados aos processos que se observam nas cidades. Harvey desenvolve a questão da modernização, confrontando as tendências da arte, da arquitetura com as exigências econômicas, resultante de um período histórico. O autor aponta como marco da modernização, a expansão do comércio e do investimento exterior, depois de 1850. Refere-se ao modo de produção capitalista, as transformações que ocorrem principalmente em relação às inovações tecnológicas que fomentaram a urbanização e o crescimento das áreas urbanas. Para David Harvey devemos entender a cidade a partir de inúmeros aspectos, dependendo de qual do ponto de vista ela se torna passiva de intensas mudanças tornando um desafio espantoso.

Os processos da modernização estão relacionados com os recursos da acumulação do capital, e também se encontram interligados pela apropriação do capital através das transformações das matérias-primas em bens de consumo, descrito por Marx, com sua teoria de mudança social, processo de produção e tecnologia. A partir do século XIX, as cidades

⁴ FERREIRA, Angela Lúcia (Org.); DANTAS, George A. F. (Org.). *Surge et Ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940)*. Natal, RN: EDUFRN, 2006. p.10. Para os autores, as raízes da modernidade se encontram no século XIX, e são difundidas por Marx, Baudelaire.

européias caracterizam-se por uma concepção modernizadora, sustentada pelo discurso higienista, que previa uma cidade moderna com boas condições de saúde e higiene.

Harvey (1992) enfatiza a centralidade da experiência diária que afeta a sociedade e assim transformam os espaços urbanos, diante da desordem e descontinuidade sofridas durante a trajetória da cidade. Diante dos acontecimentos, Harvey observa as alterações da vida cotidiana, que afetam a percepção e a vivência de cada indivíduo, e se intensificam durante o pós-modernismo, período em que o autor identifica uma ruptura com o modelo de desenvolvimento capitalista.

De acordo com os argumentos de Harvey, podemos entender os processos básicos que determinaram a configuração espacial e social no início do século XX, o autor abstrai e propõe reflexões instigantes diante das modificações históricas e sociais provenientes do capitalismo. Harvey tornou-se um especialista no debate da temática sobre modernidade e pós-modernidade, cujas indagações reforçam as mudanças sociais, e o autor revela suas ideias e tendências ideológicas que contextualizavam as práticas culturais e urbanas levantadas pelos discursos modernistas. Seus argumentos baseiam-se na perspectiva materialista que transcende o tempo e o espaço. A interpretação no âmbito da arquitetura e projeto urbano servem como justificativa para as percepções pós-modernistas, para as mudanças no estilo arquitetônico, e nos questionamentos quanto a qualidade de vida urbana.

No início do século XX, o ideário da modernidade estabelece um novo cenário urbano, e a cidade moderna apresenta novas paisagens arquitetônicas e urbanísticas. O arquiteto e historiador urbano argentino Adrián Gorelik (2010) nos apresenta uma abordagem relacionada ao tempo e espaço, para explicar os processos de modernização que se observam na América Latina. Para este autor, a modernidade é considerada como um ethos cultural mais geral da época, e a modernização como aqueles processos duros que continuam transformando materialmente o mundo (GORELIK, 2010). Acrescenta o autor, que na cidade latino-americana, a modernidade foi um “caminho para a modernização como uma vontade ideológica de uma cultura para produzir um determinado tipo de transformação estrutural” (GORELIK, 2010, p.18).

No início do século XIX, o Brasil inicia e programa, em algumas capitais, as primeiras intervenções com base nos ideais de modernidade, pois o País estava vivenciando a consolidação da República, em que para o governo ainda era necessário manter a unidade política territorial, e com a justificativa de manter unificado o país. A dinâmica da economia internacional impulsionou mudanças hierárquicas, sociais e transformações de hábitos

cotidianos. A busca pelo progresso estabeleceu ideias sobre as possibilidades de civilizar o território, baseado nas propostas Europeias, em “modernizar” e inserir novas tecnologias.

Como os ideais de modernidade começam a ditar uma nova forma de conceber os espaços das cidades, percebe-se que após a década de 1920 as cidades buscam identidades sociais, culturais e arquitetônicas. Segundo Waisman (1972), a crise é realizada como resultado das mudanças sociais e tecnológicas que se iniciaram no início do século XIX e se propagaram até o século XX.

Quando a estrutura urbana passa a ser analisada e utilizamos os critérios propostos por Waisman (1972), é fundamental analisar a função, forma, técnicas, a sociabilidade e principalmente a relação entre obra e entorno, para assim conceber um espaço que atenda a dinâmica da forma urbana. Não basta conceber um elemento, a produção arquitetônica é resultado da interdisciplinidade entre as circunstâncias do local, ou seja, a junção entre história, técnica, economia, sociabilidade, política e urbano, sendo imprescindível a compreensão dos fatos e, a partir das necessidades reais, produzir o espaço. Para a autora, não existem modelos, estes podem ser adaptados às circunstâncias do local, em alguns casos são a melhor alternativa para a integração do espaço urbano com o elemento/monumento arquitetônico.

Dentro dos ideais de modernidade, temos a civilidade, que aborda os comportamentos entre os seres humanos os quais dividem o mesmo espaço, sendo ambos responsáveis pela convivência e uso dos espaços. Segundo Norbert Elias (1994)⁵, a civilidade seria um modo de vida que pretendia opor-se a outro, padrões de comportamento não naturais que podem ser derivados de condicionamentos e adestramentos. Em termos reais, esse conceito se aplica na abordagem do Brasil, pois a visão neste período Republicano buscava eliminar os vestígios de uma arquitetura e vivência social do período Colonial. A corte portuguesa tentava reproduzir os hábitos e costumes europeus em terras brasileiras.

Durante a passagem do século XIX, as transformações foram configuradas a partir do crescimento tecnológico e das relações entre comércio e cidade. As intervenções eram provenientes das ações do poder público, usando as palavras de civilidade e modernidade para transformar as cidades. Em muitas capitais brasileiras, prevaleceu os padrões usados pelos europeus, para justificar e caracterizar as ações de modernização nas cidades. Em Belém, não foi diferente, as ações governamentais visavam o discurso de “modernidade”, a reforma

⁵ O sociólogo Alemão Norbert Elias, em seu livro, O processo civilizador: uma história dos costumes. Aborda a civilidade e comportamento humano.

direcionada por Antonio Lemos foi centrada nos ideais higienistas, remodelamento e embelezamento da cidade.

Em todo o século XIX, o movimento comercial de Belém, apresentava-se intenso, com a exportação e comercialização do látex. As atividades econômicas da cidade neste período proporcionaram um avanço significativo, motivado pelo Progresso e pela Civilização atuantes na gestão de Lemos, aplicando os rendimentos adquiridos durante esse momento histórico. No entanto, ao assumir a Intendência, a realidade encontrada não era favorável, segundo dados do Relatório do Conselho Municipal de 1906, a cidade encontrava-se:

[...] vias públicas atravancadas com materiais destinados a obras, cujos empreiteiros os deixaram ficar nas mesmas, por longos dias: Coradoiros de roupas em lugares proibidos; gado cavallar, vaccum e suíno, a Pastar pelas ruas e praças. (LEMOS, 1906. Pág. 84).

As cidades precisavam renovar a aparência da paisagem, de modo que se tornassem modernas e civilizadas. As propostas de modernização que transcorreram em Belém, no final do século XIX, foram materializadas em virtude das condições econômicas vivenciadas na capital. Para Sarges (2000), a modernidade foi entendida como expansão de riqueza, caracterizada pelo avanço de tecnologia, expansão do mercado internacional, urbanização e crescimento das cidades, mudança de comportamento público e privado, transformando as ruas em lugares onde as pessoas circulavam e exibiam seu poder de riqueza. A reordenação da cidade era motivada por uma política de saneamento e embelezamento, assim como a remodelação de hábitos e costumes sociais. A comercialização da borracha exigiu a reorganização do espaço urbano e uma transformação na área portuária, pois a cidade tornava-se o principal porto de escoamento desse produto para o mercado externo⁶.

⁶ SARGES, op. cit., 2000, p.20-21.

A cidade e o comércio: o lugar dos mercados

A origem e o conceito de Mercado Público evoluíram com o tempo, e para entendermos reportamo-nos para as primeiras ideias de Mercado surgidas na Grécia Antiga, que consistia de um corredor ou um pórtico coberto, destinado ao uso público. Denominado de Stoa, era como um hall aberto, longo e estreito, ladeado por colunatas, e eram usadas para dar abrigo, principalmente ao comércio. Os textos também descrevem que as primeiras Stoas eram abertas na entrada, e, com o passar do tempo, essas construções passam a ter dois andares e internamente funcionavam lojas, oficinas, onde se tinha o livre comércio dos produtos. De acordo com Ferreira; Morais (2008):

...os edifícios gregos têm diversas aplicações e funções, desde o uso religioso ao civil, e do público ao privado para dar abrigo ao comércio. (Ferreira; Morais, 2008, p. 34)

A importância dos mercados cobertos requer entendermos as atividades comerciais das antigas civilizações, que utilizavam os métodos de troca para adquirir as mercadorias⁷. Civilizações como gregos e romanos caracterizaram os primeiros espaços públicos, cujas atividades econômicas detinham-se na discussão e troca dos produtos. A ágora grega é um dos recintos mais antigos referentes a espaço público, assim como o fórum romano era um espaço que reunia vários edifícios, diversas atividades, mercado, sede do governo, cultos, área de trabalho para o bem de todos os cidadãos.

Devido à queda do Império Romano do Ocidente (em meados do século IV d.C), mediante invasões bárbaras, inicia-se a crise econômica e disputas pelo poder. Este período foi marcado pelo processo de ruralização - os povos do Império Romano que viviam nas cidades, começaram a ir para o campo, com o intuito de se proteger dos ataques de bárbaros.

Com a insegurança gerada pela penetração dos bárbaros e com as dificuldades nas comunicações, acentuou-se a ruralização da economia e da sociedade. (FRANCO JUNIOR, 2001, p.82)

A economia passava por uma nova estruturação, na qual relações comerciais eram provenientes da produção rural. A propriedade rural passou a diversificar produção de gêneros agrícolas, além da criação de animais e da produção artesanal. A terra tornou-se o bem mais valioso. Foi dentro deste contexto que se desenvolveu o novo sistema de trabalho, que acolhia os interesses dos grandes proprietários rurais ao substituir o trabalho escravo pelo regime de servidão, em que o trabalhador rural era o servo do grande proprietário, instituindo-se, assim, um novo sistema econômico, político e social: o feudalismo.

⁷ MURILHA, Douglas. O higienismo e a construção dos matadouros e mercados públicos. 2011.

As trocas de produtos e mercadorias eram bastante comuns na economia feudal, e a comercialização era possível através do excedente de produção. Assim, diante dessas negociações econômicas, tem-se o aumento do comércio promovendo o desenvolvimento das cidades medievais. Aos poucos a expansão do comércio e o crescimento da cidade influenciou na distribuição econômica e social das civilizações. E, com o curso da história, o comércio pode ser considerado como personagem atuante diante das transformações no espaço urbano e contribuidor para o desenvolvimento das cidades.

Desde o surgimento das primeiras civilizações, o mercado é protagonista para a contextualização das relações sociais e econômicas. Com a expansão do comércio e o crescimento das cidades, ascenderam vários conflitos, iniciando transformações do espaço urbano, esses acontecimentos no final do século XVIII e início do século XIX, desencadearam momentos agregados ao “crescimento da riqueza e ascensão de uma nova burguesia” (VARGAS, 2001) uma fase de muitos fatos, que posteriormente no século XX, é evidenciada na dinâmica social e espacial, promovendo mudanças nas atividades do comércio. Quanto ao comércio, VARGAS (2001, p.19) observa:

O caráter social da atividade de troca está nela implícito, pois para a troca se realizar existe a necessidade do encontro: encontro de pessoas com bens e serviços para serem trocados. O ato da troca pressupõe a conversa para que o negócio seja efetivado. No entanto, a troca só se realiza, porque existe a necessidade ou o desejo pelo bem, levado, assim, a busca de uma real satisfação, quando a troca se conclui.

Desta forma, o surgimento dos mercados públicos se relaciona com a história do comércio da cidade, com a troca de mercadoria entre os grupos sociais e pode abranger inúmeros significados, que hoje se entende como um fenômeno muito mais amplo, que abarca sentidos políticos, econômicos, sociais e simbólicos, ou seja, existe uma “relação umbilical de origem” entre comércio e cidade (FILGUEIRAS, 2006). Atualmente, a discussão apresenta grandes desafios “na competição das cidades” (VARGAS, 2001), busca-se a inserção dos mercados na contemporaneidade, o que passa a ser um desafio para as referências urbanísticas, pois o processo é cada vez mais agressivo e implacável diante da história e da identidade dos Mercados, os quais sobreviveram a tantas transformações urbanas.

Com a inserção dos mercados no meio urbano é possível interpretar peculiaridades e perceber como esses espaços são importantes para manter a sociabilidade e vitalidade das cidades. Pode-se afirmar que a trajetória histórica dos mercados está absolutamente relacionada ao contexto histórico das cidades, pois como os mercados públicos eram responsáveis pelo abastecimento da população, conseqüentemente criavam-se relações políticas e econômicas nas áreas de entorno de sua região de influência (FILGUEIRAS, 2006; VARGAS, 2001).

Conforme Filgueiras (2006), os primeiros recintos relacionados à troca de mercadoria no discurso da história urbana baseiam-se nos bazares árabes, na ágora grega, fóruns romanos e praças dos mercados medievais, os quais se caracterizavam pela concentração de atividades econômicas e práticas sociais, uma mistura de diversidades. Esses lugares transformam-se ao longo da história, e os estabelecimentos passaram a agregar a vitalidade e um intercâmbio cultural, possibilitando interação e convívio social. Para Vargas (2001), o lugar de mercado exerce sua função como espaço público, tendo em vista que o mesmo é acessível aos usuários e proporciona a interação entre estes.

Os exemplares de mercados públicos construídos na Europa durante o século XIX permitiu o crescimento das cidades e conseguiu resgatar a sociabilidade da estrutura do comércio, convivência e troca⁸. Conforme Vargas (2001) “a origem do mercado está, no ponto de encontro de fluxos de indivíduos que traziam seus excedentes de produção para a troca, normalmente localizados em pontos equidistantes dos diversos centros de produção⁹”, característica que se manterá nos períodos seguintes até o surgimento do mercado público coberto no século XIX, no âmbito da modernização das cidades europeias.

Acrescenta ainda Waisman (1972), o mercado público do século XIX é uma referência à forma do grande espaço coberto, o qual, para as concepções arquitetônicas neste período torna-se um desafio, pois buscavam-se soluções arquitetônicas incorporando conforto, estrutura e função. Segundo a autora, passaram a desempenhar um papel conservador no entorno, dando um sentido de continuidade. Tais processos urbanos permitiram integrar grandes inovações, “sem que seu entorno, aparente-lhe, de repente, estranho: atuam de um modo seguro contra a alienação”¹⁰.

As definições dos espaços de troca, de compra e venda de mercadorias mostram que a ocupação do espaço público constitui a maneira como o indivíduo atua e interpreta o seu espaço e como mantêm a relação de suas atividades. Neste processo de troca de mercadorias, perdura um dos elementos principais para esse acontecimento o “espaço”, que se faz imprescindível em qualquer tipo de troca. Do ponto de vista de Vargas (2001), a complexidade no espaço urbano é em decorrência da intensidade das atividades e adensamento populacional, que cada vez se torna ascendente pela disputa do espaço. Vargas aborda a importância do comércio nas cidades

⁸ VARGAS, Heliana C. Espaço terciário. O lugar, a Arquitetura e a Imagem do Comércio. São Paulo: SENAC. 2001. p. 19. “Para a troca se realizar, existe a necessidade do encontro: encontro de pessoas com bens e serviços para serem trocados. O ato da troca pressupõe a conversa para que o negócio seja efetivado”.

⁹ Idem. p. 95.

¹⁰ WAISMAN, Marina. La estructura histórica del entorno. Buenos Aires, Nueva Visión, 1972. p.84.

brasileiras, como também, debate a atividade do comércio perante o desenvolvimento econômico e social.

E também, segundo Vargas (2001), descreve que durante o século XIX, “dois aspectos assumiram importância considerável: o aumento numérico para abastecer a população e a preocupação com as questões sanitárias dos espaços de mercados abertos¹¹”, criando, desta forma, espaços físicos com distribuição interna e salubres destinados à comercialização dos produtos, onde estes mercados cobertos, passaram a ser caracterizados, em sua maioria, como edificações com lojas internas, oferecendo diversidade de produtos e serviços, um atrativo para o público consumidor.

Vargas (2001) também aborda a importância do comércio como atividade de desenvolvimento social e econômico, ou seja, avalia a diversidade de formatos comerciais que existiu ao longo da história, e como essa variação do comércio conseguiu influenciar o comportamento e distribuição das cidades; pontua a temática de espaços comerciais no Brasil, discutindo as relações comerciais entre “shoppings centers” e supermercados, nas quais a especulação imobiliária é apontada como articuladora dessa disputa comercial, ocasionando um crescimento assustador na ocupação dos espaços urbanos, em que provoca uma dinâmica econômica, consequentemente uma redução na qualidade arquitetônica e carência nas áreas e edificações históricas.

Para Martins (2010) a construção dos mercados redefiniu o traçado urbano, contribuiu para a transformação da paisagem urbana e vivência da população, é um referencial e testemunho de grandes mudanças no contexto histórico e urbanístico. Os mercados impulsionaram o crescimento das cidades e refletiram uma configuração moderna dos princípios comerciais, sanitários e estéticos, o que sugere centralidade diante do mercado.

Rennó (2006) elabora um estudo de caso confrontando mercados públicos e supermercados de São Paulo, escrevendo brevemente a origem do comércio, feiras livres e mercados, discutindo meios de comercialização em que discute a relação sócia espacial entre o espaço e o indivíduo da cidade.

O Mercado Central de Belo Horizonte é estudado por Filgueiras (2006) com uma visão antropológica, analisando os enfoques sociais e resgatando o conceito original de mercado, mesmo com a privatização do espaço e intervenções adotadas pela administração do local.

¹¹ Idem. p. 160.

Tanto Filgueiras como Rennó analisam o mercado público como precursor do desenvolvimento da cidade e demais relações sociais, conforme descrito por Guardia e Oyón (2010), assim como as relações entre diversidades tipológicas e estruturação do entorno.

O mercado coberto representou uma tipologia que ao longo do desenvolvimento na Europa do século XIX, teve um importante papel de centralidade de comercialização nas principais capitais, como Londres, Barcelona, Paris. “Os mercados tem sido o autêntico coração e fundamento da vida urbana” (GUÀRDIA & OYÓN, 2010, p.14). Em outras palavras, o mercado coberto sustenta-se como emissor de atividades urbanas, concentra a dinâmica da vida urbana, o fluxo comercial, instituindo uma relação intensa com seu entorno e toda a cidade.

Com a Revolução Industrial, a dinâmica dos mercados apresentou-se de maneira mais racionalista, sendo determinantes nas relações de compra e venda, ao surgimento de novos materiais e técnicas construtivas. Desta forma, a construção dos mercados públicos cobertos é provocada por inúmeros fatores sociais e econômicos, que potencializavam a sua existência, como também, a sua importância no contexto histórico-urbano, já que estes espaços se caracterizavam pelos fluxos diários, venda e troca de mercadorias, convívio social, distribuição e abastecimento de alimentos.

Os estudos sobre os mercados urbanos nos mostram as diferentes configurações assumidas como espaço coberto. Na Europa, esses espaços se desenvolveram a partir da segunda metade do século XIX. Guàrdia y Oyón (2010) discorrem sobre essa tipologia e suas variações e formas de funcionamento, evidenciando a importância que têm para a construção da cidade europeia no período.

Os autores Rennó (2006) e Vargas (2001) apresentam estudos de casos que evidenciam o caráter transformador dos mercados e o desenvolvimento das formas de comércio. Com o surgimento de uma nova tipologia para os mercados no século XIX, a Europa se destaca pelas primeiras transformações, pois se aplicaram os preceitos higienistas na elaboração dos primeiros mercados públicos e demais equipamentos de infraestrutura urbana, que serviram para reorganização do espaço urbano nas cidades.

Para Guàrdia y Oyón (2010), os mercados começam a apresentar uma tipologia diferenciada e assumem um papel de protagonista do novo contexto urbano. Em Paris, o Mercado de Les Halles, passou a ser referência como espaço de mercado coberto, responsável em gerar uma nova tipologia em arquitetura, que, depois, vai estender-se por todo o continente europeu. Este “surge da reinterpretação de modelos clássicos e integra novas tecnologias da revolução industrial” (GUÀRDIA Y OYÓN, 2010, p. 141), como exemplo de modernidade. A estrutura de ferro e vidro torna-se ícone na arquitetura daquele período, e incide na abordagem

histórica dos espaços de comercialização, ou seja, têm-se edifícios projetados diante a espacialidade e luminosidade interna.

Entendendo os edifícios dos mercados como uma tipologia importante nesse período, é pertinente fazer referência aos estudos de Waisman (1972), sobre a tipologia e o ordenamento do edifício, assim como a relação destes com o entorno: um instrumento significativo para a historiografia arquitetônica. Nesta historiografia arquitetônica, podemos usá-la a partir de algumas possibilidades: a morfologia, a periodização, o objeto de estudo ou o critério de análise histórica para a abordagem arquitetônica.

No Brasil, estudos nesse sentido ainda estão em vias de desenvolvimento, porém os estudos de Murilha e Salgado (2011) apontam as diferentes tipologias encontradas em várias cidades Brasileiras e suas relações com as medidas higienistas. Este estudo utilizou parâmetros tipológicos arquitetônicos, que caracterizou os diversos modelos de mercados públicos edificadas. Esta pesquisa consiste na descrição tipológica dos mercados, compreender as concepções que influenciaram na construção e contribuições desses equipamentos urbanos dentre as normas e ações do movimento higienista.

Murilha (2011), ao analisar as teorias higienistas, ressalta a presença dos mercados como um dos lugares desse discurso que se verifica também em outros espaços da cidade. Espaços que surgiram como novos equipamentos, que procuravam responder às necessidades mais exigentes da população em crescimento e contribuíram para reordenar os aglomerados populacionais que se apresentavam em expansão.

O comércio se desenvolve de acordo com as atividades desempenhadas nos mercados e em sua área de entorno, sendo capaz de concentrar a dinâmica da economia e vivenciar complexas relações sociais. No entanto, percebe-se que a sobrevivência dos mercados reside na busca em adaptar-se às novas estratégias, mantendo ainda sua função de comercialização de diversas mercadorias (MURILHA & SALGADO, 2011, p.10). Estes edifícios participaram dos novos processos da concepção arquitetônica, no contexto de uma política pública sanitária, em um discurso que defendia a manutenção da higiene urbana, como elemento de modernização.

Durante as alterações que o espaço urbano sofreu, no final do século XIX, no período da belle époque, a política de obras públicas, no território paraense, foi beneficiada, em virtude do volume de recursos disponibilizados pela economia gomífera. Havia-se necessidade de projetar e estruturar uma cidade diante de padrões estéticos e infraestrutura dos serviços básicos da cidade, assim surgindo obras modernizadoras visando o crescimento das atividades

econômicas e itens essenciais para a ampliação da cidade. A renda gerada pelo comércio da borracha promoveu grandes melhoramentos urbanos, principalmente na área central da cidade, beneficiando a elite da sociedade (SARGES, 2000).

Um novo modo de vida emergia e era atribuído a seus habitantes; o reordenamento urbano da Província torna-se um projeto de poucos. A cidade necessitava de um programa delineado pela ideologia dominante da ordem e do progresso na reorganização do espaço, em que a nova ordem econômica formada por comerciantes, seringalistas, financistas e profissionais liberais direcionavam a remodelação da cidade, responsabilizando o poder público em atribuir uma tarefa árdua para embelezar a cidade, criando mecanismos que interferiram na vida cotidiana das pessoas (SARGES, 2000).

A exploração da borracha foi marcada pela consolidação de um sistema complexo de trocas comerciais entre habitantes locais, o qual ficou conhecido como Sistema de Aviamento: “instituição que se consolidou a partir do contato da sociedade amazônica com um sistema altamente monetizado, qual o capitalismo industrial europeu”¹².

Com o crescimento da população e movimento financeiro, a cidade começou a apresentar aspectos nocivos, insalubres e acentuada segregação sócio espacial. Por volta do final do século XIX, iniciam-se a implantação de algumas melhorias urbanas, que eram voltadas para o embelezamento da cidade, para atender o anseio da burguesia local.

¹² SANTOS, R. História Econômica da Amazônia. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. p. 155. O aviamento é entendido como uma espécie de economia amazônica própria e desempenhava o papel de elemento sustentador e articulador de toda estrutura social da região, servindo como elo entre duas extremidades representadas pelo macro-núcleo urbano e o micro-núcleo extrativista.

CAPÍTULO 2: PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO E OS MERCADOS PÚBLICOS EM BELÉM NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Discursos e práticas da administração de Antônio Lemos

No final do século XIX, cidades portuárias eram afetadas por algumas epidemias, decorrente das difíceis condições sanitárias presentes nos centros comerciais. No caso de Belém, as ações públicas encontram-se descritas nos relatórios de Antônio Lemos, que aborda a ideia de civilidade e apresenta no Código de Postura. Sarges (2000) esclarece que esse Código teve o papel regulador em diversos aspectos da cidade, constituindo um dos pontos prioritários na administração de Lemos.

Desde a higienização dos estabelecimentos públicos, habitações coletivas, hotéis, pensões, hospitais, barbearias, mercados, asilos, fábricas, até o controle de alimentos a serem vendidos à população. (SARGES, 2000, p.98)

A difusão das ideias higienistas, na cidade de Belém, foi fortalecida pela ocorrência de várias doenças que apareceram nesse período e rapidamente assolaram a população. Nos trabalhos de Sarges (2000), as ideias higienistas mostraram o discurso das autoridades que apontavam para projetos de reforma urbana, códigos de posturas, atos e decretos instituídos pelo poder público. O compromisso da gestão estava em estabelecer estratégias para o controle e saneamento, e manter fiscalização periódica nos centros urbanos.

A administração do Intendente Antonio Lemos, no final do século XIX, instituiu como prioridade uma política de embelezamento da cidade, que atribuía os preceitos de civilidade e modernidade com a finalidade de controlar e estabelecer normas e hábitos para conservar a saúde coletiva e individual da população. Nesse período, proveniente da alta comercialização da borracha na região amazônica, o Intendente proporcionou implantações de reforma urbana e sanitária, transformações no espaço urbano, marcado pela ideologia higienista.

Intervenções como a higienização das ruas, do ar e dos estabelecimentos, como os mercados públicos, constituíram lugares em potencial para retirada do acúmulo de material em decomposição, pois eram, e ainda hoje continuam sendo, responsáveis pelas atividades de abastecimento e comercialização de alimentos, provocando a construção de novos mercados que atendessem as diretrizes higienistas. Assim o poder público estabelece normas para a construção de edifícios comerciais apropriados para as atividades de comercialização de alimentos. Sarges relata que a cidade procurou se modernizar, como que estivesse se preparando para ser o porto de escoamento da produção da borracha, o qual, em dado momento, assumiu o segundo lugar na pauta de exportação brasileira (SARGES, 2000, p. 23).

Na cidade de Belém, os ideais higienistas são identificados nos Relatórios do governo Lemos como registra o Relatório Municipal de 1903:

A ideia sanitária deverá ser hoje em dia, a preocupação capital de todos os cidadãos. “Quanto mais se torna eficaz o saneamento duma cidade, maiores encantos e segurança adquirem ela, e mais atraente se faz para os visitantes estrangeiros” (Lemos, 1903, p.97).

E com o crescimento demográfico, o primeiro Mercado precisou acompanhar o abastecimento, o qual se tratava de um aumento intensificado, principalmente no final do século XIX, devido à atividade econômica observada na região, e, conseqüentemente, afetou a higiene local. Sarges (2000) faz observações sobre o processo de construção, urbanização e modernização da cidade, evidenciado durante a gestão de Antonio Lemos, período expressivo destas transformações. Segundo a autora, Lemos precisou realizar uma estratégia higienista para minimizar os transtornos à população - medidas relacionadas à limpeza pública. Eventos que acontecem somente após a primeira década do século XX, quando as exigências de infraestrutura na cidade começam a ser inseridas no contexto urbano e com a intensa migração. A cidade expandiu-se ao longo dos anos para áreas mais afastadas do centro, gerando um novo crescimento físico espacial.

Nesse sentido, percebe-se através dos relatórios de Lemos, a preocupação do intendente com a salubridade do espaço público. “A abertura de novas avenidas para fazer penetrar o ar e o sol em bairros e quarteirões insalubres” (LEMOS, 1902, p.15), Desta forma, Lemos reforça a necessidade de programar os serviços de infraestrutura, dando um ar de civilidade, colocando a cidade em equidade com as demais cidades contemporâneas. Essas mudanças na estrutura urbana trouxeram novas maneiras de se viver em sociedade. Assim, com relação as intervenções de modernização aplicadas e relatadas em diversos momentos temos: “O mercado que possuímos não satisfaz às necessidades públicas. Edifício antigo de acanhadas proporções sem o necessário asseio. O mercado público não corresponde às exigências de uma cidade de primeira ordem¹³”. Lemos descreve o Mercado Municipal:

Apresentava um aspecto repugnante, com as paredes enegrecidas, o chão imundo, a desorganização do serviço administrativo, a incúria na fiscalização, a indisciplina dos mercadores ali estabelecidos, a balburdia imperando dominadoramente por toda parte. (LEMOS, 1902, p.67)

Em decorrência das interferências de modernização que movimentavam a capital paraense na época, de certa forma acelerada, em virtude do consumo de mercadorias industriais importadas e também pelas mudanças na estrutura urbana, aparece como uma das prioridades da Intendência Municipal, um novo Código de Posturas, implementando novas regras de

¹³ LEMOS, Antonio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal. Belém, 1902. Pág. 67. Em fins de 1897, Lemos descreve as condições em qual se encontrava o Mercado Municipal.

comportamento, as quais são impostas para a população, tendo seu cumprimento através da constante fiscalização¹⁴ do gestor municipal e por concessões em alguns casos.

Mediante os sistemas de concessão aplicados ao Mercado Municipal¹⁵ e ao Mercado do Ver o Peso, foram entregues aos concessionários responsáveis, a padronização e higienização, a utilização de uniformes, a forma como deveria ser apresentada a mercadoria e os locais de exposição. Assim, mediante cobrança de taxas dos feirantes. Era cargo da Intendência, a incumbência de fiscalização da obra e do cumprimento de todas as normas de higiene e segurança, era realizada em grande parte por médicos sanitaristas contratados pelos gestores com o objetivo de manter o controle.

Diante dos parâmetros de civilidade, Lemos ainda teve o propósito de promover nos principais mercados municipais o controle do comércio e a ação de salubridade nos espaços, sendo assim, a intendência passou a realizar projetos, procurando reestruturar os espaços de comércio, adotando a ordem e modernas técnicas de higiene.

Essas transformações ocorridas na cidade durante o ciclo de produção da borracha deixaram marcas da modernização nos espaços públicos. A política higienista reestabeleceu o controle e diminuição das epidemias, que em vários momentos afligiram a cidade matando milhares de pessoas e também alterou consideravelmente a vida econômica da cidade. Mas, ainda há indagações sobre estas transformações, no que se refere aos questionamentos sobre o quanto estas mudanças possibilitaram o real crescimento econômico e urbano para cidade, conforme se refere à historiografia de Belém. A contribuição da política de modernização e fatores econômicos aconteceram a partir de meados do século XIX e proporcionaram um crescimento que até hoje repercutem na cidade de Belém (SARGES,2000).

Com a vigência do governo Republicano, um novo ambiente político visava romper os vestígios do império, e, no ano de 1987, tem-se o início da permanência lemist na capital de Belém. Antonio Lemos foi eleito Intendente da cidade, assumindo o poder de 1897 a 1911, foi influenciado pelos ideais científicos e políticos deste período. A cidade apresentava carência em diversos setores e almejava-se por melhorias.

A modernização propagada por Lemos, nas décadas de 1890 e 1910, foi motivada pela ação política. Ainda que este tenha sido favorecido pelo momento histórico e financeiro da

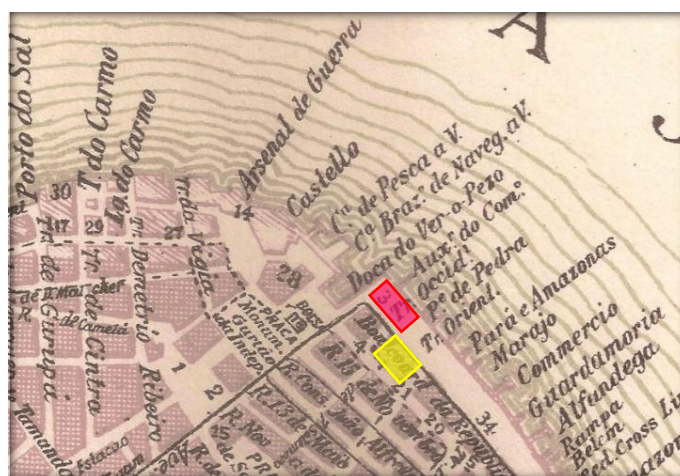
¹⁴ LEMOS, Antonio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal. Belém, 1902. Pág. 32. Com o novo código de postura, são aplicadas penas e multas para o cumprimento das Leis Municipais.

¹⁵ LEMOS, Antonio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal. Belém, 1902. Pág. 59. Foi deferido em abril de 1900 a concessão do Mercado Municipal para N. Kaled para abastecer diariamente o mercado, independentemente de subvenção, e apenas mediante isenção de impostos municipais e concessão gratuita de três talhos no mercado público.

capital, a cidade tornou-se um núcleo transportador de produto e mercadorias. O Intendente conseguiu realizar benfeitorias, propondo o embelezamento da cidade utilizando os rendimentos provenientes do látex. A urbanização na cidade sofreu influência europeia, aplicando ideais de modernidade, criando uma nova estrutura urbana e serviços para atender a elite burguesa da cidade (SARGES, 2000).

Com o auxílio de profissionais técnicos, foi elaborado um projeto com base na Planta de Nina Ribeiro¹⁶, datada de 1886 (Figura 2). Desenvolveu-se um plano para Belém, projetou-se a expansão ordenada da malha urbana de Belém até a 1ª Léguas Patrimonial, organizando o espaço central da cidade. Nesta planta, conseguimos identificar a área reservada à construção do Mercado de Ferro e à ocupação do Mercado Municipal. Futuramente, com a elaboração da planta de 1905, desenhada por José Sidrim¹⁷ (Figura 3), sendo que as alterações de Sidrim restringiram-se apenas à inclusão de novas informações, ou seja, mudanças e/ou acréscimos para a nomenclatura de vias, e o surgimento de equipamentos, como o Mercado de Ferro, na Doca do Ver o Peso.

Figura 2 - Imagem ampliada da planta Nina Ribeiro elaborada em 1883-1886.



Mercado Municipal Francisco Bolonha - Existente

Área reservada para a construção do Mercado de Ferro

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do arquivo disponível no site <https://fauufpa.org/tag/planta-nina-ribeiro/> acessado em 20 de agosto de 2015

¹⁶ Engenheiro da Câmara, Manoel Odorico Nina Ribeiro, contratado para realizar o levantamento e projeto da cidade de Belém.

¹⁷ José Sidrim, funcionário público da Intendência Municipal, lotado na Secção de Obras, no período de Antônio Lemos. Atuando como desenhista responsável pela nova planta da cidade de Belém em 1905, usando como base a planta de Nina Ribeiro datada de 1883-1886.

Figura 3 – Imagem ampliada da Planta de Belém elaborada por José Sidrim em 1905.



- Mercado Municipal Francisco Bolonha
 Mercado de Ferro

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do arquivo disponível no site <https://fauufpa.org/tag/jose-sidrim/> acessado em 15 de agosto de 2015

Na proposta de expansão urbana de Lemos, percebe-se abertura de vias e estradas, direcionando o crescimento da cidade; a ocupação de áreas alagadas da cidade; a instalação de bosques municipais; a construção de largos, em confluências das grandes avenidas; a abertura de novos bairros com ruas e travessas largas; quarteirões assimétricos e de grande extensão, permitindo a existência de quintais de grande comprimento¹⁸.

Com as primeiras iniciativas de elaborar um novo plano urbanístico para cidade de Belém, utilizando a política de ideais de modernidade, Lemos implantou um Código de Postura, que especificava todas as exigências e proibições para construções e comportamentos dos indivíduos na capital (SARGES, 2000). Toda a renda proveniente da comercialização do látex contribuiu para a nova estrutura urbana, ações públicas, construção e reforma de prédios públicos. Em vários discursos de Lemos, presentes nos Relatórios da Intendência, ele reforçava a importância do embelezamento da cidade e a transformação nos hábitos da população, baseado nas preleções de ideais higienistas.

O intendente tinha todo um contexto histórico a favor da manutenção de suas políticas, bem como de seu poder, sendo que duas das características marcantes de seu governo se voltavam para o melhoramento da infraestrutura urbanística e a higienização da cidade. De acordo com Sarges (2000, p. 158), ocorreram vários melhoramentos no espaço urbano de

¹⁸ CASTRO, Fábio Fonseca de. A cidade Sebastiana. Era da borracha, memória e melancolia numa capital da periferia da modernidade. Belém: Edições do Autor, 2010, p.149.

Belém, como “pavimentação de ruas, construção de praças e jardins, usinas de incineração de lixo, limpeza urbana. Tudo isso controlado por um código de postura, baseado em ideias liberais”. Essas políticas em sua maioria eram dirigidas às áreas centrais da cidade.

As transformações do espaço público da capital paraense sofreram modificações, que ainda são pertinentes às indagações. Nesse caso, refere-se aos questionamentos sobre o quanto estas mudanças possibilitaram o real crescimento econômico e urbano para a cidade. Conforme se refere à historiografia de Belém, a contribuição da política de modernização e fatores econômicos, aconteceram a partir de meados do século XIX, e proporcionaram um crescimento que até hoje repercutem na cidade de Belém (SARGES, 2000).

Além disso, podem ser exploradas as questões de civilidade. Com imposições foram estabelecidos antigos hábitos culturais, e fatores econômicos modificaram o estilo de vida da sociedade. De fato, a normatização do espaço público colocou-se de forma autoritária, e o reflexo das imposições segregava parte da população para áreas afastadas.

Estas práticas também ocorreram em outras cidades brasileiras, e durante a modernização de Belém, a cidade sustentava o discurso com justificativa de manter a saúde física e mental da população, a argumentação da preservação da qualidade de vida e do desenvolvimento econômico, já que as cidades apresentavam precárias condições de salubridade, intensificadas pelo crescimento desordenado do espaço urbano.

De fato, com a presença dos mercados, observam-se a valorização do espaço, transações comerciais, e um espaço pleno de significados e referências da história local, tornando-se um dos elementos integrantes no processo de modernização urbana, inseridos como equipamentos urbanos e meios centralizadores do comércio. Portanto, o mercado passa a agregar valores que excedem suas propriedades físicas e arquitetônicas, expressando um novo caráter funcional e simbólico (LIMA,2008).



Mercados Francisco Bolonha e Mercado do Ver o Peso: A construção do primeiro mercado e sua modernização.

Neste tópico, será apresentado um breve esclarecimento da passagem urbana de Belém e como os equipamentos urbanos interagem com o crescimento da cidade. Através de imagens e importantes fontes documentais, nota-se algumas mudanças históricas e físicas que a cidade sofreu ao longo do crescimento urbano durante séculos, até o aparecimento de grandes avenidas e edificações como símbolo da modernidade datada a partir do início do século XX.

A partir da fundação da cidade de Belém, em 1616, o povoamento cresceu e assim permeou o controle da entrada pelo rio, para garantir o domínio da costa norte do Brasil pelos portugueses. Um dos primeiros registros cartográficos da área de expansão da Província é o desenho encontrado como uma das primeiras representações da cidade de Belém por volta do século XVII (Figura 4). Nota-se, ao centro, o igarapé do Piri; à direita, a representação do Forte do Castelo e o povoamento que mais tarde viria a ser o Bairro Cidade Velha; à esquerda área de praia que servia de desembarque para mercadorias e pessoas. A Figura mostra a cidade com um traçado inicial, com a marcação do local da fundação da cidade, período em que a comercialização de mercadorias acontecia através de trocas e o transporte pelas águas, os estrangeiros trocavam os produtos e utensílios com a população indígena e, assim, estabeleciam uma relação entre os mesmos.

Figura 4 - Uma das primeiras representações da cidade de Belém do Grão-Pará no século XVII, no registro da imagem apenas o Forte, aldeias, canal do Piri e a Baía do Guajará.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir do arquivo fornecido pelo acervo do Laboratório de historiografia e cultura Arquitetônica (LAHCA), 2016.

Com o passar dos anos, a cidade de Belém passou a ser um dos centros disseminadores dos produtos extrativistas e das mercadorias vindas da Europa. Essa área, posteriormente, foi aterrada, sendo caracterizada pela intensa movimentação e comercialização de produtos

diversos. Mais tarde, deu origem à Doca do Ver o Peso, que, desde então, teve caráter comercial: um posto de arrecadação fiscal. (LIMA, 2008). As primeiras ruas surgiram após a edificação do Forte, erguido e instalado na convergência entre a Baía do Guajará e as margens da desembocadura do Piri, o que, posteriormente, originou os bairros Campina e Cidade Velha.

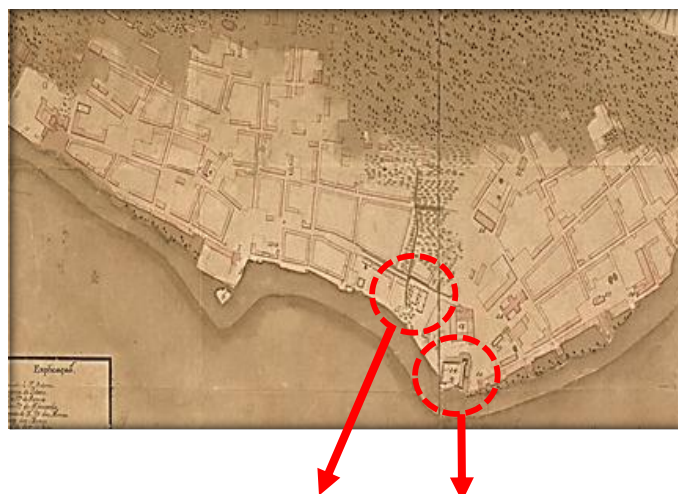
É a partir de 1627, com a ocupação territorial da Coroa Portuguesa, que começa a se estabelecer, às margens, do rio o espaço destinado à cobrança de encargos sobre os produtos comercializados durante a entrada e saída do porto de Belém. Assim, surge a chamada “Casa de Haver-o-Peso¹⁹” (Figura 5), espaço com o objetivo de realizar arrecadação de impostos das mercadorias para a Coroa Portuguesa (LIMA, 2008). Era um posto de fiscalização portuguesa, pois a Província era uma importante sede das capitanias, onde chegavam as mercadorias para haver o peso e controle da quantidade e distribuição de produtos. No entanto, esta área passou por diversas mudanças físicas e sociais que, no futuro, teve sua função acentuada e um novo mercado foi edificado.

Em 1687, os gestores da Câmara de Belém, endereçaram para Corte de Portugal uma Representação²⁰ solicitando a concessão do tributo (CRUZ, 1973), para que os recursos arrecadados fossem destinados ao desenvolvimento dos serviços públicos prestados pela administração da cidade. No entanto, o Rei de Portugal assinou a Resolução apenas em 16 de março de 1688 concedendo à Câmara de Belém a renda dos tributos do “Haver-o-Peso” para usufruir em bens e serviços da cidade. O contrato de concessão terminou em 1847 e a “Casa de Haver-o-Peso” foi demolida (CRUZ, 1973). E, assim, mais tarde, teve a necessidade de implantar um novo local de venda para os produtos, o que ocasionou a construção de um mercado, o qual foi construído realmente nas últimas décadas do século XIX.

¹⁹ Pode-se considerar que o primeiro mercado da cidade de Belém tem sua origem nesta antiga casa do Haver-o-Peso (CHAVES, 2008).

²⁰ Representação datada de 18 de julho de 1687, pedindo a concessão (CRUZ, 1973, p. 229).

Figura 5 - Planta geométrica da Cidade de Belém do Gram Pará, destacando-se a localização aproximada da área da Alfandega onde se fazia a verificação do peso para recolhimento de impostos.



Desembocadura do Piri Forte do Castelo

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do arquivo disponível no site http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart325149.jpg acessado em 08 de Setembro de 2016.

Em meados do século XVIII, tem-se a cartografia da cidade de Belém, na qual era possível distinguir os principais núcleos da província, dividido pelo Alagado do Piri, as primeiras ruas e comércios que começavam a delimitar a estrutura urbana da cidade. Com o crescimento da atividade comercial e dinâmica da cidade, surgiu a necessidade de expansão territorial, provocando a drenagem do alagado do Piri, nascendo uma nova área de ocupação. No mapa de 1791²¹, o desenho mostra a possível urbanização da área do Piri (Figura 6), dando seguimento às ruas existentes no centro urbano; e às margens da Baía do Guajará nota-se uma leve circunferência que seria a Praça do Pelourinho, área utilizada como feira, onde eram castigados os escravos²². Em outro momento, essa área passou por um novo processo de aterramento que depois compôs a Doca do Ver o Peso.

As obras no Igarapé do Piri iniciaram por intermédio do “Conde dos Anjos (D. Marcos de Noronha e Brito) principiou a ensecar em 1803, que se constituiu com o decorrer do tempo” (CRUZ, 1973, p. 228). A cidade era dividida em dois setores, a área mais antiga ficava próximo ao alagado do Piri, denominada Freguesia da Sé²³. A segunda era chamada Freguesia de

²¹ Mapa executado por Ordem do Ill.mo e Ex.mo Senhor D. Francisco de Souza Coutinho, Governador e Capitão General do Estado do Graõ Pará, e Rio Negro. Levantado pelo Tenente Coronel d'Artilheria Com Exercício de Engenheiro Theodosio Constantino de Chermont. Constantino foi nomeado capitão na guarnição de Belém em 1760, onde deveria permanecer por seis anos, mas esteve presente pelo menos até os anos 90. Fonte: <http://www.sudoestsp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-para/679/>, acessado em 08 de setembro de 2016.

²² Arruda, Euler Santos. Dissertação de Mestrado. Título: Porto de Belém do Pará: origens, concessão e Contemporaneidade. 2003.p.67.

²³ Havia o Forte do Presépio (ou do Castelo) e quatro igrejas principais: a catedral (Igreja da Sé), a dos Jesuítas (Igreja de Santo Alexandre), a dos carmelitas calçados e, finalmente, uma das mais distantes e sita em parte mais

Santana, que ficava ao outro lado do Piri, e próximo à beira da desembocadura, e considerada o cais da cidade, denominado de “Praia”. Mais tarde, a desembocadura do alagado se transformaria na Doca do Ver-o-Peso, tornando-se um local comercial, de grande fluxo de entrada e saída de embarcações e produtos para a cidade.

Figura 6 - Plano de expansão da cidade de Belém.



Praça do Pelourinho

Desembocadura do Piri

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do arquivo disponível no site <http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-para/679/>, acessado em 08 de Setembro de 2016.

Mesmo com o crescimento urbano no final do século XIX, a Província do Grão Pará desde o século XVIII já apresentava pequenas mudanças urbanas. O processo de Ocupação na área próxima da Igreja e Convento os Mercedários, iniciou-se desde 1640, na frente da igreja logo se tornou um largo que futuramente transformou-se em feira, cuja comercialização dava-se a partir das mercadorias desembarcadas na praia, bem ao lado da igreja. Conforme podemos observar na Figura 7, temos a Igreja dos Mercedários e o Convento, na frente da igreja observam-se seis pavilhões para uso da feira, compra e venda de mercadorias-utilidades e à esquerda e ao fundo, a “praia”, onde encostavam as embarcações.

Assim, mais tarde essa área da “praia” foi aterrada e tornou-se conhecida como a Rua da Praia, sua localização era privilegiada, ficava de frente para a Baía do Guajará, e também dava acesso ao Forte e depois importantes edificações foram construídas, atualmente chamada Rua 15 de novembro. “A atual Rua 15 de Novembro era chamada Rua da Praia e, até 1820, só

baixa: a igreja dos franciscanos. Ainda foram edificados a antiga Câmara da vereança e, na segunda metade do século XVIII, a sede do governo metropolitano com o Palácio do Governo.

tinha edificações ao lado oriental”²⁴. Por volta de 1839, Penteado (1973) observa que havia um pequeno cais e uma rampa de pedra localizada próxima a Baía do Guajará, que permitia a aproximação das embarcações e assim realizar a comercialização de mercadorias e produtos.

Essa rampa e o pequeno cais de pedra eram os únicos pontos de acostamento que a cidade possuía, apesar de manter comércio ativo com “Cametá, Vigia, Macapá, Monte Alegre, Santarém, Óbidos, Turiaçu e Barra do Rio negro”, para onde os comerciantes do Pará mandavam levar os “gêneros de importação”, recebendo, em troca, “os produtos naturais, sacados das matas, e os produtos da indústria (PENTEADO, 1968, p. 55)

Figura 7 - Imagem da Igreja e Convento dos Mercedários.



Fonte: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá 1783-1792. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. p.4. Disponível na internet <http://www.portalbarcosdobrasil.com.br/handle/01/369>, acessado em 11 de outubro de 2016.

Como o crescimento comercial se intensificou com a nova ordem econômica proveniente da borracha, esta área tornou-se, por um longo tempo, o porto da cidade. Apesar da péssima estrutura portuária, a comercialização de produtos era intensa. Aos poucos, tinha-se a necessidade na reorganização do espaço, sendo a administração pública responsável em conferir ações na estruturação urbana e prover espaços físicos para atender a demanda de abastecimento alimentício.

Antonio Lemos assumiu o cargo no momento auge do ciclo gomífero, dispondo de recursos financeiros para efetuar melhoramentos urbanos, assim promovendo inúmeras obras públicas. “Sanear e embelezar uma cidade é, por assim dizer o eixo do programma de uma bôa administração municipal”²⁵.

²⁴ PENTEADO. Antonio da Rocha. Belém: Estudo de Geografia Urbana. V.I, Belém: UFPa, 1968. p.106

²⁵ Relatório Antonio José Lemos - Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém, Capital do Estado do Pará, 1908 p. 192

Por volta de 1901, Lemos implantou o Código de Postura, com o objetivo de delimitar e regulamentar os materiais, as dimensões e pé direito das construções, alinhamento das edificações e platibanda nos telhados. Também promoveu reforma e construiu praças, idealizou sistema de limpeza pública, construiu hospital e o Mercado de Ferro (conhecido como Mercado do Ver o Peso), entre outros.

A construção do primeiro mercado teve início com o conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, que ao assumir o cargo de presidente da Província do Pará, em 08 de maio de 1848, se deparou com uma cidade sem um mercado, nos moldes dos existentes em várias cidades europeias. Após alguns meses à frente do cargo, o presidente inseriu o mercado na lista de prioridades de obras que faltavam em Belém, e, posteriormente, teve início sua construção em seu Governo. Segundo relatórios de província, a historiografia reporta o ano de 1852, como aprovação e início da construção do primeiro Mercado Público na cidade de Belém, hoje conhecido como Mercado de Carne²⁶.

A autorização para a construção do Mercado Municipal foi mediante a Lei Provincial Nº 215 de 1850, que deixa sobre responsabilidade do Capitão-Engenheiro Major Marcos Pereira de Sales a elaboração da planta e orçamento do mesmo. (Figura 8).

Figura 8 - Autorização para construção do Mercado Municipal.

Mercado Público—Foi igualmente incumbido o Major Marcos Pereira de Sales de apresentar-me a planta desta obra e havendo-o elle feito e orçado em a quantia de réis 33:373:268, a construção de seus alicerces, mandei-a pôr em arrematação e como não apparecesse arrematante, ordenei que se fizesse por administração. Não poudo porem ter ainda começo a sua execução.

Fonte: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/515/000049.html>, acessado em 16 de dezembro de 2016.

O Major Marcos Pereira inicia o desenho da planta baixa e o orçamento de toda a obra em 1853, no entanto somente em 1857 a obra foi arremata pela construtora Viúva Danim & Cia, com início das obras em outubro do mesmo ano²⁷. (Figura 9).

Figura 9 - Publicação no Relatório da Província em 1857.

Mercado Público.

Foi arrematada a construcção deste edificio por Viuva Danim & Filhos, e acha-se em andamento a obra,

Fonte: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/519/000021.html>, acessado em 16 de dezembro de 2016.

²⁶ CRUZ, Ernesto. Belém, Aspectos geo-sociais do município. Rio de Janeiro, José Olímpio, vol, 1, 1945, p. 205 e 206.

²⁷ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Pará, no dia 15 de agosto de 1857, por ocasião da abertura da segunda sessão da 10.a legislatura da mesma Assembleia, pelo presidente, Henrique de Beaurepaire Rohan. [n.p.], Typ. de Santos & filhos, 1857. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/519/000021.html>

A obra da edificação foi financiada pelos cofres públicos, e por volta de 1859, o Presidente da Província do Pará, Manoel de Frias e Vasconcellos, reavaliou a planta desenhada e sugeriu modificações na planta original, alegando redução na arrecadação e falta de verba (Figura 10), priorizou-se a funcionalidade da edificação para concluir o projeto²⁸.

Figura 10 - Relatório da Província do Pará de 1859.

A lei provincial n.º 215 de 13 de Novembro de 1850 autorizou o Governo da Província a mandar construir o Mercado Publico da Capital, em cumprimento do que foi incumbido o talentoso e habil engenheiro paraense, dr. Marcos Pereira de Salles, em 1853, de organisar a planta e orçamento da obra, o que elle satisfiz apresentando o seu trabalho, orçado em 100:727\$185 réis em Março de 1854.

Em virtude de variações que se reconhecerão nos preços elementares do orçamento foi este elevado a 138:585\$820. Em Janeiro de 1857 forão remittidos ao Thesouro Provincial estes trabalhos e, posta a obra em arrematação, verificou-se o contracto respectivo em 20 de Abril do mesmo anno com a viuva Danim & C.². Em o 1.º de Junho do mesmo anno a obra teve começo.

A' vista de estudos a que se procedeo e que demonstrarão a necessidade de augmento de solidez nos alicerces, teve o orçamento de subir a mais 8:841\$097 réis.

Os arrematantes tem recebido por conta d'esta obra a quantia de 80:907\$052 réis.

Entrando para a administração da Província, procedi a serio exame na planta e orçamento da obra e na sua execução, inspecionando-a mais de uma vez, já porque era feita por conta dos cofres publicos e me corria esse dever, já porque a importancia total de seu custo era e é avultada para as forças da Província.

Parecendo-me que com effeito se podia supprimir no plano originario do edificio algumas obras projectadas, mas por amor da elegancia do que da necessidade, como me expoz o illustrado engenheiro a cargo de quem ella se achava; e que a forma do telhado não era a mais conveniente e propria para um edificio publico, incumbi aquelle engenheiro de organisar um novo systema para o madeiramento do telhado, dando eu logo preferencia ao de thesou-ras, que supposto augmente em pequena quantia a despesa total, pela necessidade de dar ás paredes o mesmo nivel de respaldo superior, contudo, torna o edificio mais elegante, e solido, visto que este systema tem a vantagem de ser mais applicavel nos grandes vãos e de ser menos dispendioso e mais seguro.

A obra continua em andamento.

Fonte: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/521/>, acessado em 17 de dezembro de 2016.

Conforme os relatórios de Província, durante o comando de José Coelho Gama e Abreu²⁹, ele também esteve à frente da proposta, do acompanhamento do projeto e execução da obra do Mercado Público. Depois que assumiu as Obras Públicas em 1855, detectou a necessidade de se ter um espaço fechado para comportar as vendas do lugar, uma vez que, visivelmente, percebia-se a demanda da salubridade pública, para promover a venda de alimentos, como o peixe e a farinha. Estes dois produtos, segundo Abel Graça³⁰, presidente da

²⁸ Relatório dirigido à Assembleia Legislativa da Província do Pará, na segunda sessão da XI legislatura pelo Exm.o sr. tenente coronel Manoel de Frias e Vasconcellos, presidente da mesma Província, em 1 de outubro de 1859. Pará, Typ. Commercial de A.J.R. Guimarães, <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/521/>, acessado em 21 de dezembro de 2016.

²⁹ José Coelho Gama e Abreu foi diretor das Obras Públicas (1855-1871) e Presidente da Província (1879-1881)

³⁰ Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial na primeira sessão das 17. A legislatura pelo Dr. Abel Graça, presidente da Província do Pará. Typ do Diário do Gram-Pará, 1871. p. 48

província do Pará em 1871, eram “gêneros de primeira necessidade, (...) aos quais se limita quase exclusivamente a alimentação pública”³¹.

No ano de 1860, foi finalizada a edificação do Mercado Municipal, localizado entre as Travessas Oriental e Ocidental do Mercado, ocupando a quadra inteira. Segundo o Relatório Provincial de 1860³², elaborado pelo Sr. Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, o qual ele apresentou, mostra a data de inauguração do Mercado (Figura 11).

Figura 11 - Registro da inauguração do Primeiro Mercado Municipal.

MERCADO PUBLICO.

Foi entregue esta obra pelo respectivo arrematante no dia 1.º do corrente mez.
Orçada na quantia de réis 136:066\$078 elevando-se até hoje a despesa á
réis 142:983\$702, sendo proveniente este excesso das alterações determinadas
pelos meus antecessores com o fim de tornar mais solido o edificio.

Fonte: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/523/>, acessado em 27 de dezembro de 2016.

Mesmo diante da inauguração da nova edificação, constata-se que seriam necessárias melhorias para o seu perfeito funcionamento, sendo listadas as devidas modificações e reparos, com intuito de atender às exigências solicitadas pelos governos antecessores e demanda econômica. (Figura 12).

³² Relatório que o Ex.mo Sr. Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, presidente da Província do Pará, apresentou ao Ex.mo Sr. Vice-presidente Dr. Fabio Alexandrino de Carvalho Reis, em 12 de maio de 1860.

Figura 12 - Modificações após a inauguração do Mercado Municipal.

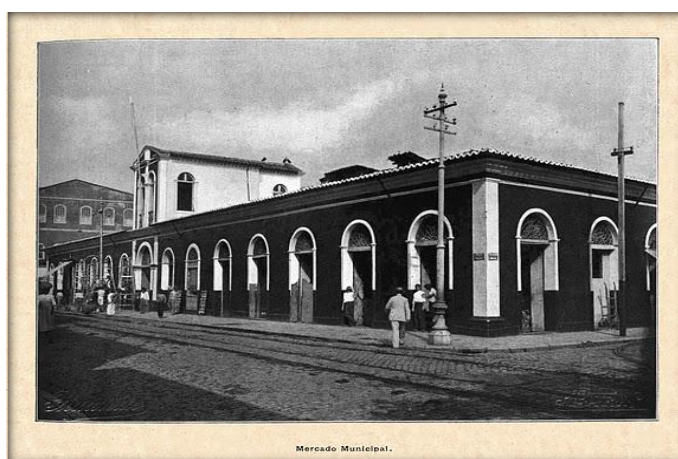
Apenas cheguei a esta Província visitei esta construção, e reconheci a necessidade de algumas pequenas obras que não estavam compreendidas na planta que servio de base á arrematação. Erão ellas a pintura do edificio, canos para recebimento das agoas pluvias, passeios de cantaria para o transito interior, cruzando o pateo do edificio e substituição das bandeiras de taboas por outras de ferro.

Esta ultima obrapareceo-me indispensavel nesta Província, onde sendo o calor quasi sempre muito elevado, a entrada livre do ar nos edificios de igual destino pode retardar a decomposição e corrupção dos generos alimenticios, prompta e instantanea em depositos pouco arejados.

Fonte: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/523/>, acessado em 27 de dezembro de 2016

O Mercado Municipal foi construído entre a Travessa Ocidental e Oriental do Mercado. O edifício foi constituído em alvenaria de tijolos - um prédio neoclássico - estilo característico do império brasileiro. Um prédio de um único pavimento, com cobertura aparente em telhas sustentada por estruturas triangulares de madeira destinadas a sustentar os beirais do telhado (Figura 13). Mesmo após a construção, a demanda de abastecimento cresceu, assim como os vendedores ambulantes nas proximidades da área do Mercado. No cartão postal (Figura 14) temos o prédio da Recebedoria de Rendas, à esquerda; e à direita o Mercado Público antes da reforma que receberá o segundo pavimento; também, observa-se os trilhos dos bondes e as carroças de tração animal; nota-se certa aglomeração. Em torno do principal mercado, era o ponto de carga e descarga de mercadorias das embarcações vindas do interior e para comercialização, em que essa preocupação pela movimentação do comércio e pessoas no local já existia antes do governo de Lemos (Figura 15).

Figura 13 - Mercado municipal antes da reforma, Pavimento Térreo.



Fonte: Álbum de Belém do Pará – 15 de novembro de 1902

Figura 14 - Recebedoria e o Mercado Municipal antes da reforma praticada por Antonio Lemos.



Fonte: Álbum Belém da Saudade. 1996. p.80.

Figura 15 - Descrição do Mercado municipal antes da reforma de Lemos.

Do relatório que me foi apresentado pela camara municipal da capital, vereis quaes as medidas que ella solicita: entre muitas parece-me de urgente necessidade que revogueis o art. 7.º da lei do orçamento municipal, que permite as casas ou botiquins ambulantes na praça do Ver-o-pezinho.

As mencionadas casas além de tirarem a belleza da praça, são prejudiciaes ao bem publico; porque em clima ardente como o nosso, as praças devem ser muito espaçosas e nada devem ter que se opponha á livre corrente do ar.

Fonte: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/536/>, acessado em 17 de dezembro de 2016.

O Mercado, até aquele momento, não satisfazia as necessidades públicas, quando o Intendente Antonio Lemos assumiu o governo, que relatou o cenário em que se encontrava o edifício:

Edifício antigo, acanhadas proporções, *sem o necessário asseio*, Esta insuspeita opinião, entretanto, acha-se muito aquém da realidade, pois o estabelecimento municipal a que me refiro apresentava um aspecto deveras repugnante, com as paredes enegrecidas, o chão imundo, a desorganização do serviço administrativo, a incúria da fiscalização, a indisciplina dos mercadores ali estabelecidos, a balburdia imperando dominadoramente por toda parte, não obstante os esforços do proibidoso funcionario que dirigia e ainda hoje dirige (LEMOS, 1897-1902, p. 67- 68).

Assim, o Mercado Municipal passou por uma nova reforma, em que foi modificada parte de suas características originais, o edifício sofreu um acréscimo de mais um pavimento, sendo este executado pelo engenheiro Francisco Bolonha. Foram autorizadas mudanças no Mercado Municipal, por meio da lei nº 384 de 04 de março de 1904, no entanto somente em 1905, no Relatório de Antonio Lemos a reforma é citada, e, assim, iniciada em 01 de agosto de

1904, e concluída em 30 de setembro de 1905³³, como descreve o próprio intendente visando melhorar o atendimento deste Mercado.

De acordo com Lemos, o Mercado Municipal não apresentava os padrões de higiene e modernidade idealizados, o abandono e o descaso dos governos anteriores e também dos comerciantes eram evidentes, e o mercado era totalmente impróprio para atender e comercializar os produtos, sobre o seu estado. As obras do mercado foram realizadas, ficando os quatro pavilhões e os portões produzidos pela empresa *Walter MacFarlane*, de Glasgow, Escócia; muitas peças que Francisco Bolonha adquiriu foram compradas através dos catálogos da *Macfarlane & Co*.

O pátio interno do mercado passou a ter quatro pavilhões metálicos, cada pavilhão com 10 talhos para a comercialização de carne, peixe e outras mercadorias, sendo os talhos separados apenas pelo gradil, que auxiliava no controle e fiscalização de cada espaço. Os pavilhões eram abertos e permitiam a circulação dos visitantes e compradores pela área central, assim como deixavam o espaço arejado e salubre. (Figura 16).

Figura 16 - Mercado Municipal – os talhos de carne.



Fonte: Indicador Ilustrado do Pará. Rio de Janeiro: Courrier & Billiter. Rio de Janeiro. 1910, p. 25.

O mercado passou a apresentar uma tipologia classificada como mercado aberto e com um grande pátio interno, uma edificação de material misto, estrutura em alvenaria e pavilhões metálicos. Após a reforma, a concessão do mercado foi direcionada ao Engenheiro Francisco

³³ LEMOS, Antonio José de. Relatório Apresentado ao Conselho Municipal. Belém, Arquivo da Intendência Municipal, 1905.p.121.

Bolonha. Pela Resolução N° 151, concedia ao engenheiro à exploração dos talhos existentes no mercado³⁴, a padronizar os aparatos de venda e garantir a salubridade nos mercados e feiras. De certa forma, o contrato de concessão ofertada e assinada pelo Engenheiro Bolonha reforçou a discussão dos embates políticos vigentes neste período, enfatizando os privilégios partidários presentes no cenário político de Belém.

No relatório, apresentado por José Coelho da Gama e Abreu³⁵, Presidente da Província, em 15 de fevereiro de 1880, comentou-se sobre o espaço ter se tornado insuficiente pelo seu tamanho e incapaz pela sua disposição e divisão onde este: “foi alugado todo o espaço, ocupado pelas diferentes divisões que fazem frente às quatro ruas que o limitam para lojas e casas comerciais”, as quais fechavam o pátio interior deste mercado, diminuindo a ventilação e alterando a disposição que havia no mercado no pátio central. Por conta disso, sugere “a construção de um novo mercado no local, situado em frente à Doca do Ver-o-Peso; mas um mercado moderno, construído em ferro”³⁶.

Em fevereiro de 1881³⁷, Dr. José Coelho da Gama e Abreu, foi autorizado a apresentar o plano e orçamento para um mercado de ferro. No relatório de 25 de agosto de 1882 apresentado pelo Vice-presidente, informa que a lei Provincial nº 1.081 de 08 de maio de 1880, autorizou a construção do mercado de ferro nesta Capital: “foram apresentadas seis propostas: três em inglês, uma em alemão e duas em português”. Nota-se a pretensão do governante em elaborar um novo mercado, uma obra “moderna”, percebendo as necessidades da Capital. Em seus relatórios, o Barão do Guajará deixa eminente a sua preocupação pelo embelezamento, a higiene na cidade e o zelo pela conduta dos cidadãos, como também, idealiza um Mercado de Ferro, que futuramente virá a ser construído na gestão de Lemos, será no mesmo local, vindo a ser inaugurado em 1901, durante a República.

O Mercado Municipal, em sua reforma, permanece com uma planta baixa em formato geométrico (Figura 17 e 18), internamente por possuir balcões de mármore, calçadas internas de paralelepípedo de granito e um chafariz no centro, seguindo o estilo neoclássico.

³⁴ LEMOS, Antonio José de. Relatório Apresentado ao Conselho Municipal. Belém, Archivo da Intendência Municipal, 1906.p.93. A concessão foi assinada pela Intendência, dando direitos de cobrança ao Engenheiro Francisco Bolonha.

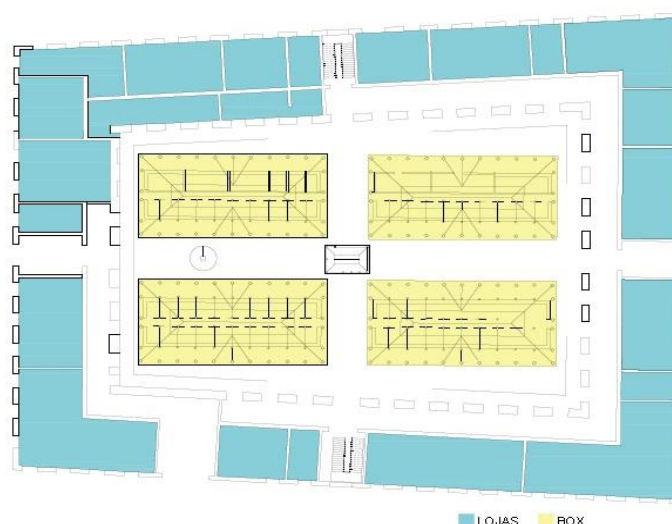
³⁵ Relatório apresentado pelo excelentíssimo senhor doutor José Coelho da Gama e Abreu, presidente da província, à Assembleia Legislativa Provincial do Pará, na sua 1.a sessão da 22.a legislatura, em 15 de fevereiro de 1880. Pará, 1880, p. 19-20.

³⁶ Texto faz parte do Livro Ver o Peso: Estudos antropológicos da Amazônia. Volume 2.Ed. Pakatatu.Belém.2016

³⁷ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 2.a sessão da 22.a legislatura em 15 de fevereiro de 1881 pelo ex.mo. sr. dr. José Coelho da Gama e Abreu. Pará, Typ. do Diário de Notícias de Costa & Campbell, 1881, p. 38-39.

Internamente, dispõem de quatro pavilhões em estrutura de ferro, e o espaço é destinado para a venda de carne. O Pavilhão maior é destinado aos sanitários públicos, a edificação também ganhava aspectos artísticos com ornamentos florais e uma sinuosa escada helicoidal com adornos que comprovam o estilo *Art Nouveau*, que estavam sendo propagados na Europa, e na fachada externa do prédio predomina o Neoclássico (PENTEADO 1968).

Figura 17 - Planta Baixa do Mercado Municipal.



Fonte: Arquivo disponibilizado pelo LAHCA, 2013.

Figura 18 - Fachada do Mercado Municipal.



Fonte: Relatório de Intendência. Belém, 1905, p. 121.

A reforma foi executada pelo engenheiro Francisco Bolonha e inaugurado com um segundo pavimento, além de pavilhões internos em ferro fundido - decorados artisticamente - procedente da Companhia Mac Farlane, de Glasgow, na Escócia. Na figura 19, em primeiro plano, ao lado direito, o prédio da Recebedoria de Rendas e seu anexo, hoje conhecido Solar da Beira; à esquerda, a fachada do Mercado Municipal, depois da reforma realizada na gestão de

Antonio Lemos. E na figura 20 uma visão total da fachada do Mercado Municipal obedecendo aos padrões impostos pelo intendente.

Figura 19 - Mercado Municipal ao lado esquerdo e Prédio da Recebedoria ao lado direito.



Fonte: Álbum Belém da Saudade, 1996, p. 80.

Figura 20 - Mercado Municipal após conclusão da Reforma.



Fonte: Álbum Belém da Saudade, 1996, p. 82.

Uma das exigências concebidas para a reforma do Mercado Municipal foi a abertura dos pavilhões. Eles foram pensados com o intuito de permitir a circulação do ar, pois evitaria o surgimento de doenças e deixaria o espaço mais arejado. Na parte interna do estabelecimento foram inseridos gabinetes isolados para garantir privacidade dos usuários, os chamados *Water-closets* - mictórios, lavatórios – (Figuras 21 e 22). Também foi construído o reservatório de água, todo em estrutura de ferro. (Figura 23).

O pequeno pavilhão central, destinado às sentinas e mictórios esta concluído, faltando apenas instalar aquelas comodidades e revestir o sólo de mosaico. O mercado terá ainada uma fonte e dois chafarizes. (LE MOS. 1908, p. 143.)

Figura 21 - Mictório vista externa



Fonte: Indicador Ilustrado do Pará. Rio de Janeiro: Courrier & Billiter. Rio de Janeiro. 1910, p. 27.

Figura 22 – Mictórios vista interna.



Fonte: Indicador Ilustrado do Pará. Rio de Janeiro: Courrier & Billiter. Rio de Janeiro. 1910, p. 30.



Figura 23 – Reservatório de água.



Fonte: Indicador Ilustrado do Pará. Rio de Janeiro: Courrier & Billiter. Rio de Janeiro. 1910, p. 26.



O Mercado do Ver-o-Peso: ampliação do abastecimento e configuração de um lugar.

Historicamente, a origem dos mercados públicos está relacionada aos bazares, praças medievais, feiras e *Halles*, e no que se refere às características, quanto ao uso desses espaços, o fluxo de pessoas e movimentações comerciais vigentes nessas áreas. Segundo Vargas (2001), as praças medievais acompanhavam o crescimento urbano, e sua área central era usada como ponto de encontro das pessoas, e as transações comerciais eram realizadas nas proximidades. Estas características apenas reforçam a heterogeneidade de usos, a circulação de pessoas e o comércio, o qual, hoje, conhecemos como Mercado.

Durante a segunda metade do século XIX, e início do século XX, tanto na Europa como em algumas capitais do Brasil, foram construídos alguns mercados públicos cobertos, em estruturas de ferro, semelhantes aos pavilhões *Les Halles* em Paris, um deles foi o Mercado Público de São José, em Recife, e o Mercado do Ver o Peso, em Belém.

O Mercado de Recife foi construído em 1875, e, provavelmente, foi o primeiro mercado em estrutura em ferro do Brasil³⁸. Foi inaugurado e entregue ao público no dia 7 de setembro de 1875 (Figura 24) e, aos poucos, as áreas de em torno ao mercado foram sendo ocupadas cada vez mais por casas comerciais, formando uma região povoada. A autora Maria de Melo (2011) descreve o mercado:

O mercado de São José é um projeto centrípeto, de planta alongada. O edifício, que possui, em seu projeto original, 48,88m x 72,44m, é composto por dois pavilhões retangulares, com 20m cada, separados por uma cobertura de 8m de largura. Sua estrutura é em ferro fundido e abatido, que forma colunas de 7,60m de altura, ligadas entre si, por estruturas também de ferro, que sustentam a cobertura, igualmente metálica, revestidas de telhas chatas de barro. (MELO, 2015, p. 110).

Figura 24 - Mercado de São José.



Fonte: Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>, acessado em 03 de janeiro de 2017.

³⁸ O mercado de São José teve suas linhas inspiradas no Projeto de A. Normand para o mercado público de Grenelle, em Paris, adaptado para o Recife pelo engenheiro J.L. Victory Lieutier, da Câmara Municipal. MELO, 2011, p.109-110.

As semelhanças entre os dois mercados começam pela tipologia da estrutura, ambas são em ferro, além disso, representam a arquitetura típica de ferro e vidro do final do século XIX e início do século XX. Os prédios foram pré-fabricados, trazidos da Europa e montados no Brasil. Além das características físicas os dois mercados foram voltados para o comércio de gêneros alimentícios, principalmente peixes, em que boa parte das instalações foi dedicada aos frutos do mar e na época de semana santa, ambos ficavam superlotados de pessoas para a comprar do pescado. E também era possível encontrar outros tipos de alimentos, ervas e sementes, além de artesanato como redes, tapetes, chapéus, roupas e instrumentos musicais.

Diante dos investimentos promovidos pelo rico comércio da borracha, os centros urbanos receberam melhorias e instalações de acordo com as recentes tecnologias de construção da época: estruturas pré-moldadas de ferro fundido. O primeiro grande mercado feito totalmente de ferro erguido em Belém foi o Mercado do Ver o Peso, intervenção realizada nas proximidades da Doca do Ver-o-Peso, localizado no Boulevard da República. A história que abrange esta área antecede a fase áurea da borracha, conforme Ernesto Cruz³⁹:

O Ver-o-Peso tem, pois, a sua história que remonta a época dos primórdios da conquista portuguesa, quando, na Capitania do Pará, transcorria com regular intensidade os primeiros capítulos da sua vida administrativa e econômica, e muitos anos eram decorridos desde que Francisco Coelho de Carvalho, Governador e Capitão-Geral do Estado do Maranhão e Grão Pará, concedera em 1627 à Câmara de Belém, uma légua de terras para a sua serventia...

Um dos primeiros registros que antecede a construção do Mercado de Ferro, como se percebe na figura 25, mostra o grande número de embarcações, e o transporte ainda de tração animal na área de comercialização da Doca do Ver o Peso; e ao fundo da imagem, o armazém do comércio local do futuro mercado. A foto se encontra disponível no Instituto Moreira Salles e faz parte da coleção de Felipe Augusto Fidanza e datada de 1875.

Figura 25 - Espaço da Doca do Ver o Peso antes da construção do Mercado de Ferro, na imagem ao fundo temos os antigos Armazéns do Trapiche Auxiliar do Comércio.



Fonte: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/2522>, acessado em 03 de novembro de 2016.

³⁹ Cruz, Ernesto, História de Belém. Belém. p.229

Na figura 26, temos quase o mesmo ângulo da imagem anterior. É uma imagem de um cartão postal de Belém, ilustrando a enseada das embarcações, ao lado direito ainda não existia o Mercado de Ferro, e em seu lugar havia um prédio, os antigos armazéns e o Trapiche Auxiliar do Comércio.

Figura 26 - Espaço da Doca do Ver o Peso antes da construção do Mercado de Ferro



Fonte: Álbum Belém da Saudade, 1996, p.31.

Nos Relatórios de Gama e Abreu, tem-se o registro de sua solicitação à Inglaterra para o projeto de um novo mercado, no entanto nunca foi executado. E somente ao final do século XIX, tem-se a solicitação para executar o projeto e obra do mercado. Em 11 de março de 1898 conforme Lei nº 177 foi aberto o edital de concorrência pública para elaboração e construção do novo mercado para a cidade⁴⁰. Provavelmente, Antonio Lemos, com base nos relatórios de Gama e Abreu, executou a ideia de construção do novo mercado, tendo em vista que, para Lemos, o mercado era de grande importância para abastecer, distribuir e comercializar os alimentos, assim promovendo hábitos civilizados diante do seu discurso higienista. Após alguns meses, foi apresentada a proposta dos engenheiros Bento Miranda e Raymundo Vianna, sendo aprovada pelo Conselho Municipal em 24 de março de 1899.

No Relatório trimestral de 04 de dezembro de 1899, as obras de construção já haviam sido iniciadas e narradas no mesmo, sendo nomeado o Engenheiro João Antonio Luiz Coelho como secretário da Intendência e encarregado de fiscalizar aquela construção⁴¹. A construção foi iniciada e posteriormente finalizada em 1901 (Figura 27). Na figura 28, visualiza-se a área externa do Mercado próximo a Baía do Guajará, ao fundo, a Praça do Pescador e por último os Armazéns do Porto.

⁴⁰ Abertura do edital para concessão do Mercado, e a realização da construção. LEMOS, Antonio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém, 1902, p. 71.

⁴¹ LEMOS, Antonio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém, 1902, p. 71.

Figura 27 - Mercado de Ferro, após sua construção.



Fonte: LEMOS, Antonio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém, 1904, p. 133.

Figura 28 - Vista da Baía do Guajará, ao lado direito em primeiro plano o Mercado, em segundo plano o Prédio da Recebedoria.



Fonte: <http://www.forumlandi.ufpa.br/biblioteca-digital/foto/mercado-do-ver-o-peso>, acessado em 12 de dezembro de 2016.

Quando o Mercado do Ver o Peso é inaugurado em 1º de dezembro de 1901 pelo Intendente Antônio Lemos⁴², apenas reforça uma obra diante de muitas intervenções e a vontade que o Gestor tinha em modernizar Belém, promovendo uma renovação estética e higienista da cidade. Com a inauguração do Mercado do Ver o Peso, deixa registrado o acontecimento e descreve em seu Relatório:

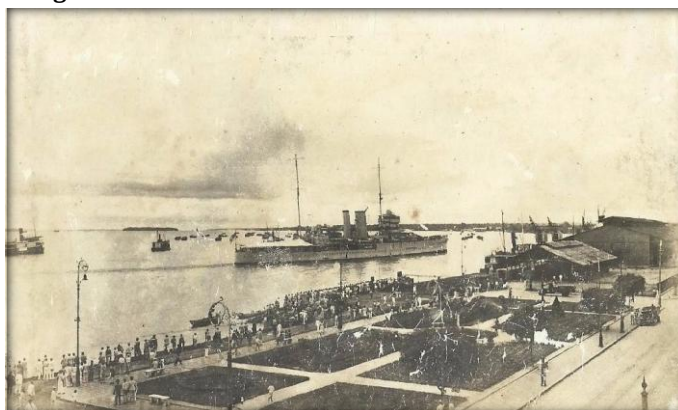
Desde as primeiras horas da manhã, o estabelecimento achava-se circundado por grande massa de povo, que queria assistir com patriótico orgulho e com viva satisfação à abertura do novo mercado, mais um elemento de progresso para a terra paraense, mais uma prova do empenho com que o governo municipal se esforça para cumprir o seu dever. Como estava combinado, não houve pompa na inauguração, foi uma festa simples, uma festa digna da iniciativa, do escopo, do modo por que o mercado passou da ideia para a realização... Como no público, deve o novo melhoramento ter causado

⁴² Construção do mercado foi autorizada pela lei municipal nº 173, de 30 de dezembro de 1897. Tendo obras iniciadas no ano de 1899. LEMOS, Antonio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém, 1902.

em vosso espirito a mais brilhante e agradável impressão, pelo aspecto que apresentava considerado sob os pontos de vista de sua solidez, elegância e higiene.

Além do Mercado, o Intendente também beneficiou a área próxima ao mesmo, realizando a infraestrutura, o calçamento e vias públicas deste local, e após a construção do porto, a área entre o mercado e os armazéns passou a ser setorizada, equipada e conhecida atualmente como Praça do Pescador, sendo um espaço de convívio para a população que circulava nesse perímetro em busca de produtos e serviços, assim como local de entrada e saída das pessoas que chegavam pelo porto. (Figura 29).

Figura 29 - Área entre o Mercado de Ferro e os Armazéns.



Fonte: https://http2.mlstatic.com/S_598811-MLB20657441200_042016-Y.jpg, acessado em 04 de fevereiro de 2017.

Com a inauguração do Mercado, a rotina do comércio e da população, apenas reforçou as mudanças e adaptações nos hábitos do dia-a-dia, a busca incansável do gestor público em manter o modelo civilizador na cidade, estabelecendo assim, grandes mudanças urbanas para atender as exigências da economia e seus ideais modernistas. De certa forma, o Mercado do Ver o Peso auxiliou na propagação dos ideais de modernidade, justificando a chegada de nova tecnologia e uma nova arquitetura apresentada para a capital paraense. A idealização por uma cidade “moderna” foi pensada por diversos intelectuais e políticos belenenses, inclusive pelo Intendente Lemos, que pretendia colocar a cidade diante de um mundo moderno que se apresentava naquela época.

O Intendente adotou inúmeras medidas, e uma delas era uma política saneadora preventiva, que procurava zelar pela saúde pública e estética da cidade, e nesse sentido, o abastecimento da população estava condicionado às novas normas e fiscalização dos locais de venda, os quais, deveriam ser dispostos ou construídos conforme as exigências impostas pela Municipalidade. Em seus relatórios, Lemos sempre mencionava a necessidade de melhorias nesse setor, assim como expandir para os bairros os mercados públicos:

Sob o ponto de vista dos mercados, porém, uma cidade será tanto melhor servida pelo poder municipal, quanto mais multiplicados forem pelos seus diferentes bairros os recintos destinados às feiras quotidianas de gêneros alimentícios. Os grandes núcleos modernos dos mais adiantados países do mundo são-nos exemplo d'esta pratica, de que tamanhas comodidades decorrem para a população. E entre nós mesmos, a disseminação de mercados em pontos diversos vae, não só cooperando para o maior desenvolvimento dos locais onde se estabelecem, mas ainda satisfazendo as mais latentes necessidades públicas de abastecimento de gêneros de consumo⁴³.

A narrativa de Lemos demonstra a importância dos mercados vistos como insígnia dos ideais de modernidade e desenvolvimento urbano. Nesse período o poder público buscava justificar as mudanças no contexto urbano através da tecnologia, dos anseios das elites, e dos discursos higienistas. Na figura 30, percebe-se a abertura da rua concentrando a demanda comercial e o fluxo de mercadorias, ao lado direito, os armazéns e trapiches da cidade margeando a Baía do Guajará, e ao lado esquerdo, os fundos dos prédios da antiga Recebedoria de Rendas e seu prédio anexo, e também os fundos do Mercado do Ver o Peso.

Figura 30 - Imagem aos fundos do Mercado



Fonte: Álbum Belém da Saudade, 1996, p.46.

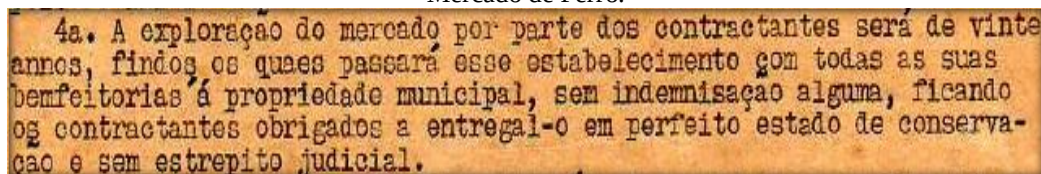
Além da construção, os engenheiros, mediante contrato com o governo municipal⁴⁴, exploraram a concessão do espaço do mercado por vinte anos (Figura 31). A procedência do mercado até hoje é um mistério, já que não existe nenhum registro que ateste sua origem; contudo, indiscutivelmente, foi importado, provavelmente, dos EUA ou Europa, já que o Brasil não possuía nenhuma indústria siderúrgica capaz de produzir um prédio de tais proporções como o mercado. Um edifício térreo (Figura 32), que possui uma planta de forma retangular com acessos pelos quatro lados, torres nos quatro cantos externos, a cobertura em escamas de

⁴³ LEMOS, Antonio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém. Belém: A. A. Silva, 1902. p.70.

⁴⁴ A intendência autoriza a concorrência pública para construção e exploração de um mercado situado no primeiro quarteirão do Boulevard da República. LEMOS, Antonio José de. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém, 1902.p. 383.

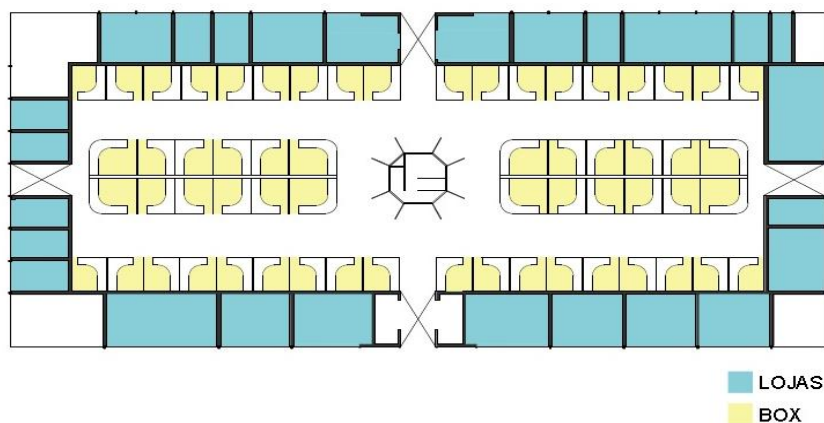
zinto, sua estrutura em perfis metálicos, vedação em chapas, e todo o material do prédio em ferro⁴⁵.

Figura 31 - Trecho do Relatório Técnico comprovando o tempo de concessão e exploração do Mercado de Ferro.



Fonte: <https://fauufpa.org/2015/05/12/relatorio-que-avalizou-o-recebimento-do-mercado-do-ver-o-peso-por-lemos/>, acessado em 13 de novembro de 2016.

Figura 32 - Planta Baixa do Mercado de Ferro.



Fonte: Arquivo disponibilizado pelo LAHCA, 2013.

Tanto no Relatório de Lemos como no Relatório de recebimento do Mercado de Ferro⁴⁶, temos as descrições das medidas internas, externas e detalhes das instalações de estrutura e fundações, esgoto, água e incêndio. Em ambos os documentos o Mercado é minuciosamente detalhado. No relatório de entrega, é realizada a vistoria de todos os itens conforme apresentado à Municipalidade, atendendo todas as exigências do contrato:

...o edifício foi levantado de acordo com as indicações geras fornecidas pelas plantas aprovadas e se presta ao fim a que é destinado; e finalmente que a sua boa e sólida

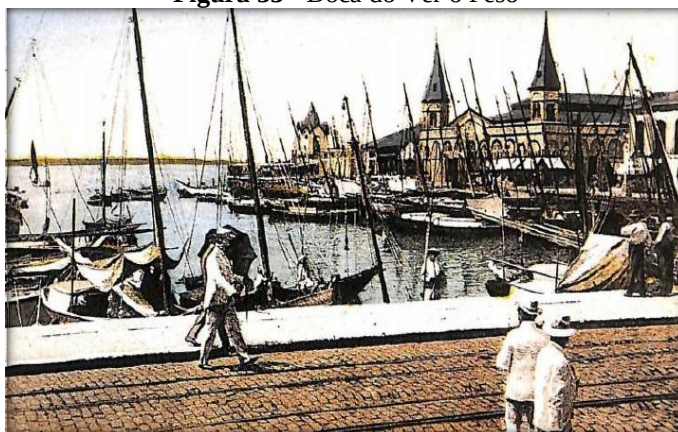
⁴⁵ Parecer do IPHAN, Nº 081/99-2 SR/PHAN, p.17 - 29-10-1999. Internamente o edifício possui 60 talhos, construídos em alvenaria, destinados à venda de peixes; um pequeno pavilhão octogonal, também em alvenaria, que abriga internamente um vestiário e externamente boxes para venda de mariscos, possui uma escada com acesso a um patamar elevado destinado à administração, além de abrigar a imagem da Santa e a balança oficial do mercado.

⁴⁶ Documento do Relatório técnico do Recebimento do Mercado de Ferro ou Mercado do Ver o Peso, o documento pertence ao acervo deixado pelo Engenheiro Civil Domingos Acatauassú Nunes, e foi publicado pelo Blog da FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ UFPA. O relatório é datado em 26 de novembro de 1901, e assinado por Lucio Freitas do Amaral, Frederico Martin e João Antonio Luiz Coelho.

construção garante duração superior ao prazo do contrato, havendo a conveniente conservação...⁴⁷ (Relatório datado em 26 de novembro de 1901).

Com a demanda do comércio, a área da Doca do Ver o Peso passou a ter grande volume de embarcações, e este espaço de desembarque passa a receber o comércio do pescado, e ter uso específico de compra, venda e troca do pescado, sendo hoje popularmente conhecido como a Pedra do Peixe do Ver o Peso, este espaço consegue manter a vitalidade econômica e social e é de suma importância para o comércio da região. Na ilustração 33, tem-se as inúmeras embarcações na área da Doca do Ver o Peso, que traziam todos os tipos de mercadorias. Aos poucos, este espaço tornou-se um ponto emblemático. Na Figura 34, a vista da Doca do Ver o Peso, tendo as embarcações em primeiro plano, ao fundo, da esquerda para a direita, tem-se o Prédio da Bolsa de Valores⁴⁸, a visão das torres das Igrejas Santo Alexandre e Sé e o casario da Travessa do Seminário (atualmente Travessa Marquês de Pombal).

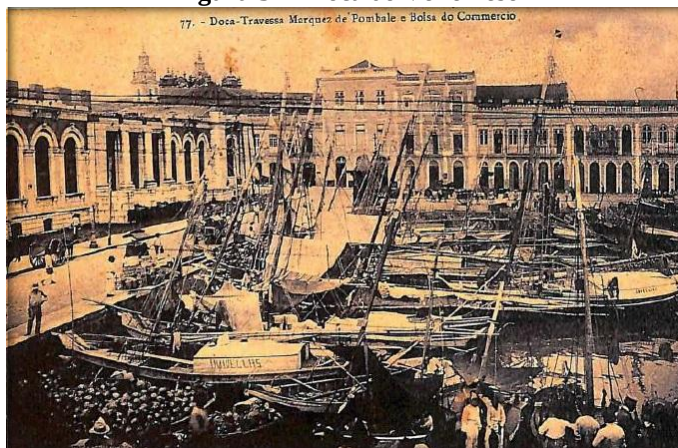
Figura 33 - Doca do Ver o Peso



Fonte: Álbum Belém da Saudade, 1996, p. 55

⁴⁷ Relatório técnico do Recebimento do Mercado de Ferro ou Mercado do Ver o Peso. O relatório é datado em 26 de novembro de 1901, e assinado por Lucio Freitas do Amaral, Frederico Martin e João Antonio Luiz Coelho. O documento pertence ao acervo deixado pelo Engenheiro Civil Domingos Acatauassú Nunes, e foi publicado pelo Blog da FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ UFPA.

⁴⁸ Prédio da Bolsa de Valores foi construído para comercializar as ações das empresas exportadoras de borracha, no entanto sua construção foi paralisada e jamais concluída. Em 1913 o prédio foi demolido, e atualmente o local é ocupado pela Praça do Relógio. CRUZ, 1967, p. 113.

Figura 34 - Doca do Ver o Peso

Fonte: Álbum Belém da Saudade, 1996, p. 56

O Mercado do Ver o Peso possui uma tipologia de mercado coberto com estrutura de ferro. Internamente, organizavam-se as bancas de talho de peixe, com um formato geométrico, homogêneo e simétrico. O novo mercado seguiu um padrão arquitetônico europeu. Como também atendia a demanda do abastecimento alimentício da cidade, o mercado representava modernidade, simbolizando o desenvolvimento e progresso.

Aos poucos, o Ver o Peso tornou-se um dos principais pontos de abastecimento da cidade, hoje abrange o espaço interno do mercado e área externa em torno dele, definido como uma grande feira, e representa uma forte relação entre o lugar e o comércio. É o ponto de chegada de grande parte da produção agrícola e pecuária vinda do interior, tornando-se, aos poucos, um grande complexo, um lugar de intensa movimentação social e econômica. Inúmeras são as atividades no local, peculiaridades vividas dia-a-dia, relações que ultrapassam barreiras físicas. Os mercados passaram a não suportar o crescimento comercial da cidade e, após alguns anos, extravasou pelas calçadas adjacentes, provocando certa conturbação nas vias de passeio, e por volta de 1948, surgia o mercado de Praia⁴⁹ (Figura 35).

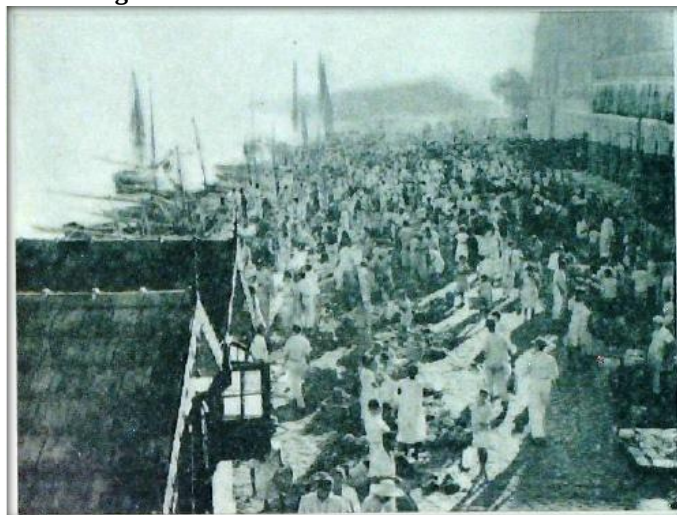
...o mercado de Praia funcionou durante muitos anos como uma das feiras mais espontaneamente organizadas no Brasil. Situado ao ar livre, na faixa de cais limitada pelas águas da baía do Guajará e pelos edifícios dos Mercados... (PENTEADO, 1968, p.246).

Penteado (1968) relata a movimentação do comércio em torno ao Mercado de Ferro, onde as embarcações comercializavam o pescado e demais mercadorias, mantendo a dinâmica e a diversidade de produtos e consumidores. O autor descreve que teríamos um terceiro mercado, mas ao ar livre, uma área próxima ao mercado e à baía, em 1948:

⁴⁹ Expressão que foi utilizada para instituir a feira que existia em torno dos Mercados, O movimento e comercialização de mercadorias eram realizados em condições casuais e totalmente informal.

Espaço urbano ocupado permanentemente por uma feira, na qual as mercadorias, na mais completa desordem, se espalhavam pelo chão; cestas de fibras vegetais, louças e panelas ordinárias, paneiros de carvão, paneiros de farinha de mandioca... PENTEADO, 1968, P.247.

Figura 35 - Mercado da Praia ou Feira da Praia



Fonte: Penteado, 1968. p.249.

Economicamente falando o Mercado é o ponto de centralidade para o funcionamento e distribuição do abastecimento alimentício. Tendo sua localização próxima ao rio, este mantém uma interface entre os produtores rurais e os produtores das ilhas, é um lugar estratégico de encontro entre a cidade e o ribeirão. Todos os dias diversas mercadorias são trazidas por embarcações e comercializadas nas áreas de influência do mercado.

Segundo Norberg-Schulz (2004), o espaço se revela como uma estruturação tridimensional dos elementos que constituem o “lugar”, e o carácter denota as suas propriedades mais compreensíveis, as quais significam um espaço habitado e identificado como área coletiva dos indivíduos. O Lugar implica sempre na construção de um determinado carácter ou uma estrutura construída pelo homem, ou seja, pode ser considerado um fenómeno e envolve atribuições de relações espaciais, sendo que o lugar se estrutura a partir do meio e humanização dos espaços. Percebemos que é possível compreender o homem e o mundo (o lugar) a partir da sua relação empírica, o lugar é entendido como composição que agrupa existência e significação. A identidade do lugar pode expressar um simples espaço ou uma manifestação do habitar e vivência humana, cuja arquitetura é construída pelo homem através de sua relação com o meio.

Autores como Harvey (1992) e Santos (1994) abordam o lugar a partir do diálogo entre classes e o materialismo histórico. Para Santos (1994), o lugar abarca uma permanente mudança, resultante das inovações técnicas e vivências sociais.

Tudo que existe num lugar está em relação com os outros elementos desse lugar. O que define o lugar é exatamente uma teia de objetos e ações com causa e efeito, que forma um contexto e atinge todas as variáveis já existentes, internas; e as novas, que se vão internalizar (SANTOS, 1994, p. 97).

O lugar passa por uma construção social que pode ser influenciada pela dinâmica socioeconômica, como também delineada pelas relações sociais no espaço vivido. A memória e a identidade exprimem a materialização da história, que produzem as relações humanas vividas no espaço urbano, um lugar de sociabilidade e atividades locais. (HARVEY, 1992).

A memória aparece como um processo de reter as informações que são armazenadas e recuperadas de acordo com a necessidade do indivíduo e das experiências vividas pelo mesmo. “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2003, p.455). A memória individual é armazenada pelo indivíduo que alimenta a memória coletiva. A importância da memória coletiva permite e garante o sentimento de identidade do indivíduo na memória compartilhada e a conexão deste indivíduo com as memórias de um grupo.

As configurações da memória são evidentes na área de influência do Ver-o-Peso, o qual compreende um cenário de memórias individuais e coletivas, lembranças e histórias de vida de indivíduos, os quais consolidaram pontos de venda e famílias que, há gerações, passam adiante os segredos de cada profissão, ou seja, uma memória viva que se realimenta das lembranças de um indivíduo ou de gerações para compor, construir e ou reconstruir uma lembrança, uma história.

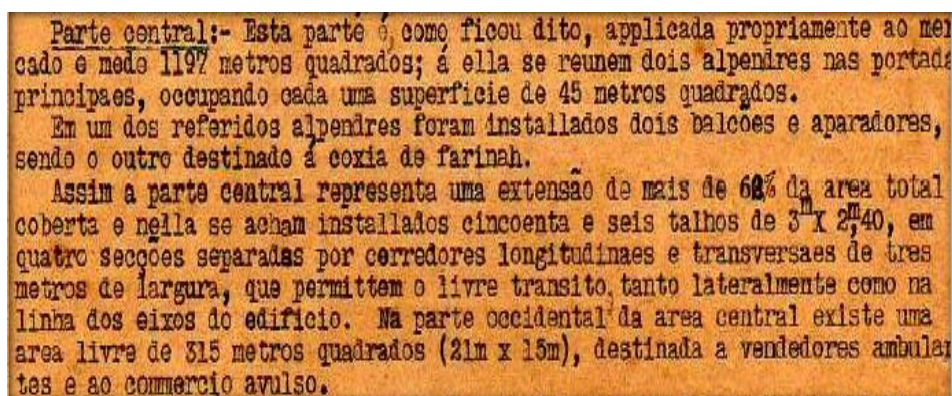
É com base nessa memória individual e coletiva que muitos fatos podem ou não ser inseridos e contemplar uma memória histórica. Estas memórias conservam informações proeminentes para a construção da história e têm função primordial para garantir o registro e a coesão dos fatos históricos. Le Goff menciona atenção para não nos deixarmos influenciar pela evolução documental, realizarmos uma reflexão crítica para não se deparar com falsos documentos. Então, a memória, documento e monumento compreendem a coletividade social e sempre estarão juntas no contexto histórico. “A memória, na qual cresce a história, que, por sua vez, a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 2003, p.455).

CAPÍTULO 3: OS MERCADOS APÓS O PERÍODO DE 1940.

O mercado do Ver-o-Peso, o rio e feira.

A origem do comércio de ambulantes em torno aos mercados, não se pode comprovar em data ou época sua existência, mas de acordo com periódicos e documentos oficiais, percebe-se que, inicialmente, estes já permaneciam nas proximidades da área comercial e mantinham negociação avulsa de mercadorias de todos os gêneros. No Relatório de entrega do Mercado de Ferro (Mercado do Ver o Peso), os técnicos deixam registrada a preocupação em manter os ambulantes de forma organizada na área central do novo Mercado (Figura 36).

Figura 36 - Documento histórico do Relatório técnico de recebimento do Mercado de Ferro durante a Intendência de Lemos.



Fonte: <https://fauufpa.org/2015/05/12/relatorio-que-avalizou-o-recebimento-do-mercado-do-ver-o-peso-por-lemos/>, acessado em 13 de novembro de 2016.

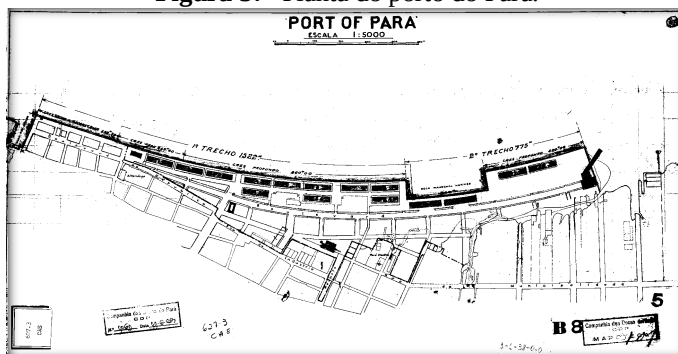
Outro fator que contribuiu para o crescimento da Feira em torno do Mercado refere-se às transformações do porto de Belém no início do século XX, que além do aumento territorial motivado pelo aterramento da área portuária, também intensificou a comercialização e escoamento da produção da borracha. Por volta de 1904, o Engenheiro Percival Farquhar⁵⁰ iniciou suas atividades industriais no Brasil, e, através do Decreto nº 5.978 de 18 de abril de 1906, concedido pelo poder legislativo, obteve a concessão para construir o Porto de Belém, realizando implantação de novas infraestruturas na área portuária da cidade (Figura 37). A partir da construção do porto, o Engenheiro conseguiu autorização para o funcionamento do “Porto

⁵⁰ Grande empreendedor no setor ferroviário chega ao Brasil em 1904, nasceu em 19 de outubro de 1864, em York (Pensilvânia), nos Estados Unidos. Coursou o colegial no York Collegiate Institute e em 1884, formou-se em Engenharia pela Faculdade de Yale.

Fonte: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=52, acessado em 18 de dezembro de 2016.

of Pará” no Estado, e a empresa, a concessão para explorar os serviços portuários, através do Decreto nº 6.283 de 20 de dezembro de 1906⁵¹.

Figura 37- Planta do porto do Pará.



Fonte: ARRUDA, 2003.p. 102.

Com o sistema portuário em evidência, a Doca do Ver o Peso passou a ter um crescimento representativo do movimento comercial, e suas atividades aceleraram. Historicamente, a atividade portuária se embaraça com o desenvolvimento urbano da cidade, ou seja, o porto cresce com a cidade, a economia e serviços servem para organizar os espaços e fomentar ainda mais o comércio. No entanto, mesmo com a evolução urbana e econômica, a cidade representava um grande desafio para se entender e ordenar o crescimento, a funcionalidade e seus desdobramentos sociais.

Uma característica importante para consolidação da feira do Ver o Peso refere-se à sua localização, situada às margens da Baía do Guajará, que viabilizava a chegada de mercadorias e a comercialização das mesmas. E com a expansão econômica e urbana da cidade, o crescimento e a necessidade do abastecimento alimentício foi uma consequência, que considerava a permanência e existência da feira, atualmente nomeada como uma das maiores e diversificadas feiras do Brasil e que integra o Complexo Urbanístico e Paisagístico do Ver o Peso. Na figura 38, já identificamos a área da Praça do Pescador em primeiro plano, e ao fundo, o Prédio da Recebedoria e as torres do Mercado do Ver o Peso, por volta de 1905. Na Figura 39, uma visão da Praça do Pescador totalmente setorizada e urbanizada, ao lado direito, os Casarões da Av. Boulevard, e ao fundo os armazéns.

⁵¹ A empresa organizada pelo Engenheiro Percival, por meio de ações vendidas nas bolsas de valores da França, Bélgica, Canadá e Estados Unidos da América do Norte. Como primeiro, passo encampou todos os trapiches do litoral da cidade, providenciando a demolição dos mesmos e construindo em seus lugares o moderno cais de Belém. O primeiro trecho do Porto de Belém foi inaugurado em 02 de outubro de 1909, com 120 metros de cais, e o primeiro armazém de 20 por 100 metros, sendo quatro anos depois concluídos em 1913 com 15 armazéns e 1.860m de cais acostável. Fonte: <https://www.cdp.com.br/porto-de-belem>, acessado em 03 de janeiro de 2017.

Figura 38- Foto de construção do muro de arrimo do cais, onde temos a Praça do Pescador



Fonte: <http://somostodosedmilson.blogspot.com.br/2011/11/belem-400-anos-1900-sob-o-imperio-das.html>, acessado em 05 de janeiro de 2017

Figura 39 - Imagem da Praça do Pescador



Fonte: http://68.media.tumblr.com/447d7499873a03e2ab956986eb75c71b/tumblr_mfr8t6k52t1r3tp9lo1_500.jpg, acessado em 06 de novembro de 2016

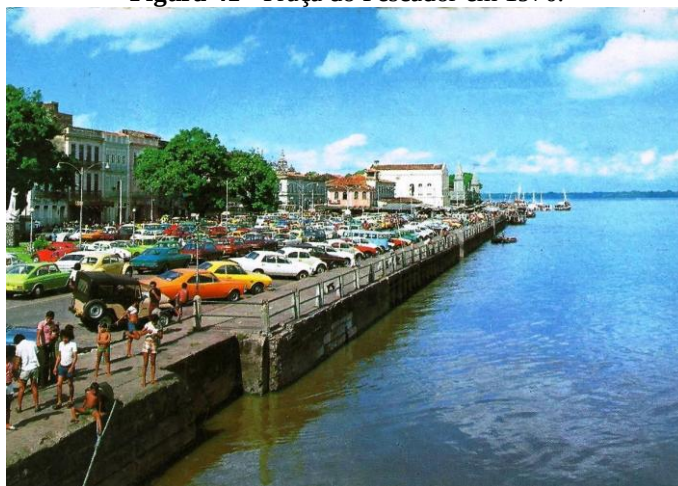
Na figura 40, imagem da Praça do Pescador na década de 1940, tem-se a vista parcial, à lateral do Solar da Beira, no plano intermediário, não mais existe o prédio, assim como o chafariz no primeiro plano, nota-se o espaço setorizado e com a movimentação diária da feira. Na figura 41 a Praça do Pescador, em outro ângulo, em meados de 1970, já com mudanças, o espaço era ocupado em parte por um vasto estacionamento. E na figura 42 o espaço encontrava-se mais ordenado e setorizado.

Figura 40 - Praça do Pescador



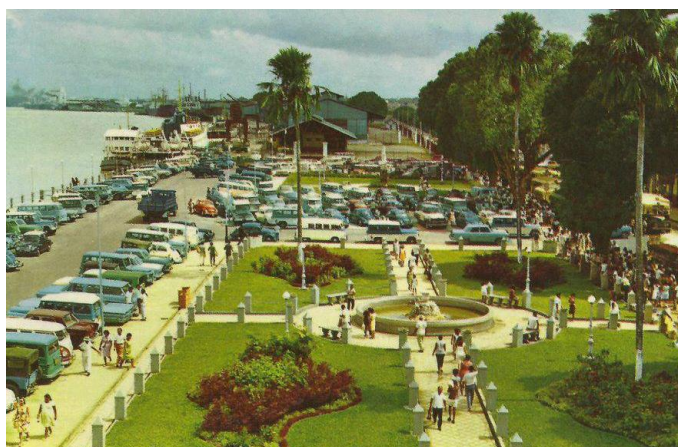
Fonte: <http://haroldobaleixe.blogspot.com.br/search?q=chafariz>, acessado em 05 de fevereiro de 2017.

Figura 41 - Praça do Pescador em 1970.



Fonte: <https://fauufpa.org/2012/04/30/praca-do-pescador-na-decada-de-1970/>, acessado em 05 de fevereiro de 2017.

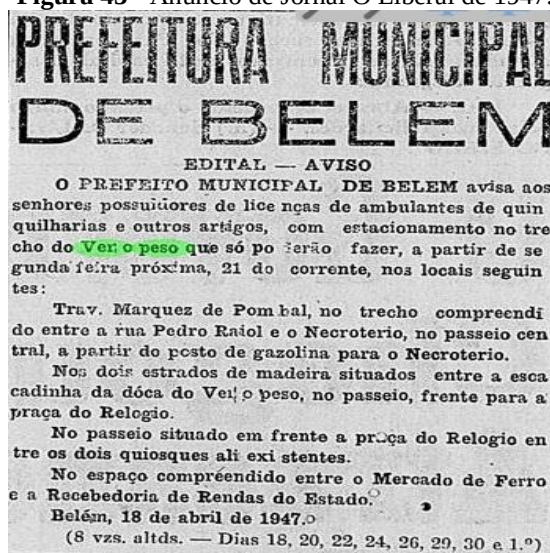
Figura 42 - Foto da Praça do Pescador



Fonte: <http://www.belem.pa.gov.br/ver-belem/detalhe.php?p=210&i=1>, acessado em 05 de fevereiro de 2017.

Com os anos, o fluxo do comércio e pessoas se intensificou, e o número de ambulantes em torno do mercado cresceu, e assim foram estabelecidas atividades e relações de mercado aberto, ou seja, uma feira-livre. Um novo cenário se apresentou e fascinava pela movimentação intensa de pessoas, pela riqueza social e cultural do local. No início do século XX, a popularização da feira ganhou força, assim como sua extensão física, ela se expandiu para as laterais do Mercado do Ver o Peso, passando pelo Prédio da Recebedoria (atual Solar da Beira) e chegando às proximidades da Praça do Pescador. No jornal O Liberal de 1947, temos o comunicado da prefeitura, direcionado aos senhores possuidores de licenças de ambulantes, neste caso, apenas reforça a existência destes ambulantes nas áreas próximas aos mercados e praças (Figura 43).

Figura 43 - Anúncio de Jornal O Liberal de 1947.



Fonte: O Liberal, 18 de abril de 1947, p.2, disponível

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=761036&pasta=ano%20194&pesq=ver%20o%20peso>,
acessado em 03 de fevereiro de 2017.

Um dos desafios urbanos, dentre muitos apresentados neste contexto, é a Feira do Ver o Peso que se disseminava em torno dos mercados públicos já que, inicialmente, se configurava apenas como um ponto comercial e aos poucos se tornava um lugar cheio de sons, cores, sabores, altamente diversificado e movimentado. A partir do século XX, a Feira cresceu e despertou olhares do poder público perante a desordem e o fluxo de pessoas. Assim, tentativas do governo buscavam melhorias na materialidade do espaço.

Desta forma, a área do Complexo Ver-o-Peso é muito mais do que uma obra arquitetônica, possui particularidade e relações de troca, uma característica de cidades portuárias, em outras palavras:

O mercado do Ver-o-Peso é um imenso universo de significados, repleto de relações que ao passante ou visitante podem parecer confusas, mas quando tomado em seus

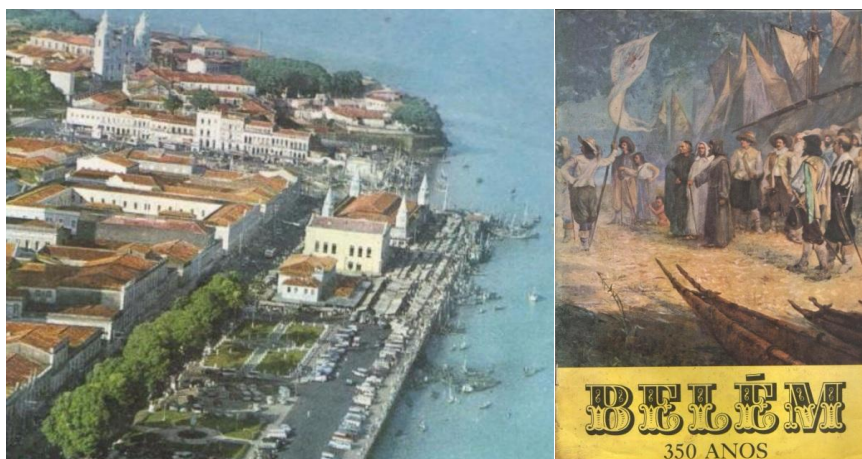
próprios termos, revela sociabilidades e princípios organizativos reconhecidos por aqueles que ali trabalham e circulam (RODRIGUES; LEITÃO, 2001, p. 1).

Após alguns anos, por volta de 1965, já podíamos encontrar uma feira mais organizada, e parcialmente setorizada, sob responsabilidade dos gestores públicos, com pagamento mensal por parte dos feirantes e a padronização das barracas. Segundo Lima (2008), neste período, tem-se a iniciação das primeiras barracas em torno do Mercado do Ver o Peso, o que corresponderia à primeira intervenção oficial realizada nesta área da feira. A colocação e padronização das barracas teve início em 1965 e finalizada durante o primeiro Governo de Alacid Nunes⁵², o qual não foi eleito pela população, foi nomeado prefeito por meio das normas criadas pela ditadura de 1964.

Vale ressaltar que a Feira do Ver o Peso sempre existiu nas proximidades do porto, no entanto, somente na Gestão política de Alacid Nunes que ocorreu a colocação, setorização e padronização das barracas.

Em 1966, o Poder público, em comemoração aos 350 anos da cidade de Belém, publicou em uma Revista, na qual tem-se imagem da área do futuro complexo, e mostra a Doca ocupada pelas embarcações, reforçando o potencial econômico e cultural do local. (Figura 44 e 45). Nas ilustrações seguintes, tem-se o registro da parte externa da Feira, o comércio dos ambulantes e a parte interna do Mercado do Ver o Peso com a comercialização do pescado da região. (Figura 46 e 47 respectivamente).

Figura 44 - Imagem aérea de Belém no ano de 1966 e a Capa da Revista.



Fonte: Revista Belém 350 anos, 1966, p.6. Disponível

https://issuu.com/belemantiga/docs/revista_bel__m_350_anos acessado em 03 de fevereiro de 2017

⁵² Alacid Nunes foi Eleito prefeito de Belém pela Câmara Municipal em junho de 1964, em virtude da cassação do mandato de seu antecessor, Luís Geolás de Moura Carvalho, encerrou sua gestão em julho de 1965. Foi empossado governador em janeiro de 1966, exerceu o cargo de governador no período de 1966 – 1971. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alacid-da-silva-nunes> acessado em janeiro de 2017.

Figura 45 - Imagem aérea da Feira.



Fonte: Revista Belém 350 anos, 1966, p.7, Disponível
https://issuu.com/belemantiga/docs/revista_bel__m_350_anos acessado em 03 de fevereiro de 2017

Figura 46 - Feira na parte externa do Mercado de Ferro.



Fonte: Fonte: Revista Belém 350 anos, 1966, p.15, Disponível
https://issuu.com/belemantiga/docs/revista_bel__m_350_anos acessado em 03 de fevereiro de 2017

Figura 47 - Comercialização do pescado no Mercado.



Fonte: Fonte: Revista Belém 350 anos, 1966, p.14, Disponível
https://issuu.com/belemantiga/docs/revista_bel__m_350_anos acessado em 03 de fevereiro de 2017

As descrições da área do Ver o Peso são evidentes nos textos de Penteado (1968), que menciona intenso fluxo do comércio em torno do mercado, a diversidade de mercadorias e embarcações. O autor ainda relata a existência do Mercado Municipal, do Mercado de Ferro e cita o Mercado da Praia que funcionava ao ar livre – “situado na faixa de cais limitada pelas águas da Baía do Guajará e pelos edifícios do Mercado de Ferro, e a Recebedoria e do Frigorífico” (PENTEADO, 1968, p.246). O autor descreve que esse mercado já existe antes mesmo de 1948. Na área próxima ao mercado, uma feira completamente desordenada, sendo que seus produtos e mercadorias permaneciam espalhados pelo chão e eram comercializados no mesmo local. (Figura 48 e 49). Conforme os relatos de Penteado (1968):

O Mercado de Ferro possui bancas, também divididas por boxes, e é essencialmente um mercado destinado à venda de verduras, frutas, hortaliças, farinha d’água e outros gêneros alimentícios; muito acanhado, não suportou o desenvolvimento comercial de Belém, como centro de Região, e extravasou pelas calçadas circunjacentes, onde grande quantidade de bancas em que, vendedores de quinquilharias, sapatos, sandálias de borracha, sabonetes, agulhas, etc., estabelecem confusão, graças ao atravancamento dos passeios, que acabam, afinal, por acarretar. PENTEADO, 1968, p. 246.

Figura 48 -Comércio em frente ao Mercado de Ferro.



Fonte: Penteado, 1968. p.243.



Figura 49 - Comércio em frente ao Mercado Municipal.



Fonte: Penteado, 1968. p.243.

Com a grande demanda e crescimento do número de ambulantes nas proximidades dos mercados, seu contexto cultural, simbólico e representativo para a cidade, conduziu o historiador Ernesto Cruz⁵³ a solicitar em 1969 o tombamento desse conjunto de monumentos que integravam e ainda integram toda a área central do comércio e as mediações da área referente à fundação da cidade de Belém. O processo de tombamento junto ao IPHAN foi finalizado, em 1977 (Figura 50) e constituiu a área do Complexo Artístico e Paisagístico Ver o Peso.

Figura 50 - Documento IPHAN, referente ao Tombamento da área do Ver o Peso.

Proc. 247 311/77



Nos termos da Lei nº 6 292, de 15 de dezembro de 1975, e para os efeitos do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, HOMOLOGO o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico "Ver-o-Peso", da cidade de Belém, Estado do Pará, a que se refere o Processo de Tombamento nº 812-T-69-IPHAN.

Brasília, em 18 de outubro de 1977.

Ney Braga
Ney Braga

Fonte: IPHAN, 2016, Arquivos fornecidos pela Instituição.

⁵³ O Historiador Ernesto Cruz em 1969 era quem representava o Conselho Estadual de Cultura do Pará.

Durante a administração do Prefeito Alacid Nunes, o espaço passou a ser chamado Mercado da Praia, e somente depois de oficializado o tombamento pelo IPHAN é que o espaço passa a ser chamado de Feira do Complexo do Ver o Peso. Isso de fato pode ser constatado na narração de Penteado (1968), o Mercado da Praia já apresentava as características de feira (Figuras 51 e 52):

...no Mercado da Praia, reina a ordem; ele é mais uma Feira do que um Mercado; as barracas são fixas, todas de metal, uniformes, distribuídas em setores (das frutas, de lataria e conservas, do feijão, da farinha, etc.). Os que ali trabalham pagam uma taxa de cem cruzeiros diários por banca, além dos 5000 cruzeiros para adquirir o cartão de feirante e mais uma taxa anual de 2600 cruzeiros. Cada qual pagou à Prefeitura a sua banca (40.000, se a banca for de madeira e 72.000 cruzeiros, se de metal). Só o que não se alterou foi a variedade de artigos que são oferecidos à venda, nem faltam também os vidros de água-de-cheiro e as ervas da Amazônia. PENTEADO, 1969, p.247.

Com o crescimento urbano da cidade e a expansão do comércio portuário nas proximidades da Doca do Ver o Peso, a dinâmica econômica e sociocultural foi influenciada diretamente pela proximidade com o rio, mantendo uma relação Mercado e Rio. Como descreve Leitão (2010), o mercado representa um espaço produtivo de práticas e saberes ribeirinhos presentes em um ambiente urbano, que representa uma história - raízes que constituíram um passado e reforçam um presente.

Figura 51 - Em 1965, as barracas apresentam-se mais organizadas.



Fonte: Penteado, 1968. p.251.



Figura 52 - Feira da Praia, por volta de 1965.



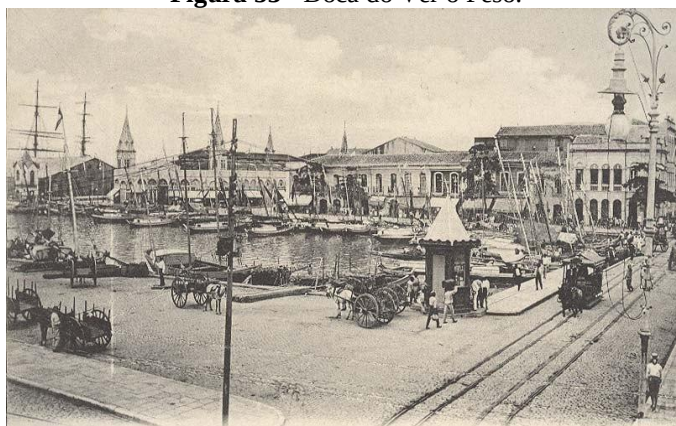
Fonte: Penteado, 1968. p.253.



A modernização como prática contemporânea.

Todos os dias na área da Feira do Ver o Peso, são comercializados desde peixes, carnes, frutas e legumes, artigos regionais, ervas medicinais, plantas ornamentais e raízes aromáticas. Sendo que os produtos do rio e da floresta são vendidos nas barracas em torno do mercado, e esse transporte sempre foi realizado pelos barcos que chegam às Docas do Ver o Peso, com uma rotina criada desde o início do século XX. (Figura 53).

Figura 53 - Doca do Ver o Peso.



Fonte: <http://fragmentosdebelelem.tumblr.com/post/43801639250>, acessado em 04 de janeiro de 2017.

Com o passar dos anos, o Mercado viveu períodos de grandes reformas intercalados com o abandono e o descaso das autoridades. Uma das primeiras reformas, após a padronização das barracas em 1965, foi no ano de 1985 e se estendeu por mais de dois anos para execução da mesma, sob responsabilidade da Prefeitura de Belém. Teve como objetivo, firmar uma das torres do mercado que apresentava uma pequena inclinação, causada, provavelmente, pela inconsistência do terreno e também realizar melhorias no edifício, pois o mesmo encontrava-se bastante deteriorado pela ação do tempo e por agentes externos⁵⁴. Esta intervenção consistia em cravar no solo perfis de aço em profundidade de 25 metros (aproximadamente) para estabilizar o piso do mercado.

Logo em seguida, no mesmo período, durante a Gestão de Almir Gabriel⁵⁵, houve a intervenção na área do Complexo do Ver o Peso, propondo uma reorganização do mesmo, realizando a ampliação e o reordenamento da feira com a padronização das barracas em tubo de ferro galvanizado, cobertura padronizada em telhas de aço, a recuperação do calçamento na área, implantação de infraestrutura e restauração dos mercados e também do Solar da Beira e

⁵⁴ Informações coletadas pela autora fornecida pelo IPHAN, em dezembro de 2016, através do material catalogado pela Instituição.

⁵⁵ Almir Gabriel foi nomeado Prefeito de Belém de 1983 – 1986.

Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/almir-jose-de-oliveira-gabriel>

adjacências da Feira do Açaí. Pode-se afirmar que esta reforma, realizada durante o governo de Almir Gabriel, foi importante, pois resgatou memórias históricas que há muito tempo não eram abordadas no campo político, econômico e cultural.

Esta reforma não se manteve preservada por muito tempo. Já na década de 90, não era mais possível identificar os elementos e melhorias implantados em 1985, o que existia era um cenário de completo abandono em que persistia a falta de manutenção. O processo de deterioração continuava crescente, e as barracas totalmente descaracterizadas, com péssima circulação e iluminação (Figuras 54, 55 e 56).

Figura 54 - Vista aérea da Feira do Ver o Peso antes da Reforma.



Fonte: http://somostodosedmilson.blogspot.com.br/2011_08_01_archive.html, acessado em 11 de janeiro de 2017.

Figura 55 - Feira do Ver o Peso, antes da reforma.



Fonte: http://somostodosedmilson.blogspot.com.br/2011_08_01_archive.html, acessado em 11 de janeiro de 2017.

Figura 56 - Vista aérea do Ver o Peso antes da reforma de 1999.



Fonte: http://somostodosedmilson.blogspot.com.br/2011_08_01_archive.html, acessado em 11 de janeiro de 2017.

Após alguns anos, persistia a falta de manutenção e o processo de deterioração continuava crescente. Logo, por volta de 1998, se decidiu realizar um concurso nacional para seleção de uma proposta para recuperação dos edifícios e do Complexo urbano do Ver o Peso. O concurso ficou sob responsabilidade da Prefeitura de Belém e do Instituto dos Arquitetos do Brasil. Em março de 1999, foi anunciada a proposta vencedora, que foi desenvolvida pelo escritório carioca do arquiteto Flávio Ferreira. Em entrevista cedida à Revista AU em abril de 2004⁵⁶, Flávio esclarece que a principal diretriz do projeto foi unir o erudito ao popular, “O equilíbrio entre esses dois tipos de estrutura espacial, erudita e popular, é que dá o caráter único ao Ver-o-Peso”.

Este projeto atendeu às exigências técnicas dos órgãos nacionais de proteção do patrimônio, mantendo uma relação de transparência com toda a população e os feirantes, que tiveram participação ativa em todas as decisões - uma parceria entre as instituições, prefeitura, técnicos e a população.

Na abordagem utilizada no projeto, foram analisadas as questões físicas, a socialização e os benefícios que a feira poderia proporcionar aos diversos grupos sociais que dependem financeiramente do comércio nesse local, assim como, continuar a propagação e difusão das práticas e saberes populares que tornam a feira um espaço único-singular.

A prefeitura de Belém tinha como objetivo intervir na feira, contemplando aspectos paisagísticos, a organização física dos feirantes. Além disso, o governo municipal realizou diversos estudos em parceria com a universidade, e por meio de consultas e reuniões com os trabalhadores, conseguiu extrair informações para a elaboração do projeto. As principais

⁵⁶Entrevista realizada pela Revista AU. Edição 121. Abril de 2004.

mudanças contemplavam: a colocação de novo piso para toda área do Ver o Peso, construção de novos embarcadouros, colocação de ancoradouros para passeio e turismo, instalações de sanitários públicos e a restauração do molhe de pedra⁵⁷ (Figura 57).

Figura 57 - Esquema da área do Ver o Peso.



Fonte: IPHAN, 1999.

Segundo Flávio Ferreira, na elaboração do Projeto Ver o Peso, seria contemplada a necessidade física com a incorporação dos diferentes segmentos sociais presentes na área do Complexo, tentando-se manter o equilíbrio entre a cooperação pública e privada na gestão e manutenção dos benefícios urbanos provenientes deste projeto. Conforme memorial entregue, “o Projeto Ver o Peso demanda uma proposta de organização institucional que permita congregiar interesses diversos, e mesmo conflitantes entre si.” (FERREIRA, 1999, p. 01). A metodologia de concepção do projeto partiu do princípio teórico do urbanismo Kevin Lynch (1979), projeto baseado na legibilidade; na continuidade; na flexibilidade e na contemporaneidade.

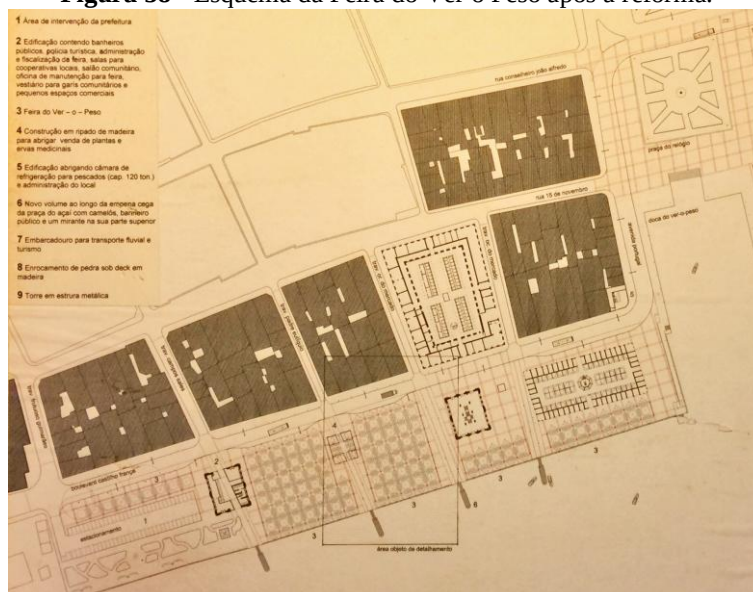
Com a reforma do Complexo⁵⁸, esta obra representou melhorias físicas, urbanas e principalmente sociais, pois houve a participação da população e ainda propôs maior visibilidade e aceitação junto aos feirantes e visitantes do local. A obra teve início em 1999 e se estendeu por alguns anos, uma obra complexa e a reforma foi executada em várias etapas⁵⁹. (Figura 58).

⁵⁷As informações encontram-se devidamente detalhadas no memorial, disponível pelo site <https://fauufpa.files.wordpress.com/2016/01/projeto-ver-o-peso-1999-2000-fase-11.pdf>, acessado em 17 de dezembro de 2016.

⁵⁸ O projeto está disponível no <https://fauufpa.files.wordpress.com/2016/01/projeto-ver-o-peso-1999-2000-fase-11.pdf>, acessado em 17 de dezembro de 2016.

⁵⁹ As etapas da Reforma do Complexo Ver o Peso foram disponibilizadas pelo IPHAN, em dezembro de 2016, através do material catalogado pela Instituição cujos ofícios e memoriais do projeto encontram-se digitalizados.

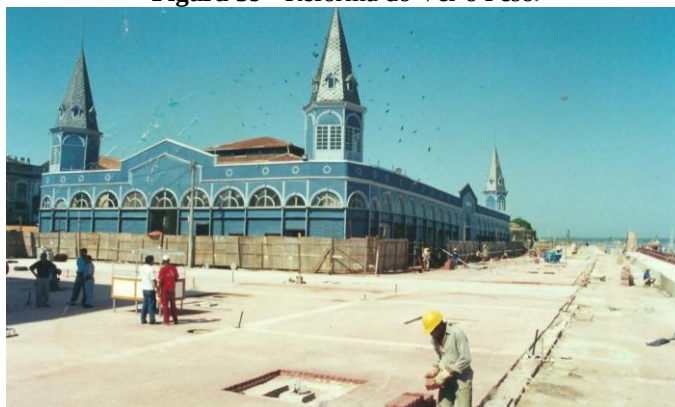
Figura 58 - Esquema da Feira do Ver o Peso após a reforma.



Fonte: <https://fauufpa.files.wordpress.com/2016/01/projeto-ver-o-peso-1999-2000-fase-11.pdf>, acessado em 17 de dezembro de 2016.

Uma das primeiras reformas aconteceu na área da Doca do Ver-o-Peso, com a recuperação do Mercado do Ver o Peso, do Solar da Beira e da Praça do Pescador, viabilizando abertura de aproximadamente 130 metros de orla, e foi inaugurada em outubro de 2001, incluindo a restauração do Mercado de Peixe (Figura 59 e 60) e sua pintura. Naquela ocasião houve a tentativa em realizar a prospecção no Mercado, porém não foi viabilizado devido à limpeza das fachadas com jato de areia em 1985. Na tentativa de determinar sua cor original, mantiveram-se as cores da última reforma, apenas realçando de maneira sutil as torres e os ornatos da edificação. E na parte interna do Mercado foram restauradas e pintadas a estrutura (Figura 61).

Figura 59 - Reforma do Ver o Peso.



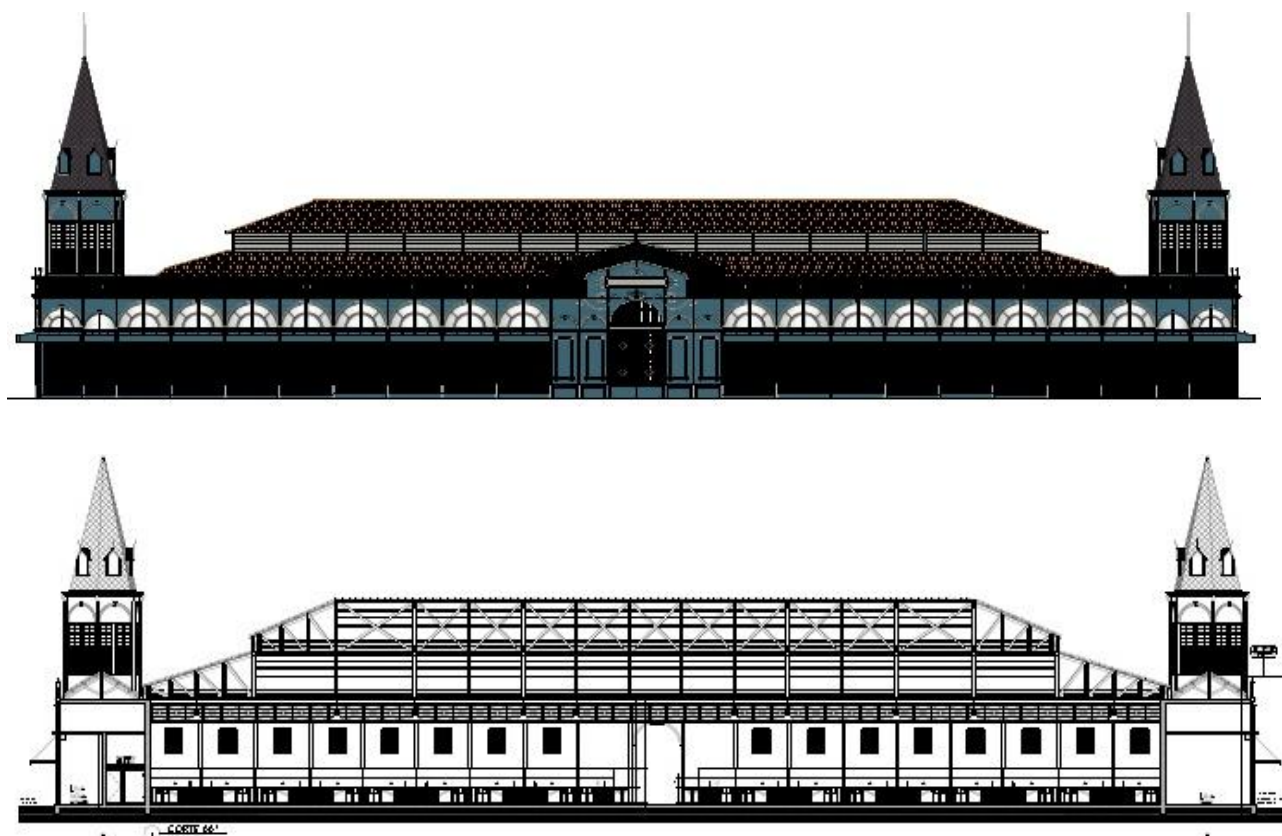
Fonte: http://somostodosedmilson.blogspot.com.br/2011_08_01_archive.html, acessado em 11 de janeiro de 2017.

Figura 60 - Reforma na área da Praça do Pescador.



Fonte: http://somostodosedmilson.blogspot.com.br/2011_08_01_archive.html, acessado em 11 de janeiro de 2017.

Figura 61 - Desenho da fachada e corte interno do Mercado.



Fonte: Material cedido pelo Fórum Landi e adaptado pela autora, 2017

Após essa primeira etapa iniciou-se, em 2002, a etapa de modernização da grande feira livre, com a implantação das tendas que protegem os vendedores, os clientes e os tabuleiros de venda para garantir um espaço amplo e arejado (Figura 62 e 63), realizando a implantação das tendas em lona.

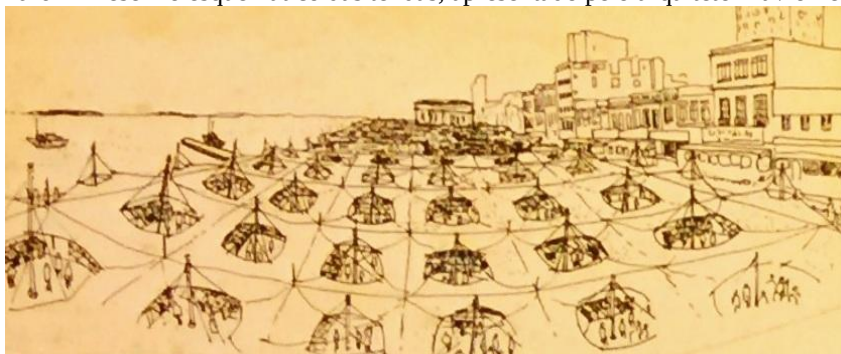
O tecido das tendas é sintético, branco e translúcido, e tem durabilidade de seis anos. Foram projetadas em módulos de 8 m x 8 m, no total de 77 unidades, propiciando uma

área coberta de quase 5 mil m². O centro do módulo fica descoberto, e nele há um poste que ilumina e proporciona sustentação à tenda. Foram deixados espaços modulados ao ar livre, para propiciar uma melhor circulação vertical de ar. A altura das tendas, por sua vez, permite a circulação horizontal de ar. (Revista AU, Edição 121 - Abril/2004)

Nesta área em que implantou-se as tendas, o resultado foi um espaço amplo e arejado, a lona proporcionava um sombreamento tênue decorrente ao seu material translúcido, a colocação de poste de iluminação central e postes secundários distribuídos em cada canto dos módulos, uma nova leitura e distribuição interna dos espaços para atender os comerciantes, e um novo mobiliário urbano na área.

Em 2003, teve início a construção das barracas, destinadas ao comércio de alimentação, de polpa de frutas e de artesanato. E no ano de 2004 ocorreu a contemplação da restauração da Praça do Relógio, da Feira do Açaí e do Mercado de Carne. No mercado, foi mantido todo desenho existente, realizando reparos. Quanto à pintura, não foi possível identificar os registros originais mantendo em tons amarelos/ocre, e os talhos e detalhes em ferro na cor verde. (Figura 64).

Figura 62 - Desenho esquemático das tendas, apresentado pelo arquiteto Flávio Ferreira.



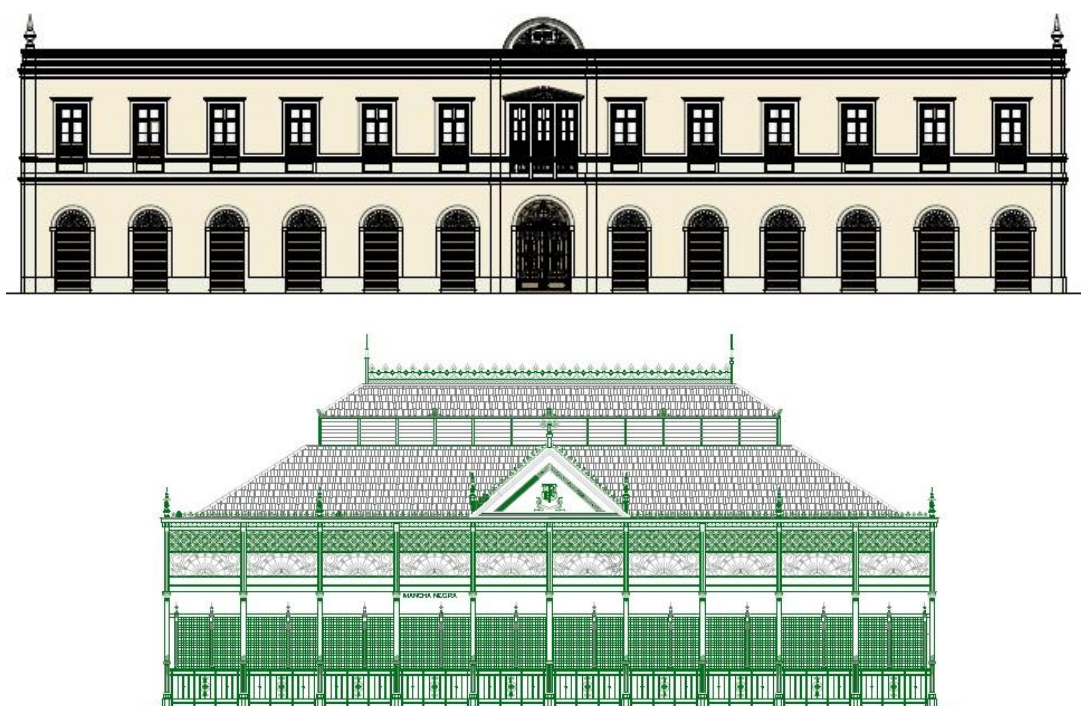
Fonte: <https://fauufpa.files.wordpress.com/2016/01/projeto-ver-o-peso-1999-2000-fase-11.pdf>, acessado em 17 de dezembro de 2016.

Figura 63 - Vista das Tendas implantadas na Reforma de 1999.



Fonte: http://somostodosedmilson.blogspot.com.br/2011_08_01_archive.html, acessado em 11 de janeiro de 2017.

Figura 64 - Desenho fachada e Estrutura interna do Mercado Francisco Bolonha.



Fonte: Material cedido pelo Fórum Landi e adaptado pela autora, 2017

As intervenções produziram um processo, o qual conhecemos como reutilização dos espaços, acarretando divergências e atritos entre as imagens urbanas e as imagens históricas. Assim, o desafio foi manter o equilíbrio, sem descaracterizar sua origem, tendo sempre como objetivo reintegrar as áreas vazias, esquecidas e até mesmo degradadas ao espaço social e econômico das cidades modernizadas. Segundo Lefebvre (2013) é imensamente necessário

entender a produção do espaço, as variações em que ele se insere no contexto urbano, ou seja, o conceito de espaço, não pode permanecer estático e precisa dialogar. Em outras palavras:

O espaço não pode mais se conceber como passivo, vazio, ou como de fato não tendo outro sentido... o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo. O conceito de espaço liga o mental e o cultural, o social e o histórico. (LEFEBVRE, 2013, p.125-126).

Diante da vitalidade do complexo ver o peso - sua densidade histórica, econômica e política que este espaço representa - a proposta vencedora conseguiu atender muitas das variantes e especificidades impostas, principalmente pelo desafio em manter a identidade do espaço urbano. Além de revitalizar as edificações, também propôs ao lugar “modernidade” (no sentido de inovar os espaços) utilizando um novo mobiliário urbano e diferentes materiais implantados em toda a reforma. Dentre os ideais de modernidade que foram discutidos ao longo da dissertação, pode-se pontuar: a revitalização do sítio histórico, agregando os condicionantes projetuais e urbanos; a organização sócio espacial; os equipamentos urbanos; a colocação de novos materiais; a viabilidade e acessibilidade ao projeto.

Com relação ao Mercado do Ver o Peso, nota-se um projeto interligado às intervenções mencionadas no edital do concurso, as quais procuravam desenvolver o potencial turístico, econômico e a relação urbana com a cidade. A proposta vencedora apresentou projetos de reestruturação do sistema viário, inserção de áreas verdes, melhorias no sistema de saneamento básico, revitalização dos monumentos, dentre outros. Vale salientar, que os projetos que englobam as áreas de entorno do Mercado do Ver o Peso tiveram a iniciativa do poder municipal e participação de outras instituições vigentes, assim como, a preocupação de respeitar os princípios voltados para a preservação de sítios históricos, moradias em áreas centrais e a própria área comercial, inserindo a população e usuários da feira na discussão por melhorias, com a dedicação de manter a memória e a história do local.

De um modo geral, o projeto do Ver o Peso procurou desenvolver um espaço da cidade, com o intuito da própria cidade e seus usuários usufruírem do mesmo, tendo o turismo como consequência desta ação. E, assim, as peculiaridades do local e seus usos foram mantidos, resgatando-se a ocupação e vitalidade do lugar.

O processo para a reforma da Feira teve início em 2014, com a abertura do edital de licitação do projeto. A elaboração do projeto teve início em setembro do mesmo ano e foi entregue em 2015, conforme o contrato com a Prefeitura. Oficialmente, a apresentação à população foi realizada em 12 de janeiro de 2016, no dia do aniversário de 400 anos da cidade - a nova proposta de intervenção da Feira do Ver o Peso. Inicialmente, este novo projeto em discussão foi contratado pela gestora municipal no âmbito da linha especial Cidades Históricas,

do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ao que se refere apenas à feira do Ver-o-Peso. Os demais projetos para a feira do Açaí, Solar da Beira e Pedra do Peixe estão sendo contratados pela prefeitura e poderão ser submetidos aos mesmos procedimentos (IPHAN, 2016)⁶⁰. A proposta foi apresentada por meio de uma maquete eletrônica, sem conhecimento público. E mediante a repercussão, foram realizadas por determinação do Ministério Público Estadual, diversas audiências para discussão com a população e uma consulta pública pela instituição do IPHAN.

A proposta de 2016 tem como principal intervenção a troca das atuais coberturas de lona por telhas termoacústicas onduladas, onde a ideia seria dispor as telhas de formas assimétricas para, assim, permitir a passagem de ventilação e circulação (Figura 65). No entanto, essa questão ocasiona uma série de modificações que vão além do ponto de vista meramente arquitetônico. Os dois modelos de cobertura simbolizam percepções diferentes, incidindo diretamente na altura das barracas, projeções atuais da feira, especificidade do material, substituído, além da agressão visual que incidirá no Conjunto da Feira, já que a nova cobertura ocuparia uma área extensa e teria grande impacto na paisagem do Ver-o-Peso (Figura 66 e 67).

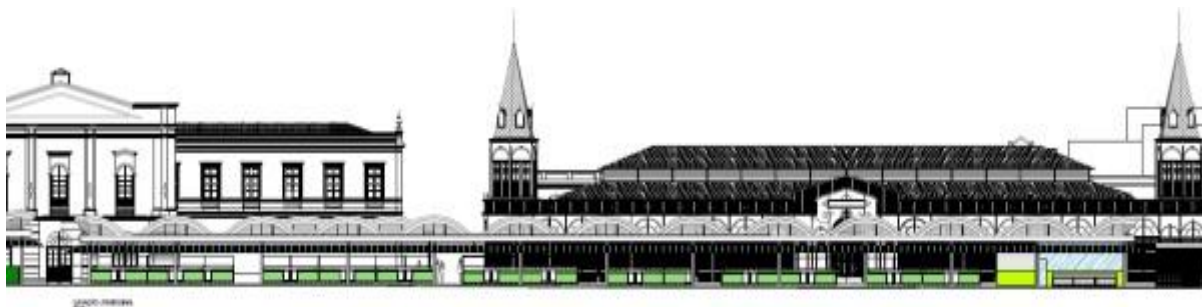
Figura 65 - Ilustração da proposta - nova cobertura para Feira.



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3490/nota-iphan-abre-consulta-publica-sobre-a-reforma-do-ver-o-peso>, acessado em 10 de janeiro de 2017.

⁶⁰ As informações podem ser encontradas no site do IPHAN. Disponível no site <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3490/nota-iphan-abre-consulta-publica-sobre-a-reforma-do-ver-o-peso>, acessado em 10 de janeiro de 2017.

Figura 66 - Corte Longitudinal do Projeto do Ver o Peso. As alturas das barracas incidem no visual do Complexo.



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3490/nota-iphan-abre-consulta-publica-sobre-a-reforma-do-ver-o-peso>, acessado em 10 de janeiro de 2017.

Figura 67 - Ilustração da feira fornecida DPJ Arquitetura e Engenharia Ltda.



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3490/nota-iphan-abre-consulta-publica-sobre-a-reforma-do-ver-o-peso>, acessado em 10 de janeiro de 2017.

Analisando as demais plantas que pertencem ao projeto da empresa DPJ Arquitetura e Engenharia Ltda., verifica-se a proposta de mudanças e melhorias no piso, revisão e implantação de novas instalações hidrossanitárias, ações de restauração do Solar da Beira e a reurbanização da área do estacionamento (Figura 68 e 69). De fato, as intervenções físicas são viáveis e necessárias, tendo em vista o grande fluxo de pessoas e mercadorias que transitam diariamente no local. Além disso, a viabilidade de capacitação dos trabalhadores contribuiria na manutenção do espaço, por meio de cursos educativos e investimento em treinamento e capacitação técnica, que reforçam a relação positiva entre qualidade/produtividade, proporcionando a redução de custo e manutenção no local. A realidade é totalmente diferente, não existe uma prevenção e/ou manutenção para a área, pela administração pública, o que resulta em um completo abandono e descaso pelos gestores públicos.

Figura 68 - Maquete eletrônica da proposta, disponível para consulta pública.



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3490/nota-iphan-abre-consulta-publica-sobre-a-reforma-do-ver-o-peso>, acessado em 10 de janeiro de 2017.

Figura 69 - Simulação da implantação do Projeto, por meio de maquete eletrônica.



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3490/nota-iphan-abre-consulta-publica-sobre-a-reforma-do-ver-o-peso>, acessado em 10 de janeiro de 2017.

O diagnóstico das mudanças, segundo a empresa DPJ Arquitetura e Engenharia Ltda., iria favorecer a extinção de inúmeros problemas existentes na feira, como o acúmulo de água em poças nas calçadas e embaixo das barracas, o lixo, as instalações elétricas e hidrossanitárias, entre outros. Conforme a empresa, foi realizada duas reuniões com os permissionários, apontando-se as grandes dificuldades e deterioração do local de trabalho, e as intervenções favoreceriam as reivindicações dos feirantes. No entanto, entre muitas controvérsias, os feirantes alegam que não houve o diálogo necessário para atender os trabalhadores e visitantes do local. As condições de melhorar a feira refletem unicamente na falta de manutenção na área, pois, conforme o memorial do projeto do Ver o Peso executado, pelo Flávio Ferreira, registra a vida útil da cobertura em lona, um prazo de seis anos.

O projeto de 2016 fomentou a discussão sobre a reforma do Complexo do Ver o Peso, mas, para que este ícone da cultura de Belém permaneça vivo, é indispensável que se tenha transparência nas decisões, e a proposta atenda aos principais protagonistas do dia a dia do Ver o Peso, e dos feirantes. Diante às circunstâncias em que o projeto foi apresentado, diversas

instituições e profissionais manifestaram suas opiniões e indagações, que contestam a qualificação e especificidades do projeto em atender a necessidade dos frequentadores e feirantes.

A partir desta conjuntura, por conta das inúmeras advertências e sob o acompanhamento do Ministério Público Federal (MPF), o órgão do IPHAN realizou uma consulta pública, no período de 02 a 31 de março de 2016, recebendo críticas e contribuições por meio eletrônico, referente ao anteprojeto de intervenção da Feira do Ver o Peso⁶¹. A consulta teve encerramento com uma audiência pública, realizada dia 07 de abril de 2016, em que novas análises e recomendações foram recebidas, e muitas divergências encontradas, o que sugeriu a necessidade de reformulação do projeto com maior participação da comunidade, frequentadores e trabalhadores do Ver o Peso.

Diante disso, reuniram-se algumas contribuições endereçadas ao IPHAN, nas quais se evidenciaram os questionamentos e posicionamentos críticos, buscando contribuir com a proposta do projeto apresentado. Pontuaram-se na proposta alguns itens técnicos, históricos e simbólicos, pois descaracterizam o espaço do complexo em relação aos demais conjuntos, áreas e bens tombados. No anteprojeto não são mencionados e/ou apresentado implicação do Conjunto Arquitetônico do Ver o Peso, em relação às atribuições do Centro Histórico de Belém (NASCIMENTO, 2016). A proposta refere-se à Feira, mas são mencionadas no anteprojeto, apenas as mudanças físicas a este ambiente, sem contemplação, inicialmente, dos demais monumentos que compõem a mesma, ocorrendo à troca de valores, a autora menciona “inversão de importância”, que irá se configurar em todo o restante do projeto: a questão de viabilidade da cobertura, diante de aspectos físicos, térmicos, estéticos, que comprometem o Conjunto Arquitetônico; a infraestrutura; instalações elétricas e hidrossanitárias; e a visibilidade comprometida com a inserção da nova estrutura de barracas.

A proposta é descrita por estudiosos que a analisaram, como uma intervenção fragmentada e seletiva, considerando apenas elementos pontuais na reforma, “ignorando a rica rede de relações materiais e simbólicas, produzindo uma ruptura em um tecido cultural” (CHAVES, 2016), isto é, exerce contradição e descarta qualquer tentativa de realizar possibilidades de integração da população marginalizada e/ou excluída. Em relação à

⁶¹ O projeto foi contratado pela Prefeitura de Belém, por meio do Edital TP 09/2014, na modalidade de Tomada de Preços, no âmbito do PAC das Cidades Históricas, cujo teor refere-se especificamente à Feira do Ver-o-Peso. Entretanto, conforme informações constantes no mesmo site, os demais projetos para a Feira do Açaí, Solar da Beira e Pedra do Peixe estão sendo contratados pela Prefeitura de Belém também no âmbito do PAC Cidades Históricas.
<http://ww3.belem.pa.gov.br/www/em-pauta/projeto-de-revitalizacao-do-ver-o-peso-tera-a-participacao-dos-feirantes/>

substituição da cobertura de lona por telhas termo acústica, segundo CHAVES (2016), causa grande impacto em relação às demais edificações, e deturba a composição arquitetônica presente no local. A proposta do projeto rejeita todas as preexistências arquitetônicas, culturais e sociais que o Complexo do Ver o Peso possui, assim torna-se inexequível diante da importância que este representa como patrimônio histórico.

A instituição do CAU/PA também manifestou sua análise ao projeto apresentado pela prefeitura de Belém, e por meio de nota pública, questionou o conceito de feira utilizado pelos projetistas para conceber as intervenções. Enfatizou a importância do Complexo, e na visão do CAU/PA, a Feira tem como referencial a intensa dinâmica econômica e turística, apresentada pela diversidade da própria identidade local, enfatizando sua importância social e cultural, que a localidade possui, e o valor do espaço como patrimônio cultural da Cidade. A partir da apreciação dos documentos disponibilizados no site do IPHAN, para a Consulta Pública, a instituição questionou alguns pontos técnicos que não ficaram claros quanto à intenção da proposta como: ausência de especificações nos cortes esquemáticos e discordância nas vedações laterais da cobertura, reavaliação dos espaços destinados às barracas e circulação, analisar os materiais sugeridos entre outros.

O discurso da prefeitura de Belém quanto ao projeto elaborado para reforma do Ver o Peso, aponta as questões de modernidade e valorização do espaço para justificar a intervenção, no entanto essa modernização aplica-se a infraestrutura da feira, tendo em vista o aspecto visual e físico. A modernização sugerida deve abordar outros aspectos, voltados para conservar e potencializar as tradições e cultura, como também conceber um espaço atrativo e produtivo para a cidade. O projeto apresentado consiste na fragmentação e mutilação dos preceitos de modernização e revitalização, predominando um caráter político que se sobrepõe aos aspectos da funcionalidade, sociabilidade e cultural da feira, o qual tenta enfatizar a capitalização de recursos principalmente voltados para a tendência de “gourmetização” nas áreas de mercados e feiras, justificando fatores econômicos para cidade. Essa “gourmetização” possui uma visão de remodelagem dos lugares urbanos, tendo como uma das características a rejeição de parte da cultura urbana que o local possui, e que normalmente são avaliadas as áreas centrais da cidade, as quais podem proporcionar um espaço voltado aos interesses econômicos e privado para fins de controle social.

Ao analisar as contribuições encaminhadas para o IPHAN, durante a pesquisa pública, nota-se pontos em comuns. Segundo o órgão, foram recebidas um total de 34 opiniões sobre a proposta do Projeto Ver o Peso (Figura 70), dentre esses pontos, tem-se a questão da forma e função referente ao projeto arquitetônico. A forma apresentada para a feira descaracteriza os

aspectos físico e cultural do espaço, e também coloca em discussão o uso da feira e do mercado, pois a forma sugerida pela proposta salienta a ideia de mudança física que pode interferir na caracterização do uso da feira, tornando-se uma área comercial coberta com tendências modernas e, principalmente, a invisibilidade dos edifícios históricos. Quanto a sua função, a proposta atribui atenção aos elementos quanto à funcionalidade e circulação, no entanto muito foi questionado pela maneira utilizada no desenho arquitetônico proposto, pois a finalidade norteia apenas para a contemplação da paisagem sem garantias de sucesso, já que não faz parte da vivência diária da feira.

Figura 70 - Planilha síntese das contribuições enviadas ao IPHAN, referente ao projeto Ver o Peso.

CONSULTA PÚBLICA - PROJETO VER-O-PESO - SISTEMATIZAÇÃO DAS 34 CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS PERÍODO 02 A 31 /03/2016, SENDO 3 INSTITUCIONAIS - CAU, IAB E NAEA/UFGA		
ITEM		Quantidade
1	PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PROJETO	
1.1	Incorporar a prática de consultas públicas para intervenções em bens e espaços públicos	1
1.2	O projeto deve incluir um plano de gestão	3
1.3	Ampliar a participação dos feirantes e da população no processo	5
1.4	Esse tipo de projeto exige multidisciplinaridade	1
1.5	Concurso público	5
1.6	Falta de contextualização do Ver-o-peso com relação ao entorno imediato e ao CHB	1
1.7	Incluir no projeto a reforma do casario, pelo menos em nível de planejamento e de forma integrada, posto que o conjunto edificado integra a área tombada e o centro comercial	2
1.8	As discussões precisam ser consideravelmente ampliadas para envolver outras questões sobre o entorno e a cidade (mobilidade, economia, patrimônio, práticas tradicionais, entre outras), por grupos multidisciplinares	1
1.9	Incluir o projeto numa proposta mais ampla envolvendo todo o conjunto, do estacionamento e praça Do Pescador até a Feira do Açaí, passando pelo Solar e pela Pedra do Peixe e também o casario que abraça o Ver-o-peso, indicando os respectivos valores e etapa de implementação.	4
1.10	O projeto do Ver-o-peso deve estar integrado a uma proposta de recuperação/reabilitação do CHB, envolvendo atividades econômicas, educativas, segurança, programas sociais (creches, por exemplo), moradia, etc	1
1.11	Incluir projeto de segurança	2
1.12	Analisar as vantagens da nova intervenção com relação a atual para os cidadãos feirantes/usuários	1
1.13	Reforma/adaptação/conservação e melhorias ao invés de um novo projeto	6
1.14	Atualizar a proposta atual não seria mais viável economicamente?	3
1.15	Não há como compreender a substituição de uma proposta vencedora de um concurso nacional por outra que foi apresentada praticamente finalizada para a sociedade	1
1.16	A postura atual da gestão pública não refletiu nenhuma das bases essenciais de construção de projetos dessa magnitude e simbolismo em termos de processos com publicização e participação social	1
1.17	E preciso de mais clareza quanto ao vínculo do projeto para a feira do Ver-o-Peso com as outras iniciativas divulgadas em meios restritos, a exemplo dos lojistas : Via Boulevard Gastronômica da Amazônia; o Mercado de Ferro já é por decreto Espaço Gastronômico Cultural da Amazônia; a Praça dos Estivadores se tornará Praça Criativa da Gastronomia; e a Casa das 11 janelas será o local do novo Polo Gastronômico- com todos esses espaços vinculados ao Centro Global de Gastronomia e Biodiversidade e à conversão de Belém em Cidade Criativa da Gastronomia .	1

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3490/nota-iphan-abre-consulta-publica-sobre-a-reforma-do-ver-o-peso>, acessado em 10 de janeiro de 2017.

As principais abordagens são: a substituição da cobertura de lona, as questões relativas à manutenção do espaço, paisagem cultural e dinâmica social e econômica do local. Na verdade, a proposta desconsidera a elaboração de estratégias de socialização e inclusão dos usuários. O projeto precisa ser revisado, corrigido, alterado e essencialmente adaptado a partir de novas negociações com os trabalhadores e demais usuários do espaço, incluindo a mobilidade urbana, planos de gestão e controle das feiras e mercados, e, acima de tudo, o patrimônio histórico da cidade.

O espaço do Complexo do Ver o Peso representa uma trajetória evolutiva da cidade, que é de fundamental importância para compreendermos o processo de solidificação dos valores urbanos, sociais e regionais. Além disso, este espaço assistiu aos principais eventos e acompanhou as inúmeras mudanças urbanísticas ocorridas na cidade, ou seja, precisa ser valorizado e preservado. Apenas espera-se que as intervenções propostas e as que futuramente virão, atendam as estruturas física, sociais e culturais peculiares da nossa região.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação propôs-se a realizar um estudo adotando como ponto de partida os conceitos de modernização que foram incorporadas ao projeto político-administrativo de Antonio Lemos, em Belém, no final do século XIX, relacionada aos mercados públicos e ao processo de crescimento urbano da cidade. Fez-se necessário pesquisar as relações comerciais e sociais dos mercados públicos inseridos no contexto urbanístico. Estes equipamentos urbanos edificados em uma área portuária já se caracterizavam como área de múltiplas funções, e que ao longo da história estiveram sujeitos às políticas modernizadoras.

Para o recorte temporal deste trabalho, o motor para essas transformações físicas, inicia-se da Europa, apresentadas por Lemos, com o intuito de modernizar a cidade. O Intendente considerava os mercados como equipamentos primordiais para o abastecimento e comercialização de alimentos, além de promover hábitos civilizados à população, o que prevalecia a vontade de controlar e ordenar o espaço. Após a conclusão da área portuária, este espaço, em torno dos mercados, recebeu um grande fluxo de comércio, e as primeiras feiras e mercados abertos foram se intensificando e definindo a forma da cidade.

Como a pesquisa se baseia na análise dos mercados como componentes de modernização, as grandes transformações ocorridas na configuração da cidade se detiveram na centralidade proporcionada pelos mercados e pela zona portuária, que ao longo do século XX acarretaram novas conexões econômicas e sociais, novos usos e funções. Nos primeiros capítulos deste trabalho, o surgimento dos ideais de modernização estudados e identificados, sempre foi utilizado no discurso representativo justificando fatores econômicos, sociais e políticos para construção do espaço urbano.

Além disso, o enfoque modernização consegue provocar discussão entre os autores e interferências significativas na história da sociedade. Dependendo do contexto, vários intérpretes sociais podem contribuir para a formação urbanística, arquitetônica e moderna da cidade. Deste modo, o problema não seria modernizar, e sim como modernizar, sem fazer com que a identidade do espaço seja perdida, apenas incorporada. Neste sentido, a contribuição de Harvey (1992) é significativa, pois o espaço se sujeita a propósitos humanos, ou seja, tem-se o controle racional do espaço integrado à sua cultura moderna.

O processo de modernização urbana vivenciado em Belém, no final do século XIX, é resultante dos processos ideológicos propagados pela higienização e civilidade, as quais os gestores públicos utilizaram para justificar as intervenções urbanas, proporcionando condições às modernizações da cidade de Belém. O poder público contava com os tributos que a borracha

proporcionava e alimentava os anseios da elite local segregando as classes, empurrando os pobres para as áreas periféricas. Assim sendo, a contribuição deste trabalho permite assegurar as transformações e significados atribuídos aos mercados, desde as questões de abastecimento até sua relação social, cultural e simbólica.

Esses equipamentos urbanos foram além da função de troca e venda, e se tornaram locais de comércio abrigo variedades de produtos – serviços; e também agrupavam pessoas, tornando-se protagonistas no cenário econômico e coadjuvantes no panorama social. Como mencionado ao longo deste trabalho, hoje esses mercados estão inseridos na paisagem urbana e agregam valores culturais e simbólicos. No período estudado, Belém passou pelo processo de ideais de modernidade (com base nos conceitos de civilidade, higiene e controle), vivenciados na Europa, mas, diferente no que se refere aos motivos e causas, a cidade passou pelo processo de crescimento populacional e econômico e, conseqüentemente, induziu aos aspectos sociais e urbanos, já que nas cidades europeias teve-se como agravante a revolução industrial e como consequência os aspectos econômicos sociais e urbanos.

Antônio Lemos se destaca nesse processo de desenvolvimento da cidade como administrador, que se preocupava não apenas em dotar a cidade de obras necessárias, mas também de proveitos para seus interesses políticos. Inteligentemente, soube governar e direcionar os recursos econômicos da capital e impor suas ideias, com a ajuda de profissionais qualificados (técnicos médicos e engenheiros). Depois do período auge da borracha, o aquecimento do comércio, principalmente com relação às exportações, também começou a declinar, e as dívidas adquiridas nesse período aumentaram, estagnando o crescimento da cidade por alguns anos.

A Feira sempre existiu, embora não nos moldes que a conhecemos atualmente, no entanto, a força expressiva e cultura da Feira do Ver o Peso só foram evidenciadas com o início do processo de Tombamento formalizado pelo historiador Ernesto Cruz. Além da feira, o tombo patrimonial contemplou edifícios, praças, mercados, impondo-se como patrimônio histórico e cultural da cidade. Um representante expressivo do espaço arquitetônico, cujas peculiaridades conseguiram manter as relações entre rio e cidade.

Apesar de sua importância monumental, os Complexos, atualmente, vêm sendo vítimas do abandono por parte dos gestores públicos, de políticas públicas. O abandono é a consequência da falta de manutenção, que leva os monumentos e suas adjacências a um processo progressivo de deterioração, fazendo com que, caso ocorra possíveis intervenções, estas se tornem mais onerosas e agressivas para a edificação.

A polêmica do projeto do Ver o Peso de 2016, apresentado pela prefeitura de Belém, colocou em discussão a necessidade dos usuários e a tentativa do poder público, em capturar investimentos econômico, e, ao mesmo tempo, de destruir o patrimônio cultural da cidade. A gestão pública tem o dever de discutir e viabilizar propostas, mas deve considerar os atores principais da cidade - os seus próprios habitantes e usuários - garantindo a vitalidade do lugar e preservando a sua essência. Pois, a sociedade, não permite que seus patrimônios culturais sejam mutilados, que a identidade do lugar seja apagada.

No caso do Ver o Peso e seu entorno, há que se atentar para o fato de serem patrimônios históricos e culturais, de possuírem ligação com a cidade e o rio, relações que ultrapassam fronteiras físicas e econômicas. Por fim, conclui-se que os mercados públicos, com suas peculiaridades, se apresentam na história das cidades como reguladores das mudanças urbanas e devem ser interpretados como equipamentos enriquecedores do processo social, econômico e cultural da cidade.

De fato é inevitável olhar para cidade e não perceber as transformações e ao mesmo tempo ser contra ao avanço e melhorias que a “modernização” ocasiona. É evidente que a cidade precisa e deve se modernizar, que as edificações surgem e mudam a paisagem urbana, porém não se deve deixar que esse crescimento devore o patrimônio e memória da cidade, um resultado da história e identidade cultural local. Precisamos avançar nas gestões de políticas de preservação e memória, para assim, começarmos a valorização e reconhecimento da importância artística, documental, cultural, religiosa e social de cada lugar, de cada região.



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CRUZ, E. Belém. **Aspectos geo-sociais do município**. Rio de Janeiro: José Olímpio, vol. 1, 1945.
- CRUZ, E. **História de Belém**. Belém: Coleção Amazônica, Série José Veríssimo/UFGA, 1973.
- CRUZ, Ernesto. **Ruas de Belém**. Edições CEJUP. Belém, 1992.
- DAOU, Ana Maria. **Cidade, teatro e o “Paiz das seringueiras”: práticas e representações da sociedade amazonense na passagem do século XIX-XX**. Rio de Janeiro, 1º Edição, 2014
- DE CASTRO, Fabio Fonseca. **A cidade Sebastiana: era da borracha, memória e melancolia numa capital da periferia da modernidade**. Belém, PA. Ed. Labor, 2010.
- FERREIRA, José Ribeiro; MORAIS, Rui. A Busca da Beleza. **A arte e os artistas na Grécia Antiga**. São Paulo. Edição: 2008.
- FERREIRA, Angela Lúcia (Org.); DANTAS, George A. F. (Org.). **Surge et Ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940)**. Natal, RN: EDUFRN, 2006.
- FOUCAULT, Michel; **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro. Edição Graal Ltda, 1984.
- FOLLIS, Fransérgio, **Modernização urbana na Belle Époque paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade média: nascimento do ocidente 2**. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- GOITIA, Fernando Chueca. **Breve história do urbanismo**. Coleção Dimensões, Lisboa, São Paulo, Martins Fontes, Presença, 1982.
- GROAT, Linda e WANG, David. **Architectural Research Methods**. John Wiley & Sons, Inc. New York, 2002
- GORELIK, Adrian. Prefácio em: **Modernidades de Provincia: Estado y Arquitectura en La Ciudad de Santa Fe, 1935-1943**, En: Luis Müller. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, Santa Fé. 2010.
- GUÀRDIA, Manuel; OYÓN, José Luís. **Hacer ciudad a través de los mercados**. Europa, siglos XIX y XX. Museu d’Història de Barcelona, MUHBA, 2010.
- LEITÃO, Wilma. **Ver-o-Peso: estudos antropológicos no mercado de Belém**. Belém: NAEA, 2010.
- LEITÃO, Wilma. **Ver o Peso: Estudos antropológicos da Amazônia**. Volume 2. Ed. Pakatatu. Belém. 2016

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Editora da UNICAMP, 2003.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **Do que se come: Uma história do abastecimento e da alimentação em Belém, 1850-1900**. São Paulo: Alameda, 1º Edição, 2014.

MARTINS, Walter. **Mercados Urbanos: transformações na cidade: abastecimento e cotidiano em Campinas - 1859-1908**, Editora UNICAMP, 1ª. edição, 2011.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes. 1998.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: J. 1994.

NORBERG-SCHULZ, Christian **O fenômeno do lugar**. In: NESBITT, Kate (org.). Uma nova agenda para a arquitetura. São Paulo. Conacnaify, 2004.

PENTEADO, Antonio. **Belém do Pará, Estudo de Geografia Urbana, 1º e 2º**. volumes. Universidade Federal do Pará, 1968.

RENNÓ, Raquel. **Do mármore ao vidro: mercados públicos e supermercados, curva e reta sobre a cidade**. Annablume, São Paulo, 2006.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3º ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia**. São Paulo: T.A.Queiroz, 1980

VARGAS, Heliana C. **Espaço terciário. O lugar, a Arquitetura e a Imagem do Comércio**. São Paulo: SENAC. 2001.

WAISMAN, Marina. **La estructura histórica del entorno**. Buenos Aires, Nueva Visión, 1972.

PREFÁCIO E CAPÍTULOS DE LIVRO

LEFEBVRE, Henri. **Prefácio: a produção do espaço**. Estudos avançados, v. 27, n. 79, p. 123- 132, 2013.

GORELIK, Adrián. La Modernidad Y Sus Supuestos. In: **Modernidades de Provincia, Estado y Arquitectura en la ciudad de Santa Fé (1935-1943)**. Ediciones UNI, anta Fé, Argentina, 2011.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

DISSERTAÇÃO E TESE

ARRUDA, Euler Santos. **Porto de Belém do Pará: origens, concessão e contemporaneidade**. 2003. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

COIMBRA, Adriana Modesto. **A cidade como narrativa: Francisco Bolonha e o papel da arquitetura e da engenharia no processo de modernização da cidade de Belém**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

DE MELO, Maria C. Lacerda. **A relação dos Mercados de São José e da Boa Vista com a cidade do Recife entre 1820 – 1875**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, PE.

FERREIRA, G. L. **Um Desejo Chamado Metrópole: a Modernização Urbana de Vitória no Limiar do Século XX**. 2009. Dissertação (Mestrado Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)). Espirito Santo, ES.

FILGUEIRAS, Beatriz. **Do mercado popular ao espaço de vitalidade: o Mercado Central de Belo Horizonte**. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

FONSECA, Jorge Nassar Fleury da. **José Coelho da Gama Abreu: visões de Belém de um funcionário do império (c. 1855-1894)**. 2014. Tese - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB-FAUFRJ). Rio de Janeiro.

LIMA, M. D. **Ver-o-Peso, patrimônio e práticas sociais: uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará**. 2008. Dissertação (mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

MAU S, Paola Haber. **O valor que tem o Ver-o-Peso tem**. 2014. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrim nio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro.

MURILHA, Douglas. **O higienismo e a construção dos matadouros e mercados públicos**. 2011. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

NORONHA, Carlos Alberto Machado. **Lima Barreto entre lutas de representação: uma análise da modernização da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. 2009. Dissertação(Mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana - Bahia.

PANTOJA, Laura Cristina Monte Palma. **Mercado de São Brás e seu entorno: tramas e sentidos de um lugar**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVA, Luiz de Jesus Dias da. **Pedra, Redes e Malha na Circulação do pescado do Ver-o-Peso ao meio urbano de Belém do Pará**. 2016. Tese – Universidade Federal do Pará, Belém.

VEIGA, Débora de Fátima Lima. **Os Mercados de Belém: Estudo sobre a Preservação da Arquitetura do Ferro**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

FONTES

Documentos jurídicos, administrativos, Leis

LEMOS, Antônio. **O Município de Belém: Relatório Apresentado ao Conselho Municipal de Belém**, na sessão de 15 de novembro de 1902 pelo Senador Intendente Antonio José de Lemos. 1902.

LEMOS, Antônio. **O Município de Belém: Relatório Apresentado ao Conselho Municipal de Belém**, pelo Senador Intendente Antonio José de Lemos. 1903.

LEMOS, Antônio. **O Município de Belém: Relatório Apresentado ao Conselho Municipal de Belém**, pelo Senador Intendente Antonio José de Lemos. 1904.

LEMOS, Antônio. **O Município de Belém: Relatório Apresentado ao Conselho Municipal de Belém**, pelo Senador Intendente Antonio José de Lemos. 1905.

LEMOS, Antônio. **O Município de Belém: Relatório Apresentado ao Conselho Municipal de Belém**, pelo Senador Intendente Antonio José de Lemos. 1906.

LEMOS, Antônio. **O Município de Belém: Relatório Apresentado ao Conselho Municipal de Belém**, pelo Senador Intendente Antonio José de Lemos. 1907.

LEMOS, Antônio. **O Município de Belém: Relatório Apresentado ao Conselho Municipal de Belém**, pelo Senador Intendente Antonio José de Lemos. 1908.

Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Pará no dia 15 de agosto de 1857, por ocasião da abertura da segunda sessão da 10.a legislatura da mesma Assembleia, pelo presidente, Henrique de Beaurepaire Rohan. [n.p.], Typ. de Santos & filhos, 1857. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/519/000021.html> acessado em 21 de dezembro de 2016.

Relatório dirigida á Assembléa Legislativa da Provincia do Pará na segunda sessão da XI legislatura pelo exm.o sr. tenente coronel Manoel de Frias e Vasconcellos, presidente da mesma Provincia, em 1 de outubro de 1859. Pará, Typ. Commercial de A.J.R. Guimarães, <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/521/>, acessado em 21 de dezembro de 2016.

Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial na primeira sessão da 17. A legislatura pelo Dr. Abel Graça, presidente da Província do Pará. Typ do Diário do Gram-Pará, 1871. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/524/> acessado em 21 de dezembro de 2016.

ÁLBUNS

CHAVES, Paulo et al. **Álbum Belém da Saudade. Belém**. Secult-PA, 1998.

MONTENEGRO, Augusto. **Álbum do estado do Pará: Mandado organizar por S. Ex. o Snr. Dr. Augusto Montenegro, governador do estado: oito annos do governo (1901 a 1909)**. Impr. Chaponet (J. Cussac), 1908.

COURRIER & BILLITER. **Indicador Ilustrado do Pará**. Rio de Janeiro. 1910,

ARTIGOS MATERIAL INTERNET

ALVES, Lidiane Aparecida; RIBEIRO FILHO, Vitor. **OS MERCADOS PÚBLICOS E A CIDADE: as transformações do Mercado Municipal de Uberlândia (MG)**. Caminhos de Geografia, v. 12, n. 39, 2011.

CARDOSO, Ana Claudia Duarte e VENTURA NETO, Raul da Silva. **A evolução urbana de Belém: trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais**. Cadernos Metrópole, 2013 - redalyc.org

CARDOSO, Ana Claudia Duarte. **O espaço alternativo: vida e forma urbana nas baixadas de Belém**. Editora Universitária UFPA – 2007.

CHAVES, Celma e CLAUDINO, Ana Paula. **O mercado público em Belém: arquitetura e inserção urbanística**. Anais do IV Colóquio Comércio e Cidade: uma relação de origem. 2013. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia.

CHAVES, Celma. **O mercado público em Belém. Estudo em história urbana e arquitetônica**. In: II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pósgraduação em Arquitetura e Urbanismo Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade, Natal, 2012.

CHAVES, Celma. **A reforma do Ver-o-Peso: História, comentários e contribuições**. Consulta Pública. Belém, 2016.

LEITÃO, Vilma. **Ver-o-peso: um mercado de coisas boas e belas**. Anais do IV Colóquio Comércio e Cidade: uma relação de origem. 2013. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia.

LEITÃO, Wilma. Rodrigues, Carmem. **“O mercado do Ver-o-Peso-Belém”**. XI congresso luso brasileiro de ciências sociais. Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011. UFBA.

MATA, Sérgio Ricardo da. MOLLO, Helena Miranda. VARELLA, Flávia Florentino. **A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas**. Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia. Ouro Preto: EdUFOP, 2008.

MURILLA, Douglas e SALGADO, Ivone. **A arquitetura dos mercados públicos, tipos, modelos e referências projetuais**, 2011. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.138/4113>, acesso em 12.08.2016.

NASCIMENTO, Cláudia. **Contribuições técnicas**. Mensagem. Belém, 2016.

OLVEIRA, Luciana de Fátima. **Estado do Maranhão e Grão-Pará: primeiros anos de ocupação, expansão e consolidação do território**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

ARAÚJO JÚNIOR. Antônio Carlos Ribeiro. AZEVEDO, Adriane Karina Amin de. **Formação da Cidade de Belém (PA): Área Central e seu Papel Histórico e Geográfico**. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 2, N.2, p. 151-168, 2012

PINTAUDI, S. M. “Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana”. in Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2006, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (81).

SILVA, Marlon Lima da. PAMPLONA Heverton de Oliva. SANCHES, Flavio Bouth. **A feira do ver-o-peso: organização espacial e circuito inferior da economia.** XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre. 2010.

OUTRAS FONTES DE INTERNET – sites e blogs

<www.nostalgiabelem.com>, acessos em janeiro de 2016 e 2017.

<<http://marcosdotempo.blogspot.com.br/>> acessos em janeiro de 2017.

<<http://portal.iphan.gov.br/>>, acessos em Maio de 2016 e durante o ano de 2017.

<www.panoramio.com>, acesso em setembro de 2015 e 2016.

<www.haroldobaleixe.blogspot.com.br>, acesso em janeiro de 2017.

< <http://fauufpa.org>>, acessos em novembro e dezembro de 2015 e 2016.

<<https://earth.google.com>>, acessos em fevereiro de 2016 e 2017.

<<http://www.sudoestesp.com.br>> acessado em setembro de 2016.

<https://issuu.com/belemantiga/docs/revista_bel__m_350_anos> acesso em fevereiro de 2017.

<<https://pt.scribd.com/>> acesso em janeiro de 2017.

< <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial> > acesso durante os anos 2015 e 2016.

<http://177.74.60.161/acervodigital_obrasraras/relatorio/file/relatoriothesouropublico1899/index.html#4 > acesso em julho e dezembro de 2016.

< <http://memoria.bn.br/> > acesso durante os anos 2015 e 2016.

< <http://www.au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/121/artigo23403-1.aspx>.

<<http://cidadeeourbano.wixsite.com/blog/single-post/2017/01/09/A-Borracha-Urbana>> acesso durante os anos 2015 e 2016.

<<http://passapalavra.info/2011/06/40797>> , acesso em julho de 2016.

<<http://www.ufpa.br/cma/verosite/historico.html>> acesso em julho de 2016.

<<https://veroveropeso.wordpress.com/historia-contida/>> acessado em setembro de 2016.

<http://www.casaruiarbosa.gov.br/escritos/numero05/FCRB_Escritos_5_8_Geraldo_Martires_Coelho.pdf > - acesso em julho de 2016.

<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300307661_ARQUIVO_artigoanpuh2011.pdf>, acessado em setembro de 2016.

<<https://www.revistas.usp.br/agraria/article/viewFile/55807/59215>>, Acessado em maio de 2016

<<http://percorrendobelem.blogspot.com.br/2014/02/mercado-ferro-e-historia.html>>, acessado em outubro de 2016.

<<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/david-harvey-a-crise-capitalista-tambem-e-de-urbanizacao>>, acesso em julho de 2016.

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000200013>, acessado em abril de 2016

